

Comunicado da Comissão Política

Desenvolver a luta

A Comissão Política do CC do PCP destaca «o insubstituível papel da CGTP-IN na convocação, mobilização e organização da greve geral» e saúda também todos os militantes do Partido que nela «se empenharam com determinação, generosidade e militância». Há condições para o desenvolvimento da luta», afirma.

Pág. 5



A verdade que o Governo quis esconder

Greve geral parou sector produtivo

No passado dia 10, a produção nacional foi seriamente afectada pelo protesto dos trabalhadores que pararam algumas das mais importantes empresas industriais e afectaram seriamente sectores estratégicos.

Centrais



Assembleia do Partido

5.ª Assembleia da OR do Algarve

«Melhor intervenção, mais Partido» foi o lema adoptado pela 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP, realizada em Faro, com a participação de Carlos Carvalhas.

Pág. 6

Copenhaga e o alargamento

A oportunidade dos ricos

A decisão do alargamento da UE foi tomada em Copenhaga. Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze aprovaram. Os interesses de Portugal não foram suficientemente acautelados.

Pág. 19

Avante!

Os feriados e eventuais «pontes» de Natal e de Ano Novo obrigam o nosso jornal a sair, nas próximas duas semanas, às terças-feiras. Assim, o próximo número sairá no dia 24 e o seguinte no dia 31. Para o facto se alertam as organizações do Partido e os nossos leitores.

Avante!
Proletários de todos os países
UNE-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Estudantes do superior de Coimbra e de Lisboa protestam na Capital

Resumo

11 Quarta-feira

O PCP critica em comunicado a promulgação, por parte do Presidente da República, da lei de bases da segurança social ● Jerónimo de Sousa, deputado do PCP, enaltece na Assembleia da República o êxito da greve geral e critica a inflexibilidade do Governo ● CGTP revela que a greve geral teve uma adesão de 85,5 por cento num universo de 983 empresas. ● Governo anuncia que vai repor as portagens na CREL ● PCP vota contra as propostas do Governo de alterações ao regimento na Assembleia da República ● Centenas de artistas de Hollywood manifestam-se em abaixo-assinado contra uma possível nova guerra contra o Iraque.

12 Quinta-feira

A Direcção da Organização Regional do PCP de Lisboa considera que a implementação de portagens na CREL «é ilegítima e cega» ● Estudantes do ensino superior de Coimbra e de Lisboa manifestam-se na capital, contra os cortes do Governo no sector da educação ● Coreia do Norte anuncia que vai recomeçar «imediatamente» o programa nuclear para produzir electricidade ● O exército israelita assassina cinco palestinianos na Faixa de Gaza. Segundo fontes palestinianas, os homens tentavam entrar em Israel para conseguirem trabalho ● Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez rejeita a convocação de eleições antecipadas e garante que não faltará petróleo devido à greve.

13 Sexta-feira

Em requerimento na Assembleia da República, o PCP defende que sejam ouvidos a Junta Metropolitana de Lisboa, a ANTRAM e a Comissão de Utentes do IC-19 quanto à introdução de portagens naquela via ● Reunidas as duas centrais sindicais, CGTP e UGT, concertam posições para as próximas reuniões com o Governo sobre o «inaceitável» Código do Trabalho ● Começa a Cimeira de Copenhaga, onde, mais uma vez, não é contemplada a questão da especificidade da agricultura portuguesa ● EUA querem que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, convoque eleições antecipadas.

14 Sábado

Realiza-se a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Bragança do PCP ● No Algarve, na abertura da 5.ª assembleia da Organização Regional do Algarve, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acusa o Governo da crise que o país atravessa ● Qua-

renta mil funcionários públicos alemães protestam contra o congelamento de salários ● De visita à Galiza, o primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar, pede desculpa pelos erros do seu executivo no tratamento da maré negra, no mesmo dia em que milhares de manifestantes saem à rua para demonstrarem a sua revolta ● O governo suíço anuncia que o sigilo bancário naquele país não é negociável, mesmo que entrem na União Europeia ● Na Cimeira de Copenhaga, é anunciado o alargamento da União a mais dez países.

15 Domingo

Termina a 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP e também da Organização Concelhia de Bragança ● Polícia Judiciária prende para averiguações o presidente do Vitória de Guimarães, Pimenta Machado, por suspeitas graves de apropriação indevida de dinheiro de contratos de jogadores ● George Bush, presidente dos EUA, assina uma ordem para matar «terroristas». À cabeça da lista está Ben Laden ● Em Barcelona, milhares de pessoas manifestaram-se em solidariedade com o povo da Galiza, contra José Maria Aznar e a sua actuação no caso da «maré negra».

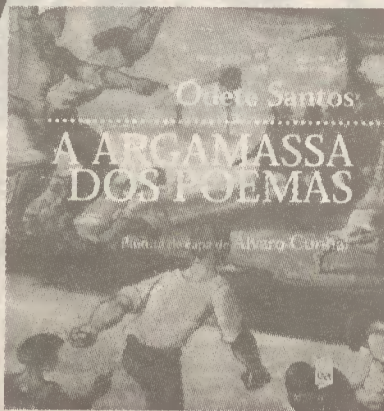
16 Segunda-feira

PCP vota contra o orçamento da Câmara de Lisboa por considerar que deixa de lado questões fundamentais ● Representantes sindicais e de comissões de trabalhadores de diversos sectores manifestam-se na Assembleia da República contra o Código do Trabalho ● Presidente do Vitória de Guimarães, Pimenta Machado, sai em liberdade após o pagamento de um milhão de euros de caução ● Começa em Bruxelas, o encontro anual dos ministros das Pescas. Portugal poderá ver reduzidas as suas quotas de capturas ● Em Israel, o Partido Likud, no poder, foi acusado de, nas eleições no passado dia 9, ter sistematicamente comprado votos para as vencer.

17 Terça-feira

O Governo anuncia que a RTP vai manter os dois canais públicos de televisão ● A Comissão de Utentes da IC19 anuncia a convocação de uma acção de protesto para a próxima quinta-feira ● Os EUA mobilizam 9 mil reservistas da Guarda Nacional e da reserva «para garantir a segurança das suas bases aéreas em território norte-americano» ● O presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz do Vaticano, arcebispo Renato Martino, considera que «a guerra preventiva é uma guerra de agressão».

Aconteceu



Argamassa dos poemas

A *argamassa dos poemas*, uma antologia seleccionada por Odete Santos e apresentada pela primeira vez na *Festa do Avante!*, voltou nos últimos dias a ser apresentada ao público em várias sessões com a presença da autora. Assim, no passado dia 7, no Porto, a obra foi apresentada pelo jornalista escritor César Príncipe. Na Covilhã, foi a JCP que organizou a sessão no dia 12. Em Lisboa,

foi no dia seguinte, no C.T. Vitória, apresentado por José Casanova. No dia 14 foi a vez do Salão Nobre da Câmara de Setúbal receber o evento, com a apresentação de Leandro Martins. O livro têm incluído um CD onde Odete Santos declama poemas de Alexandre O'Neill, Álvaro Feijó, António Gedeão, Ary dos Santos, José Gomes Ferreira e muitos outros autores.

12 médicos para 25 mil

O centro de saúde de Moscavide é um triste exemplo para se entender como vai a saúde em Portugal. É realmente um grande feito conseguir marcar consulta onde apenas 12 clínicos tentam assegurar as necessidades de 25 mil utentes. Mais de seis mil não têm sequer médico de família. Filas enormes de espera em torno do Centro é a imagem quotidiana e de tal maneira é difícil marcar consultas que há já quem faça negócio a vender a senha, já que às oito da manhã, já estas se encontram esgotadas. No país do *numerus clausus* no acesso ao ensino superior de medicina, os médicos parecem espécies em vias de extinção.



Foi preso Manuel Macedo

O líder da não reconhecida Associação de Amizade Portugal-Indonésia foi detido na passada terça-feira, com o filho, por suspeita de fraude fiscal na importação de automóveis de gama média alta. Destacado na extrema-direita portuguesa nos conturbados tempos do «Verão quente», este homem de mão do MDLP esteve exilado quatro anos em Espanha. Já nos

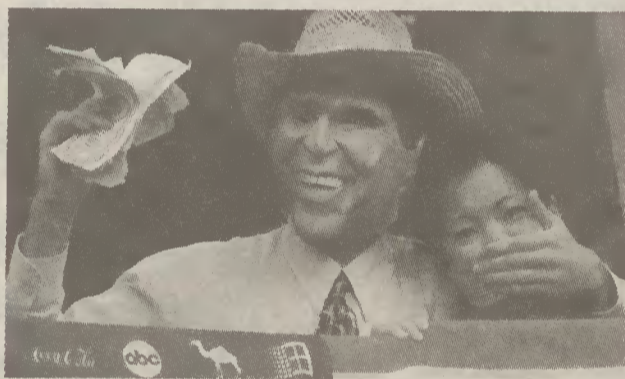
anos sessenta chefou uma secção da polícia militar especializada na captura de «desertores». Suspeito de envolvimento em atentados bombistas, Macedo foi alvo de um mandato de captura, esteve indiciado em onze crimes e depôs no julgamento do assassinato do Padre Max. Regressado a Portugal, integrou-se no CDS-PP, onde colaborou na campanha de Freitas do Amaral.

Deixou aquele partido apenas em 1997. Apoiou também firmemente a ocupação Indonésia de Timor-Leste, realizando grandes negócios com o regime do ditador Suharto, apesar de aquele país nunca ter reconhecido oficialmente a Associação de Amizade. Macedo vê-se agora a ter de explicar como importava automóveis sem pagar os respectivos impostos e taxas.

Portugal não respeita Quioto

Portugal continua a não respeitar os acordos de Quioto referentes à libertação de gases que provocam o efeito de estufa. Segundo um relatório da Comissão Europeia, está 16,5 por cento acima do que o protocolo permite. No ano 2000, a emissão por Portugal deveria ser e 13,5 por cento e estava em 30,1. Assim, Portugal é dos países da União Europeia que mais se afastam do acordado. A

redução da poluição foi inferior em 2000, em comparação com 1999. De acordo com os mesmos dados, o maior problema é com os transportes, onde todos os países da União aumentaram as emissões e gases poluentes, culpas acrescidas para os transportes particulares. Não é só no mar que a poluição está a tomar proporções muito preocupantes, enquanto os governos vão «assobiando para o ar».



Não ao McDonalds

Na cidade de Oaxaca, no México, travou-se uma dura batalha entre a população e aquela multinacional norte-americana. A população não gostou nada da ideia de instalarem uma loja

da *McDonalds* na praça principal da cidade. Sete mil cidadãos da cidade reuniram-se num fórum público e rejeitaram aquela proposta por considerarem que não era adequada para a cidade. Resta saber se a famosa hamburgueria vai acatar a decisão popular.



Negócios com a saúde

O Ministério da Saúde entregou, na passada semana, ao sector privado, 35 mil cirurgias, justificando que as unidades públicas não têm capacidade para as realizar. São seis as patologias onde a resposta dos serviços públicos é menos eficaz: amigdalectomia e adenoidectomia, varizes, cirurgia nasal e seios perinasais, cirurgia do ouvido,

hérnias e cataratas. Tendo em conta que os recursos do sector público estão subaproveitados, trata-se de uma forma de fazer parecer que os cuidados de saúde públicos não conseguem satisfazer as necessidades da população e que só o recurso aos privados pode resolver a grave situação decorrente das longas listas de espera.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Encontro do Fórum de S. Paulo

O Fórum de S. Paulo, que recentemente reuniu o seu XI Encontro, nasceu nos conturbados anos do início da década de 90, quando prevaleciam as teses do “fim da história” e quando às derrotas do socialismo, no leste da Europa, se contrapunha um capitalismo triunfante, assente na apologia da economia de mercado, apontando-a como indissociável a todo o desenvolvimento económico e social. Foi nesse contexto que alguns partidos de esquerda latino-americanos, rompendo com a teorização do pensamento único, apontaram o dedo acusador às políticas neoliberais dominantes. A partir daí o Fórum foi-se alargando, tornando-se ao longo dos anos numa ampla frente antineoliberal e anti-imperialista que integra os partidos progressistas da região.

Experiência inédita, esta aliança de forças políticas - ideologicamente distintas e com objectivos estratégicos diferenciados -, só é possível porque concebem o Fórum como um amplo espaço de debate de ideias, de troca de experiências e de solidariedade recíproca, orientado para construir alternativas políticas que tenham como compromissos essenciais a justiça social, a democracia, a paz e a independência nacional.

Por isso, neste Encontro, o regozijo e as atenções centraram-se na eleição de Lula, como presidente do Brasil, assim como na de Lúcio Gutierrez, no Equador. Tais vitórias confirmam a profunda vontade de mudança dos respectivos povos face às desastrosas políticas de submissão aos ditames do grande capital transnacional. O triunfo de Lula é simultaneamente o resultado do prolongado esforço de cooperação do PT, do PC do B e de outras formações políticas na busca duma saída democrática e progressista para o

Brasil, cujo governo terá agora que enfrentar o desafio da enorme vulnerabilidade da economia brasileira e satisfazer os mais profundos anseios dos trabalhadores e do povo brasileiro.

O fracasso do neoliberalismo é uma evidência em todo o subcontinente. Mas o capitalismo procura sobreviver, continuando a insistir na aplicação desenfreada do mesmo modelo. Nem o colapso argentino o faz desviar dos seus objectivos de domínio. A crise é profunda e, por isso, as classes dominantes recorrem a uma política de força, que tem no ALCA o objectivo de subjugação neocolonial da região e, no Plano Colômbia, um instrumento de grande agressividade que visa liquidar a guerrilha colombiana, e que constitui uma ameaça para toda a região andina, pelo perigo que encerra de generalização do conflito. Tais projectos foram firmemente condenados pelo Fórum de S. Paulo que expressou também a sua oposição à guerra que os EUA preparam contra o Iraque.

A situação na Venezuela teve particular destaque, sendo patente a preocupação pela continuada desestabilização provocada pela reacção que, incentivada pelo imperialismo norte-americano, conspira para destroçar a economia do país e afastar o presidente H. Chávez, legitimado em vários actos eleitorais. Da mesma forma foi grande o interesse pelas lutas que se ampliam em todo o continente, tendo sido debatidas e saudadas pelos seus êxitos. Desde os progressos do movimento indígena na Bolívia, com expressão eleitoral na candidatura de Evo Morales, à intensificação da luta dos camponeses no Paraguai e no México; do crescente descrédito de A. Toledo no Peru, a que corresponde a reorganização da Esquerda Unida e os resultados positivos que alcançou nas eleições locais, à perspectiva de vitória da Frente Ampla no Uruguai nas eleições de 2004; da luta anti-colonial do povo porto-riquenho e pela exigência da saída das tropas norte-americanas de Vieques à intensa acção de massas da UNRC, da Guatemala, anfitriã do Fórum - toda esta diversidade de lutas de resistência aos objectivos de domínio do imperialismo enriqueceram o conteúdo do XI Encontro do Fórum de S. Paulo.

E também a presença de Cuba, e a solidariedade com a sua revolução que continua a apontar o socialismo como alternativa necessária, faz do Fórum de S. Paulo um marco de cooperação e solidariedade internacionalista particularmente valioso.

A justiça social e a independência nacional estão na base do Fórum

Editorial

SOBRE A GREVE GERAL

Como se sabe, não é todos os dias (nem todos os anos) que ocorre uma greve geral. E, para dizer a verdade, nem sempre uma greve geral obtém o êxito obtido pela que a CGTP-IN convocou para o passado dia 10.

Como se sabe também, a greve geral ou parcial - assusta e faz tremer os que vivem da exploração e da opressão. Sempre assim foi: quando ela era ilegal e reprimida violentamente e hoje em que, pela força da luta dos trabalhadores - travada ao longo de longos tempos e à custa de muitos esforços, de muitas repressões, de muitas mortes - ela passou a constituir uma arma legal dos trabalhadores.

Como se sabe ainda, o grande patronato sempre teve e sempre terá ao seu serviço, um exército de propagandistas antigreve, uma turba canora activa que, em coro síncrono, constitui autêntica guarda avançada do fura-grevismo. Fingindo nunca pôr em causa o direito à greve, esses papagaios de serviço ao grande capital (que, aliás, os sustenta e lhes paga generosamente a sua acção propagandística sempre disfarçada de opinião *isenta, imparcial e independente*), procedem a um notável esforço meninçico menorizando as greves, diminuindo a sua

e sobre os quais pesava a ameaça de despedimento se fizessem greve - dos quais, saliente-se, parte considerável participou na greve geral. Quanto à referida «implantação relevante» da UGT nos tais sectores onde «se trabalhou» - e que o editorialista deixa entender que são os sectores decisivos - tal «implantação» há-de ser, seguramente, coisa do seu conhecimento exclusivo...

Outro eminente *analista*, certamente após um penoso esforço de inteligência, concluiu que João Proença, o chefe da UGT, apareceu «como uma das vozes socialistas mais sensatas ao avisar que um partido que quer ser alternativa de poder, não deve apoiar este tipo de greves gerais» - deixando-nos na dúvida sobre que «tipo de greves gerais» deve apoiar um tal partido... mas dando-nos legitimidade para concluir que, para ele, *greves boas* são aquelas que interessam à política de direita.

Diz um terceiro *pensador* do grande capital que «voltou a cumprir-se a liturgia da greve geral» - certamente apercebendo-se da carga litúrgica da sua prosa... E atira uma pergunta tão carregada de resposta que mais parece pergunta de certas *sondagens de opinião*: «A legislação laboral deve ser evolutiva e acompanhar as necessidades objectivas das empresas num mercado crescentemente competitivo ou deve ser encarada como um acervo sagrado e intocável, uma espécie de Bíblia intocável com os seus mandamentos eternos?» - traduzindo: a legislação laboral deve ser feita à medida dos interesses do grande capital com total desprezo pelos interesses e direitos dos trabalhadores. *Democraticamente*, como é óbvio...

E, considerando que o ministro *Bagão* 13%, «desenhou um diploma que reflecte o seu estilo conciliador e católico», a *sumidade analítica* decretou assim: «A CGTP repetiu até à exaustão a cassete dos direitos adquiridos e revelando a sua postura imobilista de quem não se quer adaptar aos tempos modernos» - está visto que, para o *moderno analista*, «adaptação dos trabalhadores aos tempos modernos» significa colocarem-se, amordaçados e de pés e mãos atados, à disposição integral dos interesses do grande capital e da sua exploração desenfreada.

Mais acutilante, por exigências de um recente passado de *esquerdelho* gritando contra o *tigre de papel imperialista*, é um outro editorialista. Garante o dito que a greve «não foi geral. Muito longe disso». E explica porquê: «Quem andasse ontem pelas ruas ficava com a sensação de que a greve terá representado pouco mais do que uma prova de vida para a CGTP.» Sendo certo que, para o *analista* em questão, o País é as ruas de Lisboa, fica igualmente clara a sua impossibilidade de dar «prova de vida» em matéria de inteligência. Diz ele ainda, num estertor, que é certo que pararam «o essencial dos transportes públicos, uma parte da administração pública e uma parte mais residual da indústria, mas mais nada». Sobre o «mais nada» veja-se os Avante! de 12 e 19 de Dezembro. Quanto ao resto, retenha-se como dado essencial as sementes de luta futura que a greve geral lançou à terra. E tenha-se como coisa certa que a luta continua.

“Retenha-se como dado essencial as sementes de luta futura que a greve geral lançou à terra”

importância e o seu impacto, disfarçando os receios que lhes provoca a força organizada dos trabalhadores em movimento. É uma tarefa que eles cumprem por dever de ofício, sabendo que quanto mais eficazes forem na demonstração do indemonstrável, e que quanto mais capazes forem de o fazer sem deixar cair totalmente a máscara de *democratas* a abarrotar de *modernidade e de bom senso*, melhor terão sido defendidos os interesses do grande capital.

As reacções da turba canora à greve geral de 10 de Dezembro são exemplares. Assim, um editorialista encartado garante que «a greve teve um impacto significativo no sector público, sendo que a paralisação dos transportes dificultou a muitos milhares de pessoas o acesso ao local de trabalho». E: «Nos serviços onde a UGT tem uma implantação relevante, no comércio e na esmagadora maioria das pequenas e médias empresas, trabalhou-se.» Ou seja: para o *preclaro analista* em questão, a adesão à greve de mais de um milhão e setecentos mil trabalhadores, decorreu, apenas, da falta de transportes... conclusão que, além de constituir um atestado de minoridade a esses trabalhadores, esconde, por exemplo, uma outra realidade que o *analista* simula esquecer (certamente a bem da *democracia*): a existência de mais de um milhão de trabalhadores com vínculos precários

Actual Uma conversa antiga

• Vítor Dias

endo a crónica da Manuel Villaverde Cabral no «DN» de 13/12, tropeçámos na sua afirmação de que a greve geral «mostrou que as mesmas pessoas que os partidos políticos já não conseguem mobilizar, às vezes nem para votar, são perfeitamente capazes de agir de forma colectiva em defesa dos seus interesses e valores».

Esbarámos depois com a suas opiniões de que «estas greves revelam a abissal crise de representação política que afecta a esquerda», que « neste sentido, os grandes perdedores da última greve foram os partidos da esquerda parlamentar, nomeadamente o PS» e que «quem tenha a veleidade de resistir à ofensiva da direita ficou ciente de que terá de agir por sua conta e risco, sem esperar nada dos seus partidos tradicionais».

Nesta altura da leitura, um fugaz relâmpago vindo das brumas da memória veio-nos dizer que, salvo erro, já tínhamos no passado discutido isto com o mesmo autor. E o abençoado computador e os seus sistemas de pesquisa assim o confirmaram.

Na verdade, foi há oito anos que, em torno do caso – aliás bastante diferente – da luta na Ponte 25 de Abril, Manuel Villaverde Cabral também tinha irmanado os partidos, e designadamente o PCP e o PS, no recebimento das «lições» daquela movimentação popular e também tinha postulado que a «acção directa» dos cidadãos revelaria «uma quebra generalizada das mediações democráticas – sejam elas associativas, sindicais, partidárias e parlamentares».

Voltando ao presente, a questão está em que não percebemos por que é que os méritos e êxitos da CGTP têm de ser indicadores de deméritos e derrotas dos «partidos de esquerda» (incluindo o PCP), como se fossem entidades em competição e sem natureza, papéis, objectivos e bases de apoio diferenciados. E dá vontade de perguntar o que significavam então as movimentações sindicais e até greves gerais que marcaram todo o século XX, nomeadamente no tempo em

que ainda não se falava da «crise» de «representação política» e das «mediações».

Quanto ao fundo das teses de MVC, perdoe-se que não inovemos e apenas reproduzamos o que já lhe respondemos há oito anos. A saber: que essas teses, quando muito, podem ser aplicadas a partidos «como o PS, o PSD e o CDS que efectivamente sempre absolutizaram “as mediações democráticas” e desvalorizam o movimento social e a iniciativa dos cidadãos».

Mas não ao PCP «cuja orientação, concepções e discurso político integram um constante apelo e estímulo à intervenção directa dos cidadãos na defesa dos seus interesses (...), que faz uma incansável pedagogia da resistência, da luta e da construção, que articula a sua acção institucional com a intervenção na luta de massas, que concebe de uma forma aberta, dinâmica e oposta a concepções delegatárias, a sua função de representação política de interesses e aspirações».



Dr. Jekyll & Mr. Hyde

• Carlos Gonçalves

O título deste famigerado clássico de terror de Robert L. Stevenson, poeta e romancista britânico da segunda metade do século XIX, onde se contam os crimes horrendos dum médico-monstro de dupla personalidade, Dr. Jekyll & Mr. Hyde, serve bem para definir a acção da direita coligada e do seu Governo.

À luz das câmaras e flashes, o Dr. Jekyll - «falinhas mansas» e «respeitabilidade» democrática; e à socapa, no âmago das decisões político-estratégicas, o Mr. Hyde - prossecução metódica da revanche com Abril e da perversão do regime democrático.

Do lado Jekyll, a agenda mediática preparada nos gabinetes de imagem, onde enxameiam assessores, mesmo alguns importados do então PS/Guterres. Aí, bem perto do centro de decisão formal do Governo PSD-CDS, cada prestação de Durão, PPortas & Cia é encenada ao pormenor – como nos comentários públicos à greve geral - num registo melífluo de «canto de sereia», ou de hipócrita humildade, evitando expôr a faceta autoritária e arrogante intrínseca ao seu ideário e políticas.

Do lado Hyde, tudo o que é essencial e estratégico, encaminhado para decisão governamental a partir dum «núcleo duro» da direita ideológica e sociológica, que integra elemen-

tos-chave do Governo e outros que firmam a chancela dos grandes interesses, das «obdiências» e do «império». Uma espécie de «tanque de pensamento estratégico», mais ou menos «paralelo», com uns poucos «grandes sacerdotes» e onde pesam bem mais Belmiro, Jardim Gonçalves, ou mesmo PPortas, o populismo e a ultradireita, que a «direita com preocupações sociais» e de «extracção democrata-cristã», ou as «bases» do PSD.

É Mr. Hyde que define as políticas económicas, de concentração e centralização do capital e polarização da riqueza, que preconiza as medidas de superestrutura, de acentuação do domínio de classe no sistema político, judicial, jurídico e de reprodução ideológica, que determina o assalto ao cerne do aparelho de Estado pelos boys da ultradireita, na Defesa, na Justiça, na Administração Interna, no Sistema de Informações e que decide as muitas derivas de contra informação que, em overdose de mediatização superficial e espectacular, visa mistificar a realidade e alienar a transformação social.

O Dr. Jekyll esconde a alma perversa e os crimes terríveis de Mr. Hyde, mas, mais cedo que tarde, cairá o embuste, como no romance de Stevenson, e chegará a hora do acerto de contas.



Coisas do império

• Anabela Fino

Nos últimos dias, os EUA deram provas de que estão a levar muito a sério o seu papel de potência imperial. Washington não só achou por bem outorgar à CIA, com o aval de Bush, o direito a liquidar suspeitos de terrorismo constantes de uma lista em permanente actualização, como fez questão de intervir em diferentes pontos do mundo em defesa do que considera ser «os seus legítimos interesses».

Vejam os três exemplos.

A mando dos EUA, e apesar de nenhuma lei internacional ter sido violada, a marinha de guerra espanhola interceptou um navio que transportava 15 mísseis Scud de origem norte-coreana para o Iémen. Posteriormente, a agência noticiosa iemenita informou que o vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, telefonou ao presidente do Iémen, Ali

Abdullah Saleh, comunicando-lhe que o presidente George W. Bush «dera ordem» para que o navio seguisse até ao Iémen. Para que não restassem dúvidas, também o secretário de Estado norte-americano Colin Powell veio a público dizer que a «autorização» fora dada depois da obtenção de «garantias directas do presidente Saleh de que se tratava da última de uma série de entregas que remontam a vários anos, e que isso estará terminado». Powell fez ainda o favor de explicar que «foi tido em conta» o facto de se tratar de «um contrato regular» celebrado pelo Iémen, e que o apresamento do navio «aconteceu em águas internacionais».

Não fosse o mundo pensar que o poder norte-americano só se faz sentir em relação a países do Terceiro Mundo, Bush achou por bem meter mãos à obra e telefonar ao primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh Rasmussen, na véspera da cimeira dos 15 países em Copenhaga. Objectivo? Comunicar «o

seu apoio firme às aspirações da Turquia para iniciar negociações tendo em vista a sua adesão» à UE.

Já a questão da Venezuela esteve a cargo do porta-voz do departamento de Estado norte-americano, Richard Boucher. Em declarações aos jornalistas, Boucher fez saber que os EUA «desejam uma solução eleitoral que deixe o povo da Venezuela tomar uma decisão sobre os seus líderes». Para a Casa Branca é irrelevante o facto de Chávez, ao contrário de Bush, ter sido eleito democraticamente, ou seja, pela maioria dos venezuelanos.

O curioso é que tudo isto - e citámos apenas três casos - se passa com a conivência (e subserviência) de países ditos soberanos e democráticos, e sem que os comentadores encartados e igualmente muito democráticos achem necessário indignar-se.



Frases

“O magistério de influência de Jorge Sampaio não se deve exercer só através da teoria e da doutrina, mas também no concreto e na prática.”

(Carlos Carvalhas, Diário de Notícias, 16.12.02)

“Não se pode estar preocupado com o futuro do País e da sua soberania e promulgar sem qualquer distanciamento crítico a venda da rede básica das telecomunicações.”

(Idem, ibidem)

“Tratando-se de um documento que deveria ser essencial para a formulação da política de defesa nacional, não houve a competência ou a coragem de dar o salto qualitativo que se exigia (e que se apregooou), na substância das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN).”

(General Loureiro dos Santos, idem)

“Moderna está à beira da falência/Dinensino afirma que não tem dinheiro para pagar indemnizações.”

(Título e pós-título de 1.ª página, idem)

“PJ prende Pimenta Machado /Vários negócios suspeitos levam presidente do Guimarães à cadeia.”

(Idem, ibidem)

“Bush dá ordem para matar / CIA tem autorização para abater cerca de duas dezenas de terroristas.”

(Idem, ibidem)

“O patronato já deveria saber que todas as greves gerais são políticas por definição.”

(Ana Drago, Jornal de Notícias, 15.12.02)

“Governar em democracia, submetendo-se ao critério do sufrágio universal, sob a pressão dos media, é mais difícil do que ser ministro de Salazar ou Caetano. Os portugueses não têm de se “envergonhar” por – no entender do director do Expresso – os “ministros do Estado Novo serem melhores do que os de hoje.”

(Mário Mesquita, Público, 15.12.02)

“Não está demonstrado que fossem melhores, no plano da competência técnica. E eram, com certeza, muito piores no domínio da ética política, porque, mesmo quando apregoavam veleidades “liberalizantes”, aceitavam governar com as costas protegidas pelas prisões arbitrárias da “pide” e pelo lápis azul dos censores.”

(Idem, ibidem)

“Kumba Ialá, que é um louco, diz aquilo que lhe apetece, faz injúrias a Portugal e não há resposta.”

(Mário Soares, Antena 1 /Público, 15.12.02)

“[Com o restabelecimento das portagens na CREL] os metecos que aguentem a despesa e percam o seu tempo (e o seu descanso) em filas de quilómetros. A sra. ministra não encontrou outros para espremer os milhões que lhe faltavam. Azar deles.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 14.12.02)

“No século XXI estamos a equiparar-nos muito bem ao nazismo. A mim, pelo menos, isso aparece-me de forma sensível. A minha sensibilidade está a sentir o mundo como tendo um novo nazismo. Parece-me que Bush é um novo Hitler.”

(Maria João Pires, «DNA», 14.12.02)





Comunicado da Comissão Política

Desenvolver a luta

A pesar da acção intimidatória e manipuladora do Governo e de alguns sectores do grande patronato, antes, durante e após a greve geral, esta constituiu um êxito assinalável e inegável, conclui a Comissão Política do PCP em comunicado (que a seguir se transcreve) divulgado na sequência da sua reunião de segunda-feira.

1 A Comissão Política do PCP, no quadro da análise da situação política e social, considerou que a greve geral de 10 de Dezembro constituiu um êxito assinalável e inegável face ao número de trabalhadores que nela participaram e aos sectores abrangidos.

Apesar da acção intimidatória e manipuladora do Governo e de alguns sectores do grande patronato, antes, durante e após a greve geral, não é possível esconder nem subestimar o facto de 1 milhão e 700 mil trabalhadores da Administração Pública, dos transportes aéreos, rodoviários e ferroviários, públicos e privados, dos sectores e empresas estratégicos da indústria e das pescas, terem demonstrado a sua determinação em defender os seus direitos, acompanhada da exigência do abandono do pacote laboral e de políticas sociais mais justas.

A Comissão Política do PCP, destacando o insubstituível papel da CGTP-IN na convocação, mobilização e organização da greve geral, sublinha o grande significado da unidade na acção que se verificou em muitos sectores e empresas, com o envolvimento e acção notáveis de milhares de sindicalistas e activistas.

O PCP, que desde a primeira hora participou no combate político e institucional ao pacote laboral, alertando e esclarecendo os trabalhadores, dirige uma saudação a todos os militantes do Partido que, nas empresas, nos locais de trabalho, nas organizações unitárias, se empenharam com determinação, generosidade e militância nesta greve geral.

O Governo PSD-CDS/PP, amarrado aos compromissos com o grande capital nacional e internacional, tentará persistir no seu objectivo de concretizar as principais malfetorias do pacote laboral e de fazer

pagar a factura das dificuldades actuais aos trabalhadores e a outros sectores e camadas sociais mais desfavorecidas.

2 A Comissão Política considera que o Governo, na sua política de concentração da riqueza, procura fazer passar a ideia de que a submissão ao Pacto de Estabilidade é fundamental para a credibilidade externa do País e avança com medidas altamente penalizadoras dos já magros orçamentos de milhares e milhares de portugueses.

A tentativa de impor a desvalorização dos salários e do Salário Mínimo Nacional, os escassos aumentos das reformas, particularmente para aqueles que descontaram uma vida inteira para a Segurança Social, o aumento dos preços de produtos, bens e serviços essenciais, a injustiça nos impostos, sobrecarregando os trabalhadores e as micro, pequenas e médias empresas, são opções inaceitáveis e comprometem o progresso social e o desenvolvimento do País.

3 É nesta linha que surge o caso das portagens da CREL. Esta medida, que é uma primeira – tal como a imprensa já noticiava em Julho passado em que o ministro foi acusado de falar cedo de mais! – visa atirar o “barro à parede” para a introdução de mais portagens noutras vias. É uma medida que vai penalizar financeiramente todos quantos a utilizam para a sua actividade profissional e económica,

trazer novas dificuldades e demoras à deslocação, sobretudo daqueles que vivendo na periferia trabalham em Lisboa e que vai desorganizar ainda mais o sistema de transportes. O PCP considera esta medida errada e injusta, chamará o decreto para apreciação parlamentar e dá o seu apoio à Comissão de Utentes nas suas justas acções de protesto.

4 Também na área da Saúde, o Governo tomou recentemente várias medidas que prejudicaram gravemente as populações e enfraquecem o Serviço Nacional de Saúde. É o caso do novo sistema de preços de referência na comparticipação dos medicamentos, que transferirá para a população um elevado acréscimo de encargos em muitos deles. Ao mesmo

tempo, os medicamentos de venda livre de preço inferior a 5 euros aumentarão 5% em 2003. Em simultâneo, prossegue a privatização de hospitais e centros de saúde, tendo recentemente sido transformadas em sociedades anónimas 31 unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde.

5 A Comissão Política tomou boa nota das preocupações do Governo português expressas aquando da Cimeira de Copenhaga, em defesa da «especificidade da agricultura portuguesa». Mas não pode deixar de denunciar a enorme hipocrisia e memória curta do primeiro-ministro Durão Barroso, que «esquece» que aquela mesma «especificidade» foi «vendida» pelo governo PSD/Cavaco Silva, quando em 1992 assumiu a presidência portuguesa da União Europeia, e aprovou a primeira Reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Foi esse governo, de que o actual primeiro-ministro Durão Barroso era secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que trocou os cinco anos da 2.ª fase do período de transição da agricultura portuguesa por um prato de lentilhas. Aliás, a actual encenação de preocupações pelo Governo para uso interno não resiste a factos bem recentes: a anuência de Durão Barroso às conclusões da também recente Cimeira de Bruxelas, que aprovou o quadro financeiro para o alargamento e a revisão intercalar da PAC, o que desde logo inviabiliza qualquer resposta, mesmo minimalista, às solicitações portuguesas; a redução dos objectivos de revisão da PAC, enunciados pelo ministro da Agricultura em Junho do corrente ano, ao aumento das ajudas e prémios aos grandes proprietários do Alentejo. O Governo quer mais cerca de 20/25 milhões de contos, ou seja, um quarto do prato de lentilhas de 1992! As declarações, ontem, do comissário Fischler evidenciam bem toda a inconsistência e fragilidade da alegada «reivindicação» do Governo português.

6 A Comissão Política do PCP, neste quadro de dificuldades, perigos e ameaças resultantes desta errada política, considera que há condições para o desenvolvimento da luta e que urge, como necessidade incontornável, a convergência do descontentamento e do protesto para alicerçar a exigência de um outro rumo para a política nacional.

5.ª Assembleia de Organização do Algarve
faz balanço de trabalho e aponta propostas para o futuro

Melhor intervenção, mais Partido

«Melhor intervenção, mais Partido» foi o lema que balizou a 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, cujos trabalhos tiveram a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Com 171 delegados, representantes dos mais de três mil militantes dos 16 concelhos do Algarve, reuniu, no domingo passado, nas instalações da COOP-FA, em Faro, a 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP. Uma Assembleia onde se passou em revista a situação política, económica, social e cultural da região algarvia e se apontou as propostas do PCP para o Algarve.

A situação e luta dos trabalhadores, o trabalho dos comunistas no movimento sindical, a organização do Partido junto dos trabalhadores nos locais de trabalho mereceram lugar de destaque no debate vivo e

A Assembleia do Algarve foi marcada por um debate vivo e dinâmico

grande dinamismo efectuado na 5.ª Assembleia dos comunistas algarvios.

José Neto, membro da Comissão Política do Comité Central e responsável pelo Algarve, abriu o período de intervenções, fazendo um balanço, ainda que breve, da situação nas suas várias vertentes, desde a 4.ª Assembleia, realizada em 1998. Na sua intervenção, destacou, porém, a situação interna do Partido na região, criticando, a determinada altura, os que «colocando-se de fora do debate democrático interno do Partido, querem fazer prevalecer as suas opiniões de fora para dentro do Partido, com o apoio de certa

comunicação social, numa campanha feroz e violenta contra o Partido, as suas orientações e a sua direcção». Mais adiante, José Neto afirmou que, «no PCP, na Organização Regional do Algarve», na própria DORAL, não há exclusões nem afastamentos por delicto de opinião, mas que cada um tem de ser responsabilizado pelas suas atitudes e comportamentos quando fora das regras, normas de funcionamento e dos estatutos do Partido».

Coube a Margarida Tengarrinha presidir à sessão de encerramento, apresentando a nova DORAL eleita na 5.ª Assembleia, às dezenas de convidados e comunicação social presentes, dando de seguida a palavra a Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP referiu-se à actual situação política, económica e social do País, destacando as razões que levaram os trabalhadores portugueses à greve geral do passado dia 10 de Dezembro e alertando para o facto de persistirem as razões que presidiram àquela luta.

Carvalhas valorizou o debate e conclusões produzidos na 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, que confirmam uma das características ímpares dos comunistas, de um PCP de luta e de proposta, com uma vida democrática interna incomparavelmente mais democrática do que em qualquer outro partido, onde cada opinião conta para a formação da opinião colectiva. Carlos Carvalhas, tomando, ainda, o exemplo do naufrágio do *Prestige* e a falta de meios de fiscalização, por um lado, e de socorro, por outro, interrogou sobre a situação que hoje se teria no Algarve se este acidente tivesse ocorrido ao longo da costa algarvia. E, em termos de conclusão, considerou, em relação aos petroleiros sucata, verdadeiras bombas ecológicas, que é necessário que o Governo e a União Europeia declarem a «Tolerância Zero».



As conclusões da 5.ª Assembleia confirmam o PCP como um partido de luta e de proposta

Um Partido de classe

Os delegados intervieram sobre o Projecto de Resolução Política em discussão, o qual durante o período de discussão das organizações recebeu mais de 70 propostas de emenda e oito no decorrer dos trabalhos da 5.ª Assembleia. O Projecto de Resolução Política foi aprovado com uma larguíssima maioria, registando-se apenas quatro abstenções e seis votos contra.

Duas moções, uma sobre a greve geral, que saúda e destaca a forte participação dos trabalhadores da região nesta jornada de luta; outra sobre a Paz, que condena a política belicista da administração Bush, na sua intenção de invadir o Iraque, foram aprovadas por unanimidade e aclamação.

Momento alto e participado na sessão reservada aos delegados foi o da eleição da nova Direcção Regional. Os critérios para a sua composição, mereceram o apoio quase unânime da 5.ª Assembleia que acabou por votar a lista proposta pela DORAL cessante, com apenas quatro abstenções e doze votos contra. A nova DORAL, eleita na 5.ª Assembleia, composta por 39 camaradas, sofreu uma renovação de cerca de 50 por cento, ao mesmo tempo que conduziu a uma ligeira baixa da média etária em relação à anterior composição. Em termos sociais, a sua composição assegura a natureza de classe do Partido, com uma maioria de operários e empregados.

PS

O mesmo demissionismo!

Segundo consta, o Partido Socialista de Alhos Vedros decidiu não apresentar lista concorrente aos órgãos da Santa Casa da Misericórdia, a pretexto de o Governo do PSD/PP ter a intenção de encerrar o Hospital de Alhos Vedros. Essa posição estaria, aliás, «em conformidade com a tradicional postura do PS de procurar partidarizar as instituições e outros órgãos ou associações, e daí tirar dividendos políticos.»

Quem o diz é a Comissão Concelhia da Moita do PCP que, entretanto, lembra a opção do PS de, no actual contexto político, votar contra o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal da Moita, em vez de, como lhe permite o Estatuto de Oposição, contribuir para a sua eventual melho-

ria, na reunião especificamente convocada para o efeito pelo presidente da edilidade.

Assim, os comunistas de Alhos Vedros concluem que no PS continua a prevalecer «o demissionismo e a fuga às responsabilidades de que António Guterres foi protagonista no ápice de uma noite de derrota eleitoral, nas autárquicas de 2001.» Coerência que o PS mantém, diz com ironia a Concelhia do PCP, ao ignorar a luta notável que decorre em Alhos Vedros pela recuperação e requalificação do Hospital e a manutenção 24 horas sobre 24 horas do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e de que concentração promovida, no passado dia 10, pela respectiva Comissão de Utentes, foi um significativo exemplo.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Abílio Ferreira Cabral

Faleceu, no dia 13 de Dezembro, o camarada Abílio Ferreira Cabral, de 67 anos de idade, natural de Lisboa. Soldador da Lisnave (reformado), esteve ligado à freguesia da Cruz Quebrada, Dafundo. Fez parte da Comissão de Moradores. Actualmente estava organizado na Freguesia de Paço de Arcos.

João Carlos Lucas Feliciano

Faleceu, no passado dia 30 de Novembro, com 34 anos de idade, o camarada João Carlos Lucas Feliciano. Militante do Partido desde 1990, foi presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa, no mandato de 1994/1997 e fez parte da Assembleia de Freguesia no último mandato.

Manuel Joaquim da Silva

Faleceu, no passado dia 3 de Dezembro, o camarada Manuel Joaquim da Silva, de 59 anos.

Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, pertenceu à célula da Companhia de Seguros Mundial, ao Organismo de Direcção dos Seguros da ORL e foi dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul. Foi presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, membro da Comissão de Freguesia e do Organismo de Direcção da Zona Ocidental de Lisboa e dirigente associativo, designadamente na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal. Foi, ainda, deputado do PCP.

Maria Anjos Joaquim

Faleceu, no dia 10 de Dezembro, com 86 anos de idade, a camarada Maria Anjos Joaquim. Militante do Partido desde 1986, encontrava-se organizada na Organização de Freguesia da Cova da Piedade.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

5.ª Assembleia de Portalegre Travar desertificação

No sábado passado, realizou-se, também, na cidade de Portalegre, a 7.ª Assembleia da Organização Regional de Portalegre do PCP, que contou com a participação de José Soeiro e de Agostinho Lopes, membros da Comissão Política.

No decurso da Assembleia, que decorreu de forma muito participada, os delegados aprovaram a nova Direcção Regional, composta por 28 elementos, quatro dos quais são mulheres.

Da nova direcção, eleita por unanimidade, 14 são operários e empregados, 13 por cento intelectuais e quadros técnicos e um estudante.

Para além do projecto de Resolução Política, a Assembleia aprovou, também por unanimidade, uma Proclamação, onde se faz a caracterização do distrito e se afirmam as propostas que o PCP defende para a região.

Em primeiro lugar, dizem os comunistas, o distrito - que possui riqueza de recursos naturais e potencialidades de desenvolvimento ainda por explorar - necessita da criação de condições que permitam a fixação da população jovem, desta forma invertendo a tendência para o envelhecimento e desertificação.

O que, em sua opinião, só é possível arrancando a região ao atraso em que os governos do PS e do PSD, aliado ou não ao CDS/PP o lançaram.

Provas dadas

Na Proclamação, os comunistas de Portalegre lembram entretanto as provas que com os seus aliados da CDU deram enquanto à frente do destino de vários concelhos, designadamente com a criação de condições socioeconómicas e culturais que têm beneficiado todas as camadas sociais da população, da infância aos idosos. Aliás, o PCP é «um Partido de proposta e de luta, com um projecto de futuro e acima de tudo com vontade e determinação de elevar o bem-estar de todos.»

Após o debate efectuado no decurso dos trabalhos, a Assembleia concluiu que, para garantir o futuro de Portalegre, é necessário promover a cultura, apoiando a criação e fruição culturais e suas expressões tradicionais e contemporâneas; assegurar maior investimento financeiro público e privado e regulamentação favorável à actividade comercial, com protec-

ção do pequeno e médio comércio; criar um sistema de benefícios fiscais que estimule o investimento e a fixação de empresas na região.

Entre outras medidas apontadas, a Assembleia defende, ainda, para Portalegre, a reafirmação de sectores como o abastecimento de água, saneamento ou recolha e tratamento de resíduos como serviços públicos; igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos, da educação pré-escolar até ao Ensino Superior; a concretização das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e aéreas (aeródromo de Portalegre); uma rede de transportes com qualidade dentro e para fora do distrito; a promoção do turismo nas suas várias vertentes.

Por fim, os comunistas de Portalegre propõem-se intervir em todas as áreas e sectores, com vista a «inverter a tendência de desertificação e envelhecimento do distrito», garantindo solidariedade com todas as lutas das populações e dos trabalhadores, de forma a assegurar «o direito ao trabalho com qualidade, o progresso e a justiça sociais e todas as conquistas alcançadas com o 25 de Abril».

LISBOA

Intelectuais contra pacote laboral

«Intelectuais e quadros técnicos contra o pacote laboral, pelos direitos individuais e sociais dos trabalhadores.» Este é o título de um abaixo-assinado lançado, há duas semanas, pelo Sector Intelectual de Lisboa do PCP e já subscrito por diversas pessoas.

Como afirmou Carlos Grilo, dirigente da ORL, no Café Martinho da Arcada, o objectivo é lançar um movimento de protesto que trave a ofensiva do Governo contra os trabalhadores.

O documento foi já assinado por Alice Vieira, António Borges Coelho, Artur Ramos, Augusto Abelaira, Carmen Santos, Eduardo Chitas, José Saramago, Manuel Gusmão, Mário de Carvalho, Morais e Castro, Rui Namorado Rosa e Urbano Tavares Rodrigues, entre outras personalidades.

PÓVOA DE VARZIM

Novo surto de especulação imobiliária

A pretexto da defesa do tecido produtivo e dos postos de trabalho e utilizando anseios dos sócios do Varzim, está em curso um novo surto de especulação imobiliária no concelho, com a construção do novo estádio do Varzim. De facto o que se pretende é «permitir índices de construção que ultrapassem largamente o que está legalmente previsto e alterar a finalidade a que se destinam os terrenos», acusa a Comissão Concelhia de Póvoa de Varzim do PCP. Contudo, nada garante que aqueles interesses estejam a ser respeitados, alerta o PCP. É ver o caso da Quintas & Quintas que, depois de a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, ter autorizado um índice de construção 50% superior ao previsto, mediante o seu compromisso de transferir a nova unidade produtiva para o lugar de Barreiros na Póvoa, está agora a despedir trabalhadores, ou da fábrica de conservas «Madrugada», relativamente à qual também não se conhece qualquer medida para a transferência de instalações. Ou seja, a Câmara aparece, afinal, conluída com os interesses imobiliários, sendo que, no caso do estádio do Varzim, manipulando de forma «inaceitável» os interesses dos associados, diz o PCP.

MOITA

Convívio «fora de casa»

Almoços-convívio na Quinta da Atalaia e no Centro de Trabalho de Cuba - este incluído numa excursão, com visita ao Alqueva - reuniram, nos últimos fins-de-semana, um conjunto mais de 150 camaradas. As duas iniciativas realizaram-se a partir, respectivamente, do Centro de Trabalho da Baixa da Banheira e do Centro de Trabalho da Moita.

EMIGRAÇÃO

Requerimento do PCP no PE

A União Europeia reconheceu, há alguns anos, a necessidade de estabelecer uma cooperação entre os estados membros em matéria de educação. O objectivo era, nomeadamente, melhorar o acolhimento e adaptação dos filhos de cidadãos europeus, que se deslocam ao abrigo da liberdade de circulação, de forma a facilitar a sua integração no sistema escolar e na vida social do país de acolhimento. Em 1976, o Conselho de Ministros da Educação aprovou mesmo uma Resolução de que constava um programa de acção nestas matérias. As realidades em diferentes países mostram, porém, que nesta matéria, existem ainda muitas dificuldades. De acordo com a Direcção da Organização do PCP na Emigração, inclusive algumas acções bilaterais no sentido da integração do ensino, «aparecem desgarradas, atrasadas e aproveitadas pelos políticos no poder como grandes anúncios propagandísticos, quando efectivamente são um direito dos cidadãos». Assim, o PCP colocou no Parlamento Europeu, através do deputado Joaquim Miranda, uma pergunta à Comissão - de que aguarda resposta - sobre a concretização da resolução acima citada e qual o ponto da situação em cada Estado-membro.

SETÚBAL

Balanço e perspectivas

Militantes do PCP e candidatos da CDU encontraram-se, no passado dia 8 de Dezembro, na Junta de Freguesia de São Sebastião, em Setúbal, para um balanço da actividade autárquica.

Na reunião, que teve a participação do presidente da Câmara Municipal, de vereadores da CDU na Câmara e do presidente e eleitos da Junta de Freguesia, para além do balanço da actividade, foi dada uma informação sobre a situação encontrada na Câmara e perspectivas de trabalho, decidindo-se, ainda, realizar uma reunião alargada para discutir as possibilidades e prioridades de trabalho a desenvolver, como contributos para a elaboração dos planos de actividade para 2003.

Greve geral

● Sérgio Ribeiro

Apontamentos para reflexão

Ninguém - nem Bagão Félix, nem João Proença, nem uma qualquer outra voz de uma qualquer outra área ou situação - consegue negar que a greve geral de 10 de Dezembro foi um episódio de enorme significado na vida social portuguesa. Uns dizem que o foi pelo que foi, outros dizem - alguns sem o dizerem... - que o foi pelo que não conseguiu ser, mas todos reflectiram e falaram, ou falaram sem reflectir, sobre o episódio.

Pelo meu lado, acompanhei, com todo o empenhamento, as razões e os antecedentes da greve geral, acompanhei, com a maior atenção, o seu desenrolar, estou a acompanhar, com os mesmo empenhamento e atenção militantes, os seus efeitos e desenvolvimentos.

Senti necessidade, no dia seguinte à greve - ah!, os dias seguintes... -, de arrumar, em breves apontamentos, algumas reflexões e parece-me que, para além de delas me servir como auxiliares para as reuniões por onde me procuro e me perco, as devo trazer ao jornal que é o órgão central do partido que é da classe operária e de todos os trabalhadores.

Uma lição

A greve de 10 de Dezembro foi um episódio. Como episódio, foi uma experiência e uma lição de enorme signifi-

cado. daquelas que só a prática social nos faculta. Nada terminou como nada começou no dia 10 de Dezembro. Há que debater o episódio, há que o conhecer até ao pormenor possível, há que o discutir, que o discutir, que o discutir. E há que continuar a luta nas condições novas que resultam de ter havido este episódio de luta. Da luta de classes.

Sobre a greve geral, o «discurso da direita» - da que governa... e não só dessa mas também de outros, até de alguns que de esquerda se arrogam mas cujas posições e/ou discurso servem de direita - foi, ao mesmo tempo, muito pragmático e carregado de ideologia. Muito pragmático porque se exprimiu fixado em três ou quatro ideias simples que se dirigiam ao sentir epidérmico comum dos receptores do «discurso», alvejando-os no que pensam, e desejam!, resultar da intensíssima campanha ideológica que fomenta o individualismo, o egoísmo, a ausência de valores de solidariedade. Um discurso ideológico. De classe.

Pelo «nosso lado», se razões e valores foram insistentemente afirmados com muita clareza e muito bem defendidos, terá faltado a marca de classe, a denúncia inequívoca de que a «ofensiva contra os trabalhadores» não resulta de os seus fautores serem maus, ruins, gente impiedosa que não recua perante objectivos anti-sociais, mas sim do facto desses objectivos anti-sociais serem a própria natureza da classe que os prossegue. Logo, trata-se de uma «ofensiva de classe contra os trabalhadores» que se leva tão longe quanto as condições sociais o permitem. Se possível até ao paroxismo da força de trabalho ser tratada como uma qualquer outra mercadoria, sem direitos... humanos (ironicamente, o dia 10 de Dezembro está assinalado na minha agenda como sendo o Dia Mundial dos Direitos Humanos!).

**Um insuportável cinismo**

É de um insuportável cinismo que quem é agente de estratégias e políticas criadoras de desemprego em todos os dias de todos os anos invoque o direito (humano) ao trabalho em dia de greve geral.

Não é por acaso que é a direita da direita que tem a pasta do trabalho e da segurança social neste Governo de direita.

Todos os pretextos e oportunidades são bons para procurar conhecer melhor a realidade social portuguesa. Fazer o confronto entre esta greve e a de há 14 anos ajuda-nos a detectar transformações sociais (e de classe) muito importantes. Ouvi dizer, e fundamentada e responsabilmente, que houve, nestes 14 anos, uma baixa na consciência social dos trabalhadores, em razão de condições objectivas da evolução tecnológica e social mas também das dificuldades na luta, por insuficiências de organização e carência qualitativa e quantitativa de «quadros de massas» (não totalmente identificados com «quadros sindicais»). Então como explicar que esta greve tenha sido, como no nosso balanço se reconhece, um episódio de luta mais importante - qualitativa e quantitativamente - que o de há 14 anos? Esta é uma questão maior.

Um mau exemplo

Só os transportes, só o pessoal administrativo das escolas e dos hospitais e centros de saúde, só os enfermeiros, só, só, só? Então e a Auto Europa, então e os trabalhadores do calçado, então e os do têxtil, então e os, e os?

Não entremos em guerras de números globais! Aqui, nesta fábrica, foram tantos que aderiram, ali, naquela escola, foram outros tantos, além no centro de saúde mais estes... até ao cerca de um milhão e setecentos mil. Percentagens globais, nunca. Não joguemos o jogo deles para descredibilizar o que é tão sério!

Magoa ver como algumas entidades com enormíssima responsabilidade se comportam face a episódios com o significado definidor deste. Dar o Presidente da República a conhecer, precisamente no dia da greve geral, o seu ámen à também definidora medida política do Governo relativa à segurança social, que tem o mesmo sentido e igual gravidade do Código Laboral, é o exemplo de... um péssimo exemplo.

Ainda no calor desta greve geral, se fizer um primeiro balanço de 2002, como é de uso pelos Dezembros, quase surpreende como o nosso Partido atravessou os trimestres deste ano. Problemas e dificuldades de todo o tipo nos dois primeiros, recuperação - um «levantar de cabeça» - no terceiro, com a Conferência e a Festa a ajudarem muito, e um último trimestre na primeira linha das lutas, «na crista da onda», com o Encontro e outras iniciativas que se programam a acompanhar uma muito relevante intervenção na actividade institucional e na luta social. Sem se menosprezar a persistência das dificuldades e dos problemas, resistimos a mais não sei quantas certidões de óbito e estamos em boa forma. A luta dá cá uma saúde!...

GRÂNDOLA População indignada

No dia 25 de Novembro, foi encontrado sem vida, num buraco de esgoto do Centro de Saúde de Grândola, o corpo de um idoso. Indignada, a população de Grândola estranha que até ao momento não tenha sido dada qualquer explicação sobre o assunto, o que não contribui seguramente para a melhoria do ambiente de confiança relativo ao funcionamento daquele Centro. Face a isto, a Comissão Concelhia de Grândola do PCP defende a completa averiguação das causas que estiveram na origem da ocorrência e, no seguimento de várias tomadas de posição dos comunistas sobre aspectos críticos do funcionamento daquela unidade de saúde, vai solicitar aos seus eleitos na Câmara e Assembleia Municipal e na Assembleia da República acções em defesa do funcionamento do Centro de Saúde de Grândola, designadamente no que se refere a equipamentos e segurança.

PENICHE Quem dá e tira...

No ano lectivo de 1999/2000, finalmente, após oito anos, a Escola Superior de Tecnologia do Mar deu início oficialmente ao seu funcionamento efectivo. Cedo se verificou, porém, não ter condições para funcionar. Assim, o PIDDAC para 2002 contemplava uma verba de seis milhões euros aproximadamente, para a realização de obras, sem as quais a Escola - considerada fundamental para Peniche - não oferecia condições de segurança a alunos e funcionários nem disporia de instalações e equipamentos para prestar um ensino de qualidade. Esta verba foi, contudo, retirada do PIDDAC 2003, apesar do pedido de reinscrição do Grupo Parlamentar do PCP, o único a fazê-lo. A Comissão Concelhia do PCP, a quem cabe a denúncia, diz que este facto deixou «entalado» o PSD de Peniche que, vendo-se forçado a reconhecer que a Escola «merecia melhor, maior e mais digno espaço», não tem, contudo coragem para criticar o Governo.

PORTO Contra tarifário do Metro

O Conselho de Administração do Metro do Porto apresentou uma proposta de tarifário que a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP considera «inadmissível». O tarifário representa um aumento de 105% em relação ao que hoje paga quem viaje com um pré-comprado da STCP, entre Matosinhos e o Porto ou utilize a zona 3 do Metro -, sendo que também aumenta o custo da viagem entre a Praça da República e a Senhora da Hora, ou até Pedras Rubras (através da camioneta alternativa ao comboio da CP). Não há, também, «comparação possível» com o Metro de Lisboa, com 4 linhas, onde se pode circular em quase 30 km de rede com um bilhete único que custa 60 cêntimos, diz o PCP, única força política que sempre se manifestou contra este tarifário quer na Assembleia Municipal do Porto quer na Assembleia da República. Posição em que foi acompanhado por parte da população da região, obrigando ao recuo dos autarcas do PS e do PSD que, depois de votarem a favor do tarifário no Conselho de Administração do Metro, agora se manifestam contra. Aliás, o tarifário grátis até ao fim do corrente mês e a validação por dois meses do passe de Janeiro, «é já uma vitória desta luta».

CORROIOS Conhecer a realidade...

Dirigentes e eleitos do PCP realizaram, há dias, uma visita de trabalho à freguesia de Corroios, no Seixal, a que se seguiu um debate. A visita, que contou com a participação activa de meia centena de militantes, teve como objectivo central verificar e contactar de perto com os problemas existentes na freguesia, perspectivar soluções e prioridades para os resolver. Esta iniciativa está inserida num plano de acção do PCP que prevê uma visita a todas as freguesias do Concelho.

LISBOA ... cada vez mais negra

Também em Lisboa, dirigentes e eleitos locais do PCP, entre eles a vereadora Alexandra Gonçalves e o deputado municipal Martinho Baptista, visitaram a freguesia dos Anjos, que vive presentemente uma realidade difícil - habitação degradada, toxicod dependentes nas ruas, limpeza deficiente dos espaços públicos - tendente a agravar-se. O cenário com que os comunistas se depararam leva a Comissão de Freguesia do PCP dos Anjos - que defende a urgente tomada de medidas para evitar o pior - a perguntar o que estão, afinal, a fazer os novos responsáveis do PSD e CDS/PP na Câmara e na Junta de Freguesia. A delegação do PCP fez-se acompanhar de alguns jornalistas, a quem pretendeu sensibilizar para o problema, com vista à sua divulgação junto da opinião pública.

Nova Lei de Bases da Segurança Social
é aprovada pelo Presidente da República sem debate prévio

Um gravíssimo retrocesso

«Extremamente negativo» é como o PCP considera o facto de o Presidente da República ter promulgado a nova Lei de Bases de Segurança Social, «sem qualquer sinal público de reserva ou distanciação» e sem sequer ter solicitado «a apreciação preventiva da sua constitucionalidade».

Em nota do seu Gabinete de Imprensa, divulgada no passado dia 11, o PCP diz

que esta atitude do Presidente da República significa que ele decidiu não escutar o apelo que lhe foi dirigido por destacadas personalidades de diversos

quadrantes políticos e ideológicos, em abaixo-assinado depois subscrito por milhares de cidadãos, onde, invocando-se as maiores preocupações com a ofensa a princípios constitucionais por esta nova lei, lhe foi solicitado que tomasse as medidas que considerasse «mais adequadas» para que a Proposta de Lei 20/IX, de 4/7/02, não entrasse em vigor «sem um prévio e amplo debate sobre o futuro da segurança social e o direito fundamental do povo português à segurança social».

O PCP lamenta ainda a escolha do dia da greve geral para a promulgação ou divulgação pública desta decisão, o que viria a permitir um «indecoroso aproveitamento

político por parte do ministro Bagão Félix».

Considerando, por fim, que a nova Lei de Bases constitui «um gravíssimo retrocesso que abre portas a um perigoso assalto aos dinheiros da segurança social pelas seguradoras

e fundos de pensões privados», o PCP confirma o seu propósito «de lhe dar um firme combate, designadamente em torno do decisivo processo da sua regulamentação».

Energia eléctrica - um aumento injustificável

O aumento médio de 2,8% dos preços da electricidade no Continente, a vigorar a partir de Janeiro de 2003, acima da taxa de inflação e do aumento previsto dos salários, é «inaceitável» e representa «um duro golpe no já enfraquecido poder de compra dos trabalhadores», denunciou



PCP teme assalto aos dinheiros da segurança social

também, há dias, o Gabinete de Imprensa do PCP. Ele é ainda «injustificável», tendo em conta que os portugueses já actualmente pagam a electricidade a preços dos mais elevados dos países da União Europeia.

Por outro lado, a justificação invocada para o aumento - a alta dos preços dos combustíveis (fuel e gás natural) usados na produção de energia - «não tem credibilidade», pois, se assim fosse, também outros países, designadamente Espanha, seriam afectados, o que não acontece. Aliás, não só Espanha tem preços de energia muito menores que os praticados em Portugal como os aumentos considerados nesse país são cerca de

metade dos decididos para o nosso. Também o propósito de uniformizar os preços com as regiões autónomas «não convence», dada a dimensão destas no todo nacional.

Assim, o aumento agora anunciado insere-se numa opção que, à custa dos utentes, «visa aumentar os lucros da grupos económicos que controlam a EDP e apoiar as suas discutíveis estratégias de intervenção financeira no estrangeiro», diz o PCP, reclamando a diminuição dos preços da energia e uma nova política para os serviços públicos, «que garanta a sua qualidade e desenvolvimento» e «não agrave ainda mais a já difícil situação dos trabalhadores e da população portuguesas.»

Má gestão na Câmara de Gondomar

A Câmara Municipal de Gondomar está a ser mal gerida, acusam os trabalhadores comunistas desta autarquia que, em conferência de imprensa, denunciaram ainda o uso e abuso do trabalho precário na Câmara, a falta de condições de higiene nas instalações destinadas ao pessoal e as discriminações de que são vítimas os trabalhadores do Edifício dos Paços do Concelho.

De facto, enquanto muitos dos cerca de 200 trabalhadores estão na situação de contratados a prazo há oito anos, outros, com dois anos de contrato, são integrados no quadro de pessoal só porque são

familiares ou amigos do presidente ou do vice-presidente da Câmara. Outros, que desempenhavam funções de assistente administrativo, tendo passado ao quadro de pessoal mas com a categoria de cantoneiro de limpeza ou auxiliar de serviços gerais, apesar de continuarem a desempenhar funções de assistente administrativo viram o seu vencimento passar de cerca de 600 euros para menos de 400.

Por outro lado, o pessoal não tem as mínimas condições de higiene nas suas instalações, que apresentam um estado de grande sujidade, e

o Parque da Cal, onde funcionam os serviços da Divisão do Ambiente, tem as casas de banho fechadas, obrigando os trabalhadores a recorrer a «qualquer canto» do parque.

Também os trabalhadores do Edifício dos Paços do Concelho, privados de um dia para o outro do bar de apoio, estão agora impossibilitados de se alimentar a meio da manhã e da tarde, uma vez que as máquinas que supostamente o substituem não servem água nem alimentos.

Enfim, toda uma política incorrecta de gestão de recursos humanos que, segundo os comunistas, contrasta com a

atribuição de «escandalosos subsídios» ao Boavista e F.C. do Porto. Há, pois, dinheiros gastos «sem rigor», não é dada resposta, dentro dos prazos legais, aos pedidos e requerimentos dos trabalhadores, as viaturas que os transportam estão a «cair de podres» e outras nem sequer têm identificação da Câmara, permitindo a sua utilização em proveito pessoal.

Também, o que esperar de «um presidente da Câmara que praticamente só aparece no concelho que dirige para participar em inaugurações, jantares e outras procissões»?

Santarém

Mantêm-se atrasos nas indemnizações

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, reunida recentemente, analisou alguns dos problemas que afectam a agricultura e os agricultores ribatejanos, particularmente os atrasos no pagamento de indemnizações aos produtores de tomate, pimento e beterraba, a quem as continuadas chuvas caídas no final da campanha de Verão causaram elevados prejuízos. Os agricul-

tores pretendem que o Governo pressione as seguradoras no sentido de pagarem o justo valor das indemnizações, pelo que o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar um requerimento ao Ministério da Agricultura para esclarecer a situação e pressionar a tomada de medidas urgentes.

Quanto à intenção do Governo, expressa em decreto-lei, de dividir os

concelhos do distrito de Santarém em duas Comissões Coordenadoras Regionais - do Centro e do Alentejo -, é «completamente absurda». Como absurdo era, na opinião dos comunistas, que o distrito estivesse incluído na CCR de Lisboa e Vale do Tejo, o que não só impossibilitava uma abordagem regional coerente como dificultava o acesso a fundos comunitários.

O distrito de Santarém é, aliás, um exemplo das consequências negativas resultantes de uma incorrecta política de ordenamento do território, diz a DORSA, para quem a solução que salvaguarda os interesses do distrito passa pela criação de uma nova CCR que corresponda a uma Nova Unidade Territorial (NUT) que abranja os concelhos do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste.

Assembleia do Ensino Superior de Lisboa da JCP

Formar quadros para combater política do Governo

Para preparar a contestação ao Governo e analisar a situação da educação, os estudantes do ensino superior de Lisboa da JCP reuniram-se em assembleia. Foram muitos os problemas debatidos.

Sete meses depois da realização da última reunião, teve lugar no sábado a Assembleia do Ensino Superior de Lisboa da JCP sob o lema «Organizar e intervir para reforçar a luta». Os objectivos da iniciativa eram claros: integrar mais elementos na discussão, organizar e formar mais quadros, dar melhor resposta ao Governo e mobilizar no combate à sua política.

A análise que os jovens comunistas fazem do ensino superior aponta para o agravamento de vários problemas neste sistema de ensino. «Apresenta-se cada vez mais desfasado e distante da realidade do País, não apresentando as respostas efectivas aos anseios e aspirações dos que nele estudam e leccionam», afirma a resolução política aprovada.

«O ensino superior não está dotado de mecanismos que lhe permitam exercer o seu papel social e incontornável, não se apresentando como meio de supressão de desigualdades económicas, sociais, culturais e de libertação do homem», afirma a JCP, referindo a existência de «uma ofensiva ideológica intensa, onde só se ensina o que interessa e onde as perspectivas contra o sistema são

distorcidas ou não são leccionadas. Actualmente, o ensino superior encontra-se numa situação de mercantilização enraizada numa visão puramente economicista, o que conduzirá ao esvaziamento e afastamento progressivo dos seus objectivos.»

A Declaração de Bolonha pode colocar Portugal numa situação desastrosa

O continuado subfinanciamento das instituições tem provocado a quebra da qualidade no ensino e o aumento da comparticipação dos estudantes nos gastos com a educação. «O corte orçamental para 2003 coloca o financiamento das instituições num patamar que é o mais desfasado de sempre relativamente ao orçamento-padrão», sublinham os jovens comunistas.

Como o Ministério da Educação recentemente reconheceu, a finalização dos cursos do ensino superior é de 9 anos. Mas nada se fez em relação a isso. «As infra-estruturas das escolas não apresentam condições para a sua frequência, não dão resposta às exigências das disciplinas nelas ministradas e em muitos casos representam mesmo um risco para a integridade física dos que nelas estão inscritos. Os apoios através da acção social não apresentam um apoio

concreto ao estudante de uma formação que se quer superior, as residências são insuficientes, as cantinas por vezes tem um serviço e um horário pouco desejável e são nulos os apoios aos transportes, actividades escolares e aquisição de material.»

Declaração de Bolonha

Uma das maiores preocupações dos universitários é a adopção da Declaração de Bolonha pelas instituições portuguesas, que em «muito pouco beneficia o ensino superior».

«Há um processo a desenvolver, quanto antes, no actual ensino superior e este processo não pode passar por um comprometimento com Bolonha, pelo que tal facto permite alterações profundas e negativas na formação dos futuros quadros para o País», considera a JCP.

Estas modificações podem passar pela qualidade e equidade na definição dos currículos e pela retirada de áreas fundamentais do ensino. «Estas alterações surgem apenas numa óptica de redução dos gastos com a educação e numa responsabilização financeira cada vez maior do indivíduo que estuda, como se a educação não fosse um direito, mas sim um capricho», acrescenta.

Associada a uma forte componente competitiva e ao desrespeito pelas especificidades de cada país, a Declaração de Bolonha poderá



«O ensino superior encontra-se numa situação de mercantilização, o que conduzirá ao afastamento progressivo dos seus objectivos», denuncia a JCP

Trabalho de direcção obtém resultados

«Os objectivos estabelecidos foram no fundamental cumpridos, sendo de assinalar passos qualitativos muito positivos no trabalho de direcção», lê-se na resolução política aprovada pela assembleia.

Os militantes referem que algumas tarefas não foram cumpridas, mas que o saldo é positivo. E avançam algumas razões: a grande distribuição de tarefas dentro da DOESL – o que permitiu reactivar ou mesmo criar colectivos em escolas onde a JCP não intervinha – e a grande regularidade das reuniões da direcção (por vezes mais do que uma vez por semana), dando resposta ao trabalho

sem a existência de um organismo executivo.

Ao longo dos últimos dois anos, a direcção da organização teve condições de trabalho muito diversas, nomeadamente com a saída de vários elementos. No entanto, o trabalho nem sempre se ressentiu. Por exemplo, a recolha de fundos foi uma das maiores de sempre.

As bancas de rua que tiveram lugar em Agosto demonstraram ser uma experiência positiva de contacto com a população de Lisboa, na afirmação do Partido, da JCP e da Festa do Avante!.

colocar Portugal numa «situação desastrosa».

«São os cortes na acção social escolar, na investigação, o persistente insucesso escolar, a falta dramática de

professores e técnicos, a lacuna dos equipamentos, os horários de funcionamento das instituições e a inexistência de apoios e incentivos para os estudantes que

fazem temer a introdução de uma medida como esta que pode mudar por completo o ensino e, no fundo, não passar de um tratamento de cosmética», sublinha a JCP.

Estudantes universitários de Coimbra e Lisboa

Cordão humano contra cortes orçamentais

«Uma política inferior não serve ao ensino superior», lia-se numa faixa dos estudantes universitários que protestaram em Lisboa, na quinta-feira. Seis autocarros transportaram

algumas centenas de estudantes de Coimbra, que se deslocaram à capital especialmente para fazer «mostrar um cartão amarelo ao Governo», como afirmou Vítor Hugo Salgado, presidente da Associação Académica.

Por isso todos os estudantes traziam consigo um cartão amarelo e um apito, ameaçando transformar a advertência numa expulsão. «Um lince não faz a Primavera, a educação faz Portugal», lia-se noutra cartaz.

As associações de estudantes da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa juntaram-se ao protesto e participaram no cordão humano entre a Praça do Marquês do Pombal e a Assembleia da República.

Para os estudantes de Coimbra, está em causa a qualidade do ensino superior com os cortes orçamentais. O possível aumento das propinas constitui outro motivo de contestação. «Os estudantes tem conhecimento de um possível aumento de propinas, mas nunca fomos chamados a pronunciar-nos e o ministro

Pedro Lynce, em todas as reuniões connosco, disse sempre que o aumento não estava nas suas expectativas», adiantou Vítor Hugo Salgado.

«Não estamos apenas contra os cortes orçamentais, mas sim contra toda a política do ministro da Ciência e do Ensino Superior, que exclui os estudantes na discussão das matérias. É um monólogo que não leva ao desenvolvimento do ensino superior», acrescentou o dirigente associativo.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras apresenta ainda outras razões para a manifestação, nomeadamente o pacote laboral «que retira direitos aos trabalhadores-estudantes», o aumento dos preços nas cantinas e nas residências estudantis, o fim do crédito

bonificado jovem e a necessidade de combater o desemprego, principalmente na área das ciências sociais e humanas.

Cortes até quando?

Transportando uma faixa negra de 450 metros e vários cartazes, os estudantes percorreram as ruas de Lisboa gritando palavras de ordem como «Bolsas sim, cortes não! Este Governo não tem educação». Em frente ao Parlamento, os estudantes cobriram-se com uma faixa de 25 metros onde se lia: «Coimbra está em Lisboa, onde está a Acção Social? Para onde vão as propinas? Cortes até quando? O Ensino Superior merece mais!»

Decidido em Assembleia Magna pelos estudantes de Coimbra, este protesto culmina uma iniciativa denominada «Oito dias, oito faculdades», que tinha como objectivo mostrar à opinião pública a realidade das instalações da Universidade.

Para Vítor Hugo Salgado, a manifestação «mais do que marcar o final das iniciativas já desenvolvidas, abre portas para o futuro da contestação ao Governo. Há um sentido crescente de contestação a partir desta manifestação, que será visível ao longo de todo o ano», assegurou.



Entre o Marquês de Pombal e o Parlamento, centenas de estudantes protestaram contra os cortes no ensino superior



Almada com novos acessos

A cidade de Almada está a ser alvo de grandes intervenções que visam retirar do centro da cidade o intenso tráfego de automóveis ligeiros que se verifica na zona Centro-Sul e preparar as vias de acesso para a chegada do Metro Sul do Tejo (MST), prevista para daqui a três anos, segundo o vereador de Informação da Câmara Municipal. De acordo com António Matos, já está em funcionamento um conjunto de vias, num total de oito quilómetros, que permite a ligação ao novo complexo comercial Almada Fórum. Em plena construção estão também os dois túneis do Centro-Sul, prevendo-se a sua entrada em funcionamento em Março do próximo ano. Também a ligação Centro-Sul à Avenida Arsenal do Alfeite, através de uma nova via, já está a funcionar. O vereador destacou ainda que na zona centro da cidade está a ser desenhado um novo centro cívico e o edifício dos Paços do Concelho. Esta zona contará com um hotel, um arquivo histórico, um centro de arte infantil e um conjunto imobiliário de baixa densidade.

ExpoBeja com investimento público

A Câmara Municipal de Beja e a Associação de Criadores de Ovinos do Sul, proprietárias do Parque de Feiras e Exposições, vão construir uma empresa para gerir aquela infra-estrutura, revelou um vereador da autarquia alentejana. Em declarações à Lusa, o vereador Manuel Camacho explicou que a constituição da empresa foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada na passada semana. A entidade, que se denominará ExpoBeja, será um empresa municipal com capitais maioritariamente públicos, detendo a autarquia 60 por cento e a Associação de Criadores de Ovinos os restantes 40 por cento.

Contra a revisão da PAC

Os orizicultores portugueses ameaçaram, domingo, convocar uma jornada nacional de protesto para exigir que o Governo trave a revisão Política Agrícola Comum da UE e obrigue os industriais do sector ao pagamento da produção do arroz pelo preço de intervenção. Esta foi uma das formas de luta equacionadas pelos cerca de 200 agricultores que participaram no Encontro Nacional de Produtores de Arroz, que decorreu no Pavilhão das Actividades Económicas de Alcácer do Sal, se entretanto não obtiverem uma resposta satisfatória do ministro da Agricultura, Sevinete Pinto.

CDU de Paranhos aprova orçamento

A Assembleia de Freguesia de Paranhos realizou, na passada semana, uma Assembleia Ordinária e aprovou as opções do Plano de Orçamento para 2003, com os votos da CDU e contra do PS. Na assembleia, a CDU apresentou uma moção solicitando à Câmara Municipal do Porto o cumprimento das suas promessas de apoio ao Rancho Folclórico de Paranhos, que foi aprovada por unanimidade. Foi ainda apresentada e aprovada, com 11 votos a favor (da CDU e do PS) e 10 contra (PSD/PP), uma saudação aos trabalhadores portugueses que estiveram em greve pela defesa da manutenção dos seus direitos, postos em causa no código de trabalho proposto pelo Governo.

Moita cede terrenos

A Câmara Municipal da Moita assinou, no sábado, os contratos de cedência do direito de superfície de dois terrenos à Associação de Dadores de Sangue da Vila da Baixa da Banheira e à Juventude Sociocultural e Desportiva das Fontainhas. A Associação de Dadores de Sangue foi contemplada com um terreno de 324 metros quadrados e um valor estimado de 3250 euros, para a construção de uma sede social no Parque da Zona Ribeirinha. Aos jovens coube um terreno com 470 metros avaliado em 4700 euros, onde será construído o novo edifício-sede.

Governo suspende nova Ponte sobre o Tejo

A resolução do Conselho de Ministros que suspende a equipa criada em 2000 para elaborar os estudos necessários à construção da terceira ponte sobre o Tejo, entre Chelas e Barreiro, foi sexta-feira publicada em Diário da República. A deliberação suspende o funcionamento da equipa de missão que «procedeu à realização de estudos necessários ao lançamento do concurso público, tendo em vista a concepção e exploração da terceira travessia sobre o Tejo na região de Lisboa».

Médicos do Santa Maria em greve

Os médicos do Hospital de Santa Maria iniciaram, segunda-feira, uma semana de paralisação em protesto contra a não aplicação do regime único no pagamento das horas extra em urgência, que a administração sustenta aguardar decisão ministerial. Em causa está o decreto 92/2001, elaborado pela ex-ministra da Saúde socialista Manuela Arcanjo, que determina o pagamento das horas extra em urgência por uma tabela única, independentemente de o regime de trabalho do médico ser o das 42 ou 35 horas semanais.

Transportes e comunicação, educação, cultura e qualidade nas novas habitações são as prioridades do Executivo

Palmela investe na população

A melhoria da rede viária municipal, saneamento básico e abastecimento de água são as prioridades do orçamento da Câmara Municipal de Palmela para o ano de 2003, no montante global de 44,9 milhões de euros.

Segundo revelou, na passada semana, à Lusa, o vereador do Urbanismo, Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, José Manuel Charneira, o Orçamento para 2003, que já foi aprovado em sessão camarária, prevê um investimento de 4,6 milhões de euros no sector dos Transpor-

tes e Comunicações, estando ainda prevista uma verba de 2,5 milhões de euros para o saneamento básico, e de 1,5 milhões de euros para o reforço do abastecimento de água.

No sector da Educação, a Câmara de Palmela propõe-se avançar com a construção da Escola Básica

e Jardim de Infância de Aires e com as obras de ampliação da Escola Básica n.º 4 do Pinhal Novo e da Escola Básica de Poceirão.

Em termos culturais, além do tradicional apoio às colectividades do concelho, a Câmara Municipal pretende avançar com a construção da Biblioteca Central de Palmela e manter a aposta no programa de recuperação e animação do castelo.

Sobre a construção da variante à Estrada Nacional 252 na vila de Pinhal Novo, o vereador esclareceu que o Orçamento de 2003 não inclui nenhuma dotação orçamental para a variante, salien-

do que a autarquia «já fez mais do que a sua obrigação, ao elaborar um estudo prévio sobre os dois corredores alternativos, a Nascente e a Poente, que já foi entregue ao Instituto das Estradas de Portugal».

«Julgo que a melhor opção é o corredor Poente e que deverá ser essa a opção escolhida», disse o autarca, lamentando que a obra não tivesse sido contemplada ao Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2003.

Qualidade na habitação

José Manuel Charneira fez ainda questão de sublinhar que a Câmara de Palmela apresenta uma situação financeira que lhe permite executar os compromissos assumidos na campanha eleitoral, uma vez que as maiores receitas do município são provenientes da derrama e da contribuição autárquica.

«Não necessitamos de licenciar novas urbanizações com o objectivo de conseguirmos receitas, pelo que estamos a apostar cada vez mais na qualidade da construção de novas habitações», concluiu o vereador.



Palmela apresenta uma situação financeira que lhe permite executar os compromissos assumidos na campanha eleitoral

Crime ambiental na lagoa de Óbidos

Três movimentos cívicos da região Oeste apresentaram à eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo os principais problemas ambientais da lagoa de Óbidos, durante uma visita, que se realizou, sábado, no Bom Sucesso.

A Comissão de Moradores do Bom Sucesso, situada na margem Sul da lagoa de Óbidos, a Comissão Cívica de Protecção das Linhas de Água e de Ambiente (margem Norte da Lagoa, Caldas da Rainha) e o Movimento Pró-Infomação sobre o aterro sanitário do Oeste (Vilar, Cadaval) entregaram à eurodeputada um dossier com informações sobre as fontes de poluição de uma das maiores lagoas costeiras do País.

Os movimentos pretendem assim que Ilda Figueiredo faça chegar a Bruxelas as suas preocupações ambientais, nomeadamente a falta de saneamento e consequente poluição dos rios que vão desaguar na lagoa.

Entretanto, na passada semana, o porta-voz da Comissão de Moradores do Bom Sucesso, José Encarnação, que já entregou uma petição na Comissão Europeia insurgindo-se contra «o não cumprimento das normas ambientais da União Europeia», adiantando «que a falta de saneamento básico leva a que só do lado Sul» cerca de mil fossas estejam a

contaminar há anos a lagoa de Óbidos.

Por outro lado, na margem Norte «os esgotos da cidade das Caldas da Rainha correm a céu aberto por a estação de tratamento não estar a funcionar», sublinhou. Ainda segundo José Encarnação, a elevada carga poluente transportada pelos rios teve como consequência «a diminuição do número de pescadores de 100 para 20 ou 30».

A Comissão de Moradores do Bom Sucesso aponta ainda como «crime ecológico» a construção de três blocos de apartamentos numa zona onde só existem vivendas e que levou ao «corte de pinheiros e ao desaparecimento de dunas»

Os movimentos alertaram também a eurodeputada do PCP para o que consideram «soluções provisórias» na lagoa, como é o caso da colocação, no Bom Sucesso, de 4500 sacos de areia junto a habitações que se encontram em risco devido à proximidade da água.

Eurodeputada critica

«Cabe ao Governo português fazer a intervenção para minorar o assoreamento da lagoa de Óbidos porque é de facto uma vergonha, é inadmissível, a colocação de uma barreira de sacos de plástico em plena lagoa», afirmou Ilda Figuei-

redo durante a sua deslocação a Bom Sucesso.

A eurodeputada do PCP frisou que «não tem sentido a intervenção com sacos de plástico» sobretudo «quando os moradores dizem que oferecem pedra, um produto natural e que integra o ambiente».

«É preciso que esta situação seja revista e que encare uma solução diferente porque o plástico não é biodegradável e é um atentado à natureza estar a ser utilizado como barreira», sublinhou.

Neste sentido, Ilda Figueiredo vai expor por carta a sua posição ao ministro do Ambiente, Isaltino Morais, e ao secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins.

Faltam 80 médicos em Famalicão

A Sub-Região de Saúde de Braga contratou um médico cubano para minorar a falta de profissionais no Centro de Saúde de Famalicão, onde existem milhares de utentes sem médico de família.

O coordenador regional da saúde da região, Carlos Moreira, adiantou que no concelho há cerca de 64 mil utentes, 16 mil dos quais sem médico de família, «uma situação que se alarga a todo o distrito, onde faltam 80 médicos e há 100 mil utentes sem médico de família».

Em declarações, na passada semana, à agência Lusa, Carlos Moreira lembrou o requerimento apresentado pelo deputado do PCP na Assembleia da República, Honório

Novo, sobre a «alarmante falta de médicos no centro de saúde de Famalicão, onde existem 16 mil utentes sem médicos de família».

Entretanto, no requerimento enviado ao Ministério da Saúde, Honório Novo sublinha que «além da falta de médicos, a cada um dos 36 médicos do Centro de Saúde estão distribuídos em médias 2 mil doentes - 75 mil no total -, o que é muito superior àquilo que é recomendado e que prevê no máximo 1500 doentes por médico».

O deputado do PCP acentua ainda que 36 clínicos asseguram a prestação de cuidados da saúde nas nove extensões pelo conselho e que na Extensão de Saúde de Nine não há qualquer médico a prestar serviço.



«A decisão do Governo é um retrocesso na política de mobilidade da área da grande Lisboa», afirmou Guadalupe Gonçalves

Ao lado dos utentes CDU de Sintra contra portagens

A CDU de Sintra apela à luta de todos os municípios e utentes da CREL e do IC-19 contra a introdução de portagens naquelas vias e admite realizar uma manifestação de protesto.

«Apelamos ao envolvimento das populações na luta contra as portagens na CREL (Circular Regional Externa de Lisboa) com vista à anulação e suspensão desta decisão do Governo. As manifestações serão devidamente divulgadas», disse, sexta-feira, a vereadora da CDU da Câmara Municipal de Sintra, Guadalupe Gonçalves, em conferência de imprensa.

De acordo com a autarca, a CDU de Sintra vai demonstrar veementemente o repúdio pelas portagens na CREL em todos os órgãos da autarquia do concelho. «Esta decisão do Governo é um retrocesso na política de mobilidade da área da grande Lisboa, constitui um agravamento assinalável das acessibilidades e da mobilidade e prejudica os trabalhadores e empresários do concelho», criticou Guadalupe Gonçalves.

Após oito meses de mandato, acrescenta a vereadora, o Governo revela não ter e nem investir numa política concertada de acessibilidades e transportes para a área metropolitana de Lisboa, limitando-se a tomar «decisões de forma avulsa e casuística que penaliza sempre quem trabalha».

«Exemplo disso são também as portagens anunciadas para o

IC-16 e IC-30, cujos concursos foram anulados e metidos na gaveta. Por outro lado, a CRIL está para ser concluída há sete anos e a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes para ser concretizada há 20», exclamou Guadalupe Gonçalves.

«Receitas a todo o custo»

E tudo isto - afirma a vereadora - num concelho já tão «martirizado com o grave problema das acessibilidades» e onde a «fúria do Governo PSD/CDS-PP em obter receitas a todo o custo» não pode ignorar os direitos elementares dos cidadãos, nomeadamente quando estes pagam pesados impostos, tanto na aquisição de veículos automóveis como nos combustíveis e lubrificantes.

«É uma vergonha que os combustíveis aumentem sempre que as cotações de petróleo sobem, enquanto o inverso não se verifique. O Governo arrecada ainda receitas de seguros, portagens, inspeções de veículos e depois os utentes ainda têm de voltar a pagar para circular em vias cujo trajecto não têm alternativa», salientou a vereadora da CDU.

Para Guadalupe Gonçalves, não restam dúvidas de que a decisão de fazer regressar as portagens à CREL é sinónimo de aumento de despesas para milhares de utentes que usam diariamente aquela via. Trata-se de uma estrada que tem como principal função escoar o trânsito de e para os municípios que rodeiam Lisboa, na margem Norte do Tejo, de uma maneira rápida, «que é coisa rara no País em termos de acessibilidades», frisou.

Outra consequência inevitável desta decisão será, segundo Guadalupe Gonçalves, o aumento substancial do trânsito nas vias sem portagens, como o IC-19.

«Contestar energeticamente»

Estas são razões suficientes para a CDU de Sintra, apoiada pela Direcção de Organização Regional de Lisboa do PCP, «contestar energeticamente» esta decisão e lançar o apelo à luta, que «será tanto mais importante para evitar num futuro próximo, quando o IC-19 estiver alargado, o Governo tenha a tentação de aí começar também a cobrar portagens».

A decisão de introdução de portagens na CREL foi tomada na passada semana em Conselho de Ministros, a que se seguiu uma onda de contestações por todos os presidentes dos municípios atravessados por aquela via e pelos partidos da oposição.

Lisboa - um ano depois, a capital faz marcha atrás

Folclore. Aliciamento. Muita propaganda. Tal é o esquema que conduz a 'scores' nas sondagens e nos inquéritos de opinião. Mas a cidade, essa não avança, está bloqueada. A vida real das pessoas nos bairros está em marcha atrás. Lisboa regrediu. O Orçamento de 2003 veio confirmar que Lisboa está sem rumo e navega à vista. Faz precisamente um ano que os novos órgãos de poder local de Lisboa foram eleitos. Um ano depois, qual o estado da Cidade? Que passos deu? Que caminhos apontou? Que novos rumos estão definidos? Que estratégias estão apontadas aos lisboetas? Que desenvolvimento urbano se encetou, se definiu, se antevê?

PSD e CDS rasgam o seu Programa Eleitoral

O Orçamento de 2003 veio confirmar: a actual maioria rasgou o seu Programa Eleitoral e navega à vista. Os objectivos anunciados não têm correspondência no Orçamento. O rumo do Orçamento não é definido. É um caso típico de navegação sem rumo. Os grandes objectivos anunciados não têm correspondência com as dotações financeiras definidas. Ou seja: as propostas de Plano para 2003, o Plano Plurianual de Investimentos de 2003-2006 e o Orçamento de 2003 contradizem promessas eleitorais e não respondem às necessidades da Cidade e dos seus habitantes. Pode até dizer-se que têm um carácter virtual. Porém, não estão esclarecidas as formas de obter as receitas extraordinárias nem contempladas as formas de corresponder a encargos a que a Câmara está obrigada. Por outro lado, as grandes apostas definidas são praticamente as referidas para 2002, que acabaram por não ter concretização no ano que está a terminar. É o caso da requalificação da Baixa Pombalina e do Centro da Cidade; da situação criada à Reabilitação Urbana que dispensa financiamentos do Estado e eleva, de forma irresponsável, os seus encargos directos com obras em propriedade particular (coercivas); é o caso do parque edificado, no seu conjunto, ou de da habitação social; são os casos de redução de verbas nas áreas da Educação, da Cultura, do Saneamento e Protecção Ambiental, da Higiene Urbana ou da Conservação das Estruturas Viárias.

Ao lado das questões centrais

Não estão contempladas ou referidas, de forma significativa, questões tão importantes como uma visão estratégica da Cidade, a sua sustentabilidade, o Parque Periférico ou o Corredor Verde, os compromissos que passarão a existir com a EXPO, a criação dum Fundo de Investimento Imobiliário ou medidas para travar a deterioração do tráfego na cidade. Praticamente não são lançadas novas empenhadas, continuando a arrastar-se obras lançadas em anos anteriores.

É especialmente grave a redução de verbas de protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia.

Tudo isto é feito, por exemplo, em benefício do Túnel das Amoreiras/Marquês afinal à revelia do agora prometido estudo de mobilidade na Cidade ou do aumento significativo das despesas com a reestruturação interna. Fica consagrado o início da privatização da limpeza da cidade.

Desvios que esvaziam a CML

Há neste Orçamento Municipal para 2003 algumas previsões de investimento que anulam de uma só vez às urtigas toda a propaganda que anda a ser feita junto de sectores como a juventude ou os pais das crianças em idade escolar. Veja-se os exemplos que seguem e conclua o leitor.

Tomando como medida de comparação as verbas previstas para o ano que agora finda, que já são uma deformação dos compromissos centrais para com a Cidade, verificam-se reduções e alterações assassinas contra os interesses das populações de Lisboa. A mais grave: os sectores de apoio à criança e à juventude, incluindo a educação, há reduções ainda mais drásticas: de 17,3 milhões de euros em 2002 para 9,6 milhões para o próximo ano. Na higiene urbana, a redução é de 15,5 milhões de euros para 9,7 (quase 40%); na conservação de rede viária, de 5,4 para 2,4 milhões (metade), o importantíssimo sector que é o saneamento e a protecção ambiental, há um corte de 16,1 milhões de euros para menos 40%: este ano estão previstos apenas 9,1 milhões de euros. Há na cultura uma redução de 19,3 para 16,2 milhões.

E as Juntas de Freguesia? Para elas, uma redução de 18 milhões para 15,2. E os trabalhadores e sua actualização? A formação dos recursos humanos vem de 1,2 para 0,6 milhões de euros: exactamente metade...

Mas o túnel das Amoreiras absorverá muitos milhões: nas infra-estruturas viárias, a verba em plano vai de 10,9 (em 2002) para 41,2 milhões de euros (em 2003).

Foi por tudo isso que o PCP votou contra as propostas do Plano de Actividades e Orçamento.

Lisboa merece mais e melhor

A Cidade de Lisboa merece mais. Onde param os grandes projectos que estavam em curso e que tinham consenso no anterior executivo? O que é feito das grandes obras e dos grandes planos aprovados por todos e que estavam bem encaminhados? Que novidades se criaram em alternativa? Onde está a salvaguarda das quintas do Lumiar: a das Conchas e a dos Lilazes, o Programa de equipamentos desportivos, os realojamentos em falta? O que é feito da revisão do Director Municipal, do Plano de Sustentabilidade Ambiental de Lisboa, dos estudos para a Baixa Pombalina, dos Programas Integrados de Reabilitação Urbana?

Os valores das portagens

Sublanço Estádio Nacional - Queluz (3,4 km)

Classe 1 - 25 cêntimos
Classe 2 - 45 cêntimos
Classe 3 - 55 cêntimos
Classe 4 - 60 cêntimos

Sublanço Queluz - Radial Pontinha (6 km)

Classe 1 - 45 cêntimos
Classe 2 - 75 cêntimos
Classe 3 - 1 euro
Classe 4 - 1,10 euros

Sublanço Radial Pontinha - Radial Odivelas (6,8 km)

Classe 1 - 50 cêntimos
Classe 2 - 85 cêntimos
Classe 3 - 1,10 euro
Classe 4 - 1,25 euros

Sublanço Radial Odivelas - N.º A8/A9 (3,5 km)

Classe 1 - 25 cêntimos
Classe 2 - 45 cêntimos
Classe 3 - 55 cêntimos
Classe 4 - 65 cêntimos

Sublanço N.º A8/A9 - Bucelas (3,4 km)

Classe 1 - 25 cêntimos
Classe 2 - 45 cêntimos
Classe 3 - 55 cêntimos
Classe 4 - 60 cêntimos

Sublanço Bucelas - Alverca (11,3 km)

Classe 1 - 80 cêntimos
Classe 2 - 1,45 euros
Classe 3 - 1,85 euros
Classe 4 - 2,05 euros

Governo propõe alterações à reorganização territorial e administrativa do País

Decisão arbitrária rompe identidades

As alterações às unidades territoriais para fins estatísticos (NUT III) estabelecidas pelo Governo estão a ser alvo de contestação. Para além de «controversa» e de provocar «sensíveis perturbações», a decisão é arbitrária, acusa o PCP.

Em causa está a deslocação de unidades territoriais definida em decreto-lei (D.L. 244/2002) abrangendo as Comissões de Coordenação Regional (CCR) de Lisboa e Vale do Tejo, do Centro e do Alentejo. Foi esse diploma que voltou na passada semana à Assembleia da República, por iniciativa do PCP, para apreciação parlamentar, tendo baixado à comissão sem votação para análise das propostas de alteração subscritas pelos deputados comunistas.

Por estes criticado é sobretudo o facto de a nova divisão preconizada pelo Executivo introduzir «modificações sensíveis na configuração histórica e territorial de regiões planas estabilizadas, quebrando unidades e sinergias há muito sedimentadas».

O Governo tomou uma decisão unilateral

Deslocação forçada

«Com esta deslocação massiva de municípios de Lisboa e Vale do Tejo para o Centro e para o Alentejo, o Governo vai quebrar características territoriais e elementos identitários, do ponto de vista demográfico, social e, também, do ponto de vista económico das regiões para onde se pretende remeter tantos municípios, criando o grave

risco de se romper a identidade física e geográfica pré-existente», alertou o deputado Honório Novo no decurso do debate, frisando que estas perturbações afectarão não só as regiões receptoras de novos municípios como também nas próprias NUTs deslocadas.

Dado como exemplo foi o

conjunto de municípios em que se integram Sobral de Monte Agraço, Cadaval, Torres Vedras, Lourinhã, Entroncamento, Abrantes, Alcanena ou Constância, cujas relações quase ancestrais se fazem a todos os níveis com Lisboa e a região envolvente, e que agora vão ter de «reconstituir relacionamentos» com uma nova centralidade localizada em Coimbra.

Referido por Honório Novo foi ainda o caso de outros municípios como Alpiarça, Almeirim, Rio Maior ou Santarém que, a vingar a proposta do Governo, serão obrigados agora a resolver problemas de natureza administrativa em Évora, bem no centro do Alentejo.

E o que mais «choca» nesta «deslocação forçada» de 33 municípios de Lisboa e Vale do Tejo, como lhe chamou o deputado comunista, é o facto de ter sido arquitectada sem qualquer consulta formal aos municípios das regiões receptoras, ou seja, a partir de uma decisão estritamente unilateral.



O Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo constituem uma unidade territorial com elementos unificadores que justificam a sua afirmação como uma nova região-plano

Voluntarismo e superficialidade

E todas estas alterações foram feitas, recorde-se, em nome de questões de natureza financeira, ou seja, com o argumento de que visam captar mais fundos no próximo Quadro Comunitário de Apoio, a iniciar em 2007.

Ora é este expediente que a bancada comunista põe em causa, questionando a «superficialidade» e a «elevada dose de voluntarismo» revelados na proposta do Governo, para lá de traduzir a inexistência de qualquer vontade séria por parte daquele no sentido de proceder

a «uma adequada e mais racional organização territorial e administrativa do país».

Honório Novo expressou mesmo a convicção de que o Governo não sabe, a esta distância, «qual o quadro financeiro que será adoptado depois de 2006», da mesma forma que desconhece, com rigor, «quais os efeitos concretos do alargamento na determinação do valor do Produto Interno Bruto (PIB) de cada uma das regiões-plano nacionais, e, mais grave, «não sabe nem pode saber quais serão os critérios de atribuição dos fundos estruturais depois de 2006», para lá de não saber mesmo se

«haverá ou não regiões de «objectivo» um construídas com os actuais critérios».

Por demonstrar, ainda segundo Honório Novo, que admite estamos perante uma irresponsabilidade do Governo, é igualmente qual o efeito estatístico destas deslocações municipais nas regiões-plano receptoras.

Por outras palavras, o Governo não demonstrou, por exemplo, que a deslocação da NUT III Lezíria do Tejo para o Alentejo não vai elevar o seu PIB médio e, por esta forma, «não vai piorar a situação desta região numa futura candidatura a fundos comunitários».

Gestão das áreas protegidas

Impor a lei do silêncio

O Governo prepara-se para desinvestir fortemente nas áreas protegidas, limitando a sua acção em 2003 a uma mera gestão corrente. A acusação é da bancada comunista e voltou a ouvir-se na passada semana, na Assembleia da República, a propósito de um pedido de apreciação parlamentar por si formulado ao diploma governamental que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Em causa, no fundamental, como explicou o deputado comunista Honório Novo, está a intenção do Executivo de exercer um controlo apertado sobre a acção das comissões directivas das áreas protegidas e respectivos directores, nomeando para o efeito pessoas da sua confiança. E por esta via, como foi dito,

abafar eventuais vozes incómodas capazes de denunciar publicamente os erros da tutela, nomeadamente a ausência de medidas de política visando a defesa e conservação da Natureza.

Ora é essa irreprimível vontade do Governo de controlar que ressalta do decreto-lei agora chamado à ratificação. Nele se determina, designadamente, que os presidentes das comissões directivas das áreas protegidas passem a ser indicados pelo ministro das Cidades, alterando a formulação anterior que previa tão-somente a nomeação desses directores.

Ora sucede que o Governo, na sua ânsia de tudo querer controlar, como denunciou Honório Novo, esqueceu-se que os directores das áreas protegidas estão equiparados

a directores de serviços. Pelo que, de acordo com a lei, o recrutamento dos directores de serviços tem de ser feito através de concurso. Ou seja, o Governo distraiu-se e nem se lembrou que os directores têm que ser nomeados em resultado de um processo de concurso.

E com esta «obsessão de controlar», como lhe chamou Honório Novo, o Governo acabou por legislar de forma «superficial e precipitada» dando à luz um «impasse jurídico».

É esse «nó» que a bancada comunista quer desatar com as propostas de alteração por si apresentadas e que baixaram à comissão visando repor o enquadramento de concurso para o processo de nomeação de directores das áreas protegidas.

Em proposta do PCP

A nova região-plano Oeste e Ribatejo

A reorganização de NUTs proposta pelo Governo, no entender do PCP, para além de não estar baseada em «fundamentos coerentes e credíveis» pode «ter efeitos financeiros contraditórios com os objectivos implicitamente anunciados».

Por isso, para os comunistas, é fundamental introduzir alterações na proposta do Governo por forma a encontrar uma «solução que não perturbe as actuais regiões-plano com epicentro em Coimbra e Évora». Trata-se de contribuir para «uma melhor racionalização da organização administrativa do país», como sublinhou o deputado comunista Honório Novo.

Nesse sentido, partindo da consideração que as NUTs III Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo apresentam elementos unificadores de natureza económica, social e demográfica «muito significativos», afirmando-se como uma «unidade geopopulacional» que corresponde à designação Vale do Tejo, onde se integram 33 municípios, o PCP propõe a criação de uma nova região plano no País – NUT de nível II –, sob o nome de Oeste e Ribatejo e que passará a integrar as três NUT de nível III que o Governo quer deslocar para o Alentejo e Centro.

Reforma do Regimento

Direita impõe «lei da rolha»

A reforma do regimento da Assembleia da República foi aprovada, na passada semana, com os votos favoráveis do PSD, CDS/PP e PS. As restantes bancadas – PCP, PEV e BE – votaram contra e acusaram a maioria de estar a impor a «lei da rolha». Não obstante as diligências do presidente da Assembleia da República no sentido de tentar chegar a um acordo que permitisse votar o regimento por unanimidade, a verdade é que as bancadas da maioria revelaram uma enorme intransigência e não aceitaram propostas consideradas

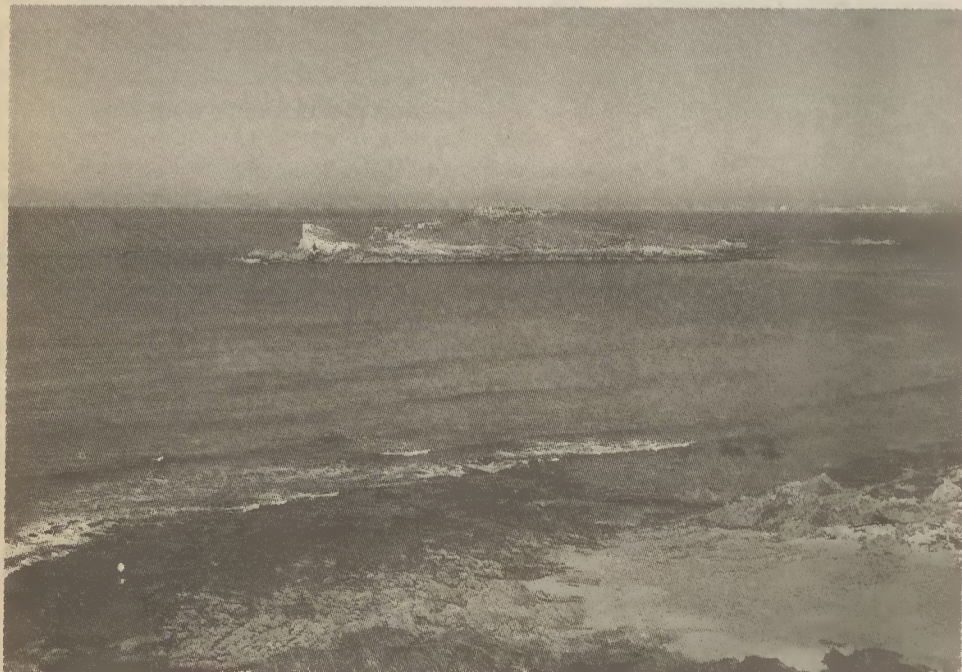
essenciais para comunistas, verdes e bloquistas.

A nova grelha de tempos imposta pela maioria foi a principal razão para as críticas suscitadas pelos partidos mais à esquerda no espectro parlamentar, que acusaram o PSD e CDS/PP de quererem retirar aos partidos mais pequenos tempo de debate.

A proposta estabelece que «o Governo e o autor da iniciativa originariamente agendada têm um tempo de intervenção igual ao do maior grupo parlamentar». Esta proposta retira tempo máximo de debate aos autores de iniciativas que

subam a plenário por arrastamento, como sucede actualmente. As bancadas do PCP e do PS ainda apresentaram propostas para garantir igual tempo aos agendamentos por arrastamento, mas foram chumbadas.

«O que vai marcar esta reforma não são benéficas, mas a verdadeira lei da rolha que o Governo quer impor aos autores de iniciativas», verificou o deputado comunista António Filipe, lembrando que o direito de tempo máximo de debate ao autor de iniciativas «nunca tinha sido contestado por qualquer maioria».



O Governo vai investir menos na defesa e conservação da Natureza

PCP avalia greve geral e exorta ao prosseguimento da luta

Uma lição de determinação e unidade

Se persistir na afronta ao mundo do trabalho, como parece ser o caso, o Governo segue um caminho que o conduzirá a um maior isolamento social que se transformará, «mais cedo que tarde, numa questão política de fundo».

Este o aviso deixado pelo deputado comunista Jerónimo de Sousa, numa referência directa ao autismo evidenciado pelo Governo sobre as razões que presidiram à elevada adesão dos trabalhadores à recente greve geral.

Interpretando os resultados da jornada de luta do passado dia 10, numa espécie de balanço, o deputado comunista foi ainda claro ao afirmar que «será o prosseguimento da luta que determinará o destino final do pacote laboral e das políticas sociais injustas

que lhe estão associadas».

E ao Governo, depois desta greve geral, segundo o deputado do PCP, só resta um de dois caminhos: ou «arrepia caminho na sua política social injusta e reconsidera a essência e substância do pacote laboral»; ou prossegue «no confronto com o mundo do trabalho» e assume daí as consequências.

Para Jerónimo de Sousa, que falava em nome da bancada comunista, em declaração política proferida no dia a seguir à greve, desta magna forma de luta ficou ainda uma

mensagem que não pode deixar de ser ouvida pelo poder político. E esse recado, enfatizou, é o de que o mundo do trabalho «não está disposto a ser a vítima preferencial da política de um Governo tutelado pelos interesses e privilégios dos poderosos», do mesmo modo que não abdica de reclamar para si próprio «o papel de força insubstituível na construção de um Portugal mais justo e mais desenvolvido».

A reter dessa «magnífica lição de dignidade, de determinação e de luta», como a classificou o parlamentar do PCP, fica ainda uma outra ideia que considerou da maior importância: a de que, sendo esta uma greve em legítima defesa de direitos fundamentais, comporta, simultaneamente, o significado de que «não há progresso nacional se na base da políti-



Os trabalhadores evidenciaram na greve geral uma enorme maturidade e firmeza não se deixando intimidar pelas manobras de coacção e chantagem do Governo e do patronato

ca a realizar for declarada guerra aos trabalhadores, aos seus direitos, interesses e aspirações».

Relevante, no entender da bancada comunista, é ainda o facto de a greve geral ter assumido a dimensão que teve não obstante as manobras de intimidação do Governo e de um sector do grande patronato. E lembradas, a propósito, foram a tentativa de fixar ilegalmente serviços mínimos no sector dos transportes, o uso de forças da GNR e da PSP contra os grevistas, a substituição de trabalhadores em greve e as pressões e ameaças em centenas de empresas sobre trabalhadores com vínculos precários ou não sindicalizados.

Formas múltiplas de coacção e chantagem que, na opinião de Jerónimo de Sousa, não surtiram o efeito desejado, já que entre o milhão de trabalhadores com vínculo precário muitos foram os que resistiram às ameaças e represálias e exerceram o seu direito à greve.

E se o pacote laboral foi a questão central que esteve na

base desta poderosa manifestação de protesto e luta, como foi dito, a verdade é que a justificá-la e a engrossar a onda de descontentamento estiveram também outras razões. Como, por exemplo - foi ainda Jerónimo de Sousa a lembrá-lo -, o defraudar das justas expectativas dos

milhares de reformados com pensões mínimas que confiaram nas promessas de Paulo Portas e da direita, os ataques a direitos dos trabalhadores da administração pública ou o ataque ao poder de compra consubstanciado em aumentos salariais de miséria, designadamente quanto ao

Actuação das forças policiais

O líder parlamentar comunista exigiu ao Governo esclarecimentos sobre a acção de forças policiais que geraram incidentes em empresas dos distritos de Aveiro e Braga, nas primeiras horas da greve geral.

Em requerimento, Bernardino Soares alude às notícias que testemunharam a actuação de forças da polícia junto de alguns trabalhadores, piquetes de greve ou dirigentes sindicais que permaneciam perto dos seus locais de trabalho.

Segundo o líder parlamentar do PCP, registaram-se casos em que trabalhadores foram inter-

pelados em empresas têxteis, rodoviárias, entre outras, no distrito de Braga, e, ainda, a «detenção do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Corticeiros do distrito de Aveiro».

Para o PCP é agora da maior importância saber «em que circunstâncias, como se processou e a que se deveu a presença, permanência e intervenção das forças policiais junto de algumas empresas, interpellando directamente os trabalhadores e procedendo à detenção para identificação de dirigentes sindicais».

Reposição das portagens na CREL Interesses da Brisa falam mais alto

«Uma afronta às populações do distrito de Lisboa», assim classifica o Grupo Parlamentar do PCP a decisão governamental de restaurar as portagens na Circular Externa Regional de Lisboa (CREL).

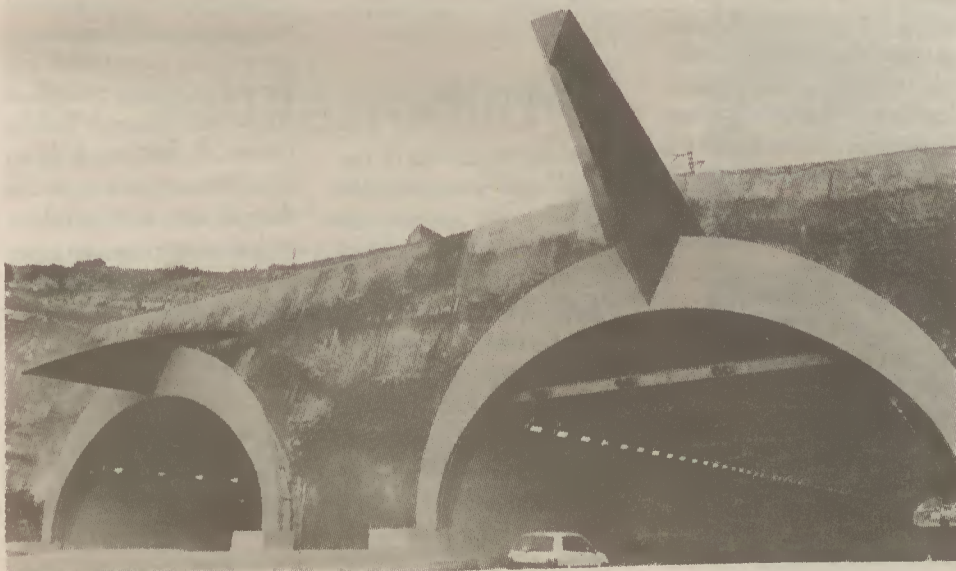
Reagindo ao anúncio desta medida, que encara como uma «pesada taxa» aos utilizadores daquela via, a formação comunista quer que a Junta Metropolitana de Lisboa (JML), a Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM) e a Comissão de

Utentes do IC 19 sejam ouvidos na comissão parlamentar das Obras Públicas.

Uma exigência face ao que os deputados comunistas consideram ser, ainda que necessária, a insuficiente audição ao ministro realizada anteaitem para explicar a reposição das portagens. E por isso, explicam, é imperioso ouvir «os que vão ser mais afectados» por esta medida do Governo que põe em causa um direito adquirido das populações do distrito de Lisboa em favor dos «interesses dos ac-

cionistas da Brisa, que passam a beneficiar das portagens nas próximas décadas».

O Grupo comunista vê ainda com grande apreensão esta decisão do Governo por entender que dela resultarão inevitáveis estrangulamentos rodoviários em outras vias, designadamente no IC 19, na A1 e na Segunda Circular, para além de agravar o trânsito na cidade de Lisboa, «com evidentes prejuízos para a qualidade de vida das populações e para o ambiente».



Restaurar as portagens vai agravar os problemas de mobilidade no distrito de Lisboa com prejuízos para as populações e para o ambiente

O Governo é cego

Duramente criticada pelo parlamentar comunista foi ainda a atitude do Executivo em persistir na cegueira de não querer ver (ou fingir que não vê) nem entender as «razões fundas» que estiveram na base da greve geral convocada pela CGTP-IN e à qual aderiram em acção convergente 51 sindicatos não filiados em nenhuma central sindical ou filiados na UGT.

Como se fosse possível escamotear ou iludir o significado que emerge de uma adesão maciça em sectores e empresas como, por exemplo, os transportes públicos e privados, a administração central e local, a Auto Europa, os grandes estaleiros navais, os pescadores do arrasto, a maior empresa conserveira sediada em Peniche, a empresa Sant Goban (que detém o monopólio da fabricação do vidro plano), as cimenteiras em Souzela, Loulé e da Secil, os sectores petrolíferos, energético e das águas, grandes unidades multinacionais do sector têxtil e de fabricação dos componentes electrónicos, as minas de Neves Corvo, as OGMAS, ou o Arsenal do Alfeite.

Envolta no maior secretismo «Constituição» europeia na forja

O Grupo Parlamentar do PCP instou Durão Barroso a esclarecer se Romani Prodi enviou a Portugal o projecto de «Constituição secreta» para a União Europeia, que terá sido preparada «por um número muito restrito de pessoas» e no «mais completo secretismo».

Trata-se de um documento que, segundo informações vindas a público, terá sido encomendado pelo presidente da Comissão Europeia no maior dos sigilos, no quadro da designada «Convenção para o futuro da União Europeia», cujos trabalhos têm igualmente decorrido em completo «circuito fechado».

«Ao que parece, o sigilo foi tanto e tão rigoroso que há quem já designe o trabalho

como a Constituição secreta de Romani Prodi», sublinha, em requerimento dirigido ao Governo, o deputado comunista Honório Novo.

Depois de referir que este «projecto secreto» terá sido recentemente concluído e remetido não só aos membros do Colégios de Comissários como também ao presidente da «Convenção para o futuro da União Europeia», o deputado do PCP solicita ao Governo que envie ao Parlamento o diploma no caso de o ter recebido de Bruxelas, questionando simultaneamente se tenciona ou não «tornar público o papel que Prodi «reserva para Portugal enquanto membro da União Europeia».

«Em caso negativo, como avalia o Primeiro-Ministro o facto de Romano Prodi suscitar uma discussão de um projecto (secreto) da «Constituição» europeia sem ao menos ter a gentileza de o remeter para conhecimento do Governo português?», pergunta ainda Honório Novo no texto do requerimento.

Lembrada pelo parlamentar comunista é também a posição crítica da sua bancada relativamente à Convenção para o futuro da União Europeia quer pela sua composição - «que impede a participação pluralista de correntes de opinião com expressão parlamentar em muitos Estados-membros - quer pela duvidosa transparência com que têm decorrido os seus trabalhos.



O patronato tentou tudo para desmobilizar os trabalhadores mas estes responderam à intimidação com a luta

Abusos, ilegalidades e prepotências

Abusos de autoridade e ilegalidades por parte de patronatos e administrações marcaram a greve geral. Quiseram, em alguns casos pela força, quebrar a unidade dos trabalhadores.

confirmem certas ameaças do patronato.

Substituir trabalhadores

Nos aeroportos, a situação, segundo o SITAVA, foi bem mais grave, já que muitos foram os movimentos efectuados sem quaisquer condições de segurança para aviões e passageiros. A situação mais séria ocorreu na Madeira, onde o sindicato contabilizou, antes do encerramento do aeroporto, 22 movimentos, entre aterragens e descolagens mandadas efectuar nestas condições precárias. A situação levou a veemente protesto por parte de alguns pilotos, como no caso da *British Airways*, ao saberem que foram autorizados a aterrar sem que a tripulação soubesse que não havia socorros. Segundo Luís Ramos, do SITAVA, as administrações da Madeira e Porto

foi responsável pela ilegal intimidação dos trabalhadores em greve que foram mandados identificar e, «de forma grosseira», quiseram expulsar os trabalhadores do piquete de greve das instalações do aeroporto do Funchal. No Porto, apesar de não ter tido a mesma gravidade, foram usados trabalhadores que ainda estavam à experiência, em fase de formação, sem qualquer acompanhamento. Em Lisboa, foi contratada uma empresa de manutenção para substituir os trabalhadores em luta, violando totalmente a lei da greve. Substituídos foram também os trabalhadores de assistência aos aviões na placa, em Lisboa e no Porto, pela empresa *Portway Handling*.

Madeira trauliteira

Da parte de Alberto João Jardim, os casos de intimidação não ficaram por aqui. O presidente do Governo Regional lançou uma circular, dando instruções às Câmaras para que não se esquecessem de descontar os vencimentos no período de greve, obrigando os trabalhadores a assinarem um documento comprovativo de que tomaram conhecimento do ofício. O caso passou-se na Câmara de Machico e, segundo o STAL, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, este procedimento foi «um acto de vassalagem absolutamente inadmissível, tendo em conta que aquele ofício consubstancia um acto usurpador das atribuições das autarquias e da sua autonomia administrativa e política». Para este sindicato, a medida teve como propósito afrontar e desmobilizar os trabalhadores da adesão à greve, sendo «um grave atentado à Lei da Greve e à liberdade de opção dos trabalhadores. O Sindicato Nacional da Administração Local fez saber do seu protesto e anunciou que tomará, perante esta situação, os procedimentos que a situação exige.

Chefias «fora da lei»

No dia da maior greve de sempre a nível nacional, no sector dos transportes, na *Transtexo*, os trabalhadores também se viram intimidados nas vésperas da greve quando, unilateralmente, a administração

decretou serviços mínimos. Todos os trabalhadores foram chamados à chefia e intimidados a assinarem um documento onde se comprometiam a irem trabalhar. Apesar desta atitude totalmente ilegal, a esmagadora maioria dos trabalhadores aderiu à paralisação, mas alguns, intimidados, sentiram-se obrigados a cumprir os serviços. Na madrugada do dia dez, um controlador de tráfego, com cargo de chefia, proibiu, de forma prepotente e grosseira, o piquete de greve de tentar dis-



suadir a primeira tripulação da madrugada. A CGTP, no mesmo dia, anunciou que vai proceder legalmente contra as transportadoras que unilateralmente recorreram da imposição dos serviços mínimos.

Um almoço com «água no bico»

Em Beja, o governador civil convidou dirigentes e delegados sindicais na véspera da greve para um almoço, no sentido de persuadir os trabalhadores a não aderirem. Os sindicatos e dirigentes, naturalmente, recusaram o convite e, em massa, aderiram à paralisação.

A primeira vez

Em Gaia, na empresa de vestuário *Yasaki/Saltano*, a Direcção de Recursos Humanos deu provas de desrespeito para com a Lei da Greve. Aqui, a primeira paralisação de sempre gerou problemas com as intimidações da Directora do DRH, Fernanda Tavares, que logo no primeiro turno quis proibir o piquete de greve de andar nas linhas de produção, tendo dito que o piquete, se quisesse, só podia estar nos corredores, sentados numas cadeiras. A delegada sindical Ana Valente, esclare-

ceu esta directora dos seus direitos contemplados na Lei da Greve, ao que a responsável acatou a tomada de posição dos trabalhadores. No turno da noite, a intimidação patronal deu resultado e em 120 trabalhadores, pararam 12. No turno da tarde, mais mobilizados e informados, os trabalhadores aderiram já em 40 por cento. Com mais de mil trabalhadores, o turno das cinco da tarde à uma hora da madrugada teve uma adesão de 35%. Um grande sucesso nesta empresa do

sector privado que conta com cerca de dois mil e quinhentos trabalhadores.

Hoteleria mal habituada

No sector da hotelaria, foram muitas as pressões sobre os trabalhadores em muitas empresas de Norte a Sul do País. A título de exemplo, no Hotel *Ritz*, o piquete de greve foi impedido de entrar nas instalações. Além disso, a administração voluntariou-se para pagar transporte, de táxi, aos trabalhadores que fossem trabalhar. Mesmo assim, a adesão situou-se nos 49 por cento. No Hotel *Sheraton*, os trabalhadores em greve foram substituídos, daí que a adesão tenha rondado os 46 por cento. Segundo Rodolfo Caseiro, do Sindicato de Hotelaria e Similares, a pressão e as ameaças sobre os trabalhadores em luta aconteceram um pouco por todo o País, estando ainda o sindicato a fazer um balanço de todas as ocorrências.

Lãs e confecções: uma tremenda resposta

Satisfeitos com os resultados da adesão estão os sindicatos do distrito de Castelo Branco.



Ninguém quis ficar fora da luta

Nada parou a greve

Não fosse a tomada de consciência da juventude e de milhares de trabalhadores a prazo, de que este Código do Trabalho compromete o futuro das suas vidas, e o sucesso da greve teria sido bem mais difícil. Não fossem os contratos a termo e o sucesso era ainda maior.

Uma elevada participação, tendo em conta as inaceitáveis pressões do Governo e patronatos na tentativa de desmobilizar os trabalhadores. E neste distrito exemplos de ilegalidade e prepotência não faltam: no hipermercado Modelo em Castelo Branco, foi marcado para o dia da greve, um jantar de Natal. Na DELPHI de Castelo Branco a administração, no dia 9, pagou o pequeno-almoço aos trabalhadores, de forma a convencê-los da necessidade de acabar uma encomenda. Já no dia 10, o próprio Conselho de Administração esteve à porta da empresa aquando da mudança de turnos. Na *Benoli-Confeccões*, o patrão e familiares tentaram, por diversas vezes, impedir a acção do piquete com insultos e outros abusos, chegando a pedir a presença da GNR que se limitou a ir ao local. Apesar de todas as pressões, foi elevada a adesão dos trabalhadores do sector têxtil em praticamente todas as empresas, destacando-se a Nova Penteação, a Paulo de Oliveira e *Fliper*, com adesões entre os 80 e os 100 por cento. No sector das confecções foi a maior adesão de sempre. Também as Minas da Panasqueira, Portucel Tejo e *Danone*, Administração central e local são de destacar juntamente com a paralisação dos enfermeiros, encerrando muitos serviços do Estado e escolas e com os Hospitais Distritais apenas em serviços mínimos. Para o executivo da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, os resultados desta greve obrigam à exigência de uma profunda inversão de políticas económicas e sociais praticadas pelo Governo.

Milhares de contratados a prazo venceram o medo e juntaram-se à luta

A juventude foi determinante para o êxito desta jornada de luta. Célia Lopes, da Interjovem-CGTP/IN e membro da Comissão executiva da Central Sindical, a título de exemplo destacou a adesão

de quatrocentos trabalhadores a prazo, entre eles muitos emigrantes do leste da Europa. Assim, nesta empresa naval os estaleiros fecharam, já que apenas vinte trabalhadores num universo de 1600,

foram trabalhar. Na Portucel, apenas funcionários administrativos e os trabalhadores das caldeiras imprescindíveis, com acordo do sindicato, para a satisfação dos serviços mínimos, foram trabalhar. Neste distrito, a renúncia à greve por parte da UGT não afectou a paralisação, já que muitos filiados na UGT optaram por meterem férias em respeito pela convocatória da CGTP-IN.

Voz do dono

Ler os jornais do dia 11 de Dezembro significava, regra geral, ficar com uma visão muito reduzida — e, sobretudo, errada — do que foi a greve geral do dia anterior. O mesmo se passou com os noticiários da noite das diversas estações de televisão. Reduzindo, em muitos casos, a greve geral aos transportes e à administração pública, nenhum órgão de informação, à excepção do *Avante!*, reve-

fiaram a orientação da sua central e aderiram à greve geral do dia 10 foram: o SITEMA e o SITRA, dos transportes, o SITESE, da hotelaria e do comércio, o SINDEQ, da química, o STEIS, dos escritórios e informática, e o SMAV, dos trabalhadores audiovisuais. O SINDEL e o SINAPSA não emitiram pré-aviso e deram liberdade aos seus filiados para aderir.

Esta opção editorial deve-se às direcções dos órgãos de informação, voz do grupo económico dominante em cada um deles, e não aos jornalistas, que se solidarizaram em grande número com a luta convocada pela CGTP. Na *Agência Lusa*, a redacção de Lisboa teve uma adesão de 75 por cento e a da *Lusaweb* paralisou totalmente. No *Jornal de Notícias* apenas trabalhadores 10 por cento dos jornalistas, enquanto que na *Visão* a adesão atingiu os 75 por cento e na *Visão Online* só se trabalhou na cobertura da greve. No *Público*, 44 por cento dos jornalistas aderiram à greve, enquanto que no *Correio da Manhã*, 23 jornalistas realizaram uma paralisação simbólica de duas horas de solidariedade com a greve geral. Na *Capital*, só trabalharam 17 por cento dos jornalistas, enquanto que na revista *Guia* não trabalhou nenhum. Na TSF, apenas foram transmitidas notícias sobre a greve e 50 jornalistas da RTP não trabalharam.

Sindicatos não filiados aderiram à greve geral

Para além do pré-aviso de greve da CGTP, que as organizações sindicais filiadas reforçaram, muitas e diversas organizações não filiadas apresentaram pré-avisos para 10 de Dezembro e solidarizaram-se com a greve geral. Da UGT, os sindicatos que desa-

Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante; Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários; Sindicato dos Inspectores do Ensino; Sindicato dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos; Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da Polícia Judiciária — ASFTA/PJ; Sindicato dos Funcionários Judiciais; Sindicato dos Médicos do Norte; Sindicato dos Médicos da Zona Centro; Sindicato dos Médicos da Zona Sul; Sindicato Independente do Sector Energético — SISE; Sindicato Nacional dos Professores Licenciados — SNPL; Sindicato Nacional Democrático da Construção Civil, Madeiras e Obras Públicas — SINDECO; Sindicato dos Engenheiros do Norte — SEM; Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos da Indústria e Serviços — MENSIG; Sindicato Independente da Indústria e Comunicações — SITIC; Federação Nacional de Transportes, Comunicações e Obras Públicas — FENTCOP; Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos; Sindicato dos Jornalistas — SJ; STPT; Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal; Alimentação e Bebidas dos Açores; Indústria e Comércio Petrolífero — SICOP; Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região dos Açores (todos filiados na FENPROF).

Solidariedade

Numa mensagem de solidariedade, o Grupo Europeu da Esquerda Unitária, onde se integra o PCP no Parlamento Europeu, saúda a CGTP e, através ela, todos os trabalhadores portugueses e a sua luta. Referindo a sua solidariedade com os trabalhadores, homens e mulheres portugueses, confrontados com «o mais violento ataque aos seus direitos desde a revolução democrática do 25 de Abril num atentado às conquistas alcançadas ao longo de muitos anos de duras lutas e grandes sacrifícios», os deputados da Esquerda Europeia Unitária/Esquerda Europeia Nórdica, desejam grandes sucessos à luta dos trabalhadores portugueses contra o Código do Trabalho, por salários justos e políticas sociais.



Foi o que aconteceu, por exemplo, na *Refrige, Coca-Cola* de Palmela, onde a Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal instaurou um processo-crime contra o Director de Recursos Humanos da empresa. Na produção, esta empresa esteve parada a cem por cento. No turno da noite, um piquete de oito trabalhadores foi impedido por dois engenheiros de entrar na empresa e que só autorizariam, se os trabalhadores em causa pudessem o ponto e vestissem a farda. O piquete recusou-se, os engenheiros desfizeram-se em desculpas e pediram que o piquete aguardasse a chegada do director do DRH. A espera foi de hora e meia, quando chega o Dr. Carlos Adrião que disse ter a lei do seu lado e voltou a impedir os trabalhadores. Às seis horas da manhã, a mesma história voltou a repetir-se, desta feita com o segurança que, afirmando estar a cumprir ordens, voltou a interditar o piquete. Nesta altura, apareceu o mesmo director afirmando que os trabalhadores em luta não podiam sequer estar à porta da empresa. Entretanto, segundo o dirigente sindical Albino Salvano, o sindicato foi informado que a um delegado sindical da empresa foi-lhe proposta a promoção; «estão a ver se conseguem comprar o homem, mas não vão conseguir». Apesar de todas as pressões, a greve geral teve a maior adesão de sempre tendo sido determinante a participação de jovens trabalhadores. Nesta empresa, praticamente só a administração trabalhou.

Forças policiais «ao serviço do Grupo Amorim»

No sector das cortiças, numa empresa do grupo Amorim, em Santa Maria da Feira, a GNR interveio e deteve o presidente do Sindicato dos Corticeiros, Manuel Mendes, e um trabalhador da empresa. Tudo porque o piquete estava com uma

Os patrões recorreram às polícias para dissuadir os grevistas

faixa à entrada da empresa e a força da ordem aproveitou para considerar que aquela faixa estava a impedir a entrada dos trabalhadores. O presidente do sindicato esteve fechado numa carrinha durante duas horas tendo de seguida sido enviado para o posto da Guarda para identificação junto com outro trabalhador que estava no piquete. Segundo Manuel Mendes, os motivos da detenção são bem diferentes: «o problema é que nunca houve uma adesão tão grande neste sector a uma greve, como houve na greve geral», disse Manuel Paixão, da União de Sindicatos de Aveiro, acrescentando que a força policial



«assumi o papel de piquete antigreve ao serviço do Grupo Amorim. Mesmo assim a paralisação nas duas empresas do grupo em Aveiro foi quase total. Fundamental para o sucesso da paralisação foi a adesão em massa de jovens trabalhadores, entre eles muitos contratados a prazo que deram prova de grande coragem e têm já a disponibilidade total dos sindicatos para defenderem os seus interesses e a salvaguarda dos postos de trabalho, caso se

Santo desrespeitaram as normas nacionais e internacionais de segurança, e «puseram em risco as vidas de centenas e centenas de pessoas». Crítica do foi também o presidente do Governo Regional, que passou «todo o tempo entretido a insultar trabalhadores e sindicatos, chamando-os, entre outros disparates, de antipatrióticos». O SITAVA, em comunicado, critica também a polícia pela displicência e pretende agora apurar quem daquela corporação



A Covina foi uma das muitas empresas que não trabalhou no dia 10



Os metalúrgicos voltaram a responder ao apelo da Intersindical e pararam a produção em algumas das maiores empresas do sector, como a Lisnave



Para tentar travar a greve dos trabalhadores dos têxteis e do calçado, o patronato recorreu à polícia



A greve teve grande adesão nas indústrias de defesa, como as OGMA

A verdade que o Governo quer esconder

Greve geral parou sector produtivo

Por mais que o Governo e a generalidade da comunicação social digam que a greve geral apenas paralisou os transportes e a administração pública, a realidade é outra, bem diferente. No passado dia 10, a produção nacional foi seriamente afectada pelo protesto dos trabalhadores, que pararam algumas das mais importantes empresas industriais e afectaram seriamente sectores estratégicos. O patronato sentiu o poder da luta dos trabalhadores.

A greve geral fez-se sentir nas grandes empresas, sobretudo no sector da indústria. Envolvendo cerca de um milhão e setecentos mil trabalhadores, de praticamente todos os sectores de actividade, a greve geral mostrou a força dos trabalhadores ao parar, em alguns casos por completo, a produção de verdadeiros gigantes industriais. As quatro maiores empresas exportadoras são apenas algumas daquelas onde a greve se fez sentir com mais intensidade.

Uma destas empresas é a **Autoeuropa**, apresentada como modelo do «novo capitalismo». Com uma adesão à greve a rondar os 80 por cento, fundamentalmente no sector operário, a que é a nona maior empresa em Portugal não teve condições para laborar durante todo o dia. Esta foi a primeira vez que os trabalhadores da fábrica da **Volkswagen** paralisaram, e logo com tão significativa adesão. Nas restantes empresas do parque industrial da Autoeuropa, empresas como a **Lear** ou a **Thyssen** registaram adesões muito significativas.

Noutro sector, a **TAP** (segunda maior empresa exportadora) viu, pelas mesmas razões, 80 por cento das suas operações canceladas. Muitos voos não se realizaram.

Outra grande empresa a paralisar quase por completo foi a **Petrogal**, sétima maior empresa nacional. Nas refinarias de Sines e de Leça da Palmeira a produção parou a 100 por cento, tendo a adesão geral rondado os 80 por cento. Também no Porto Brandão a adesão foi de 80 por cento.

No sector da produção de papel, os trabalhadores da **Portucel** – quarta empresa exportadora – paralisaram algumas unidades do grupo, com elevadas adesões à greve geral registadas: 100 por cento na fábrica de Vila Velha de Ródão, 90 por cento nas fábricas de Setúbal e Cacia e 75 por cento na **Portucel Embalagem** de Lisboa, Porto e Leiria.

Um dos sectores estratégicos mais afectados foi o da energia. Na **EDP/REN**, a adesão dos trabalhadores

à greve geral foi elevada. Cerca de oitenta por cento dos trabalhadores responderam ao apelo e fizeram greve, fundamentalmente nos sectores da produção, distribuição e transporte. Na área comercial, a adesão foi também significativa provocando o encerramento de várias lojas por todo o País.

Em consequência da elevada adesão à greve dos trabalhadores da **EDP** e da **REN** ocorreram várias avarias na rede por todo o País. Foram os casos de Sines, Porto Covo, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal, que estiveram, parcial ou totalmente sem energia durante parte do dia 10. Alenquer e Ponte de Sôr foram outras das localidades afectadas.

Também na **EDA**, maior empresa dos Açores, de produção e distribuição de energia eléctrica, verificaram-se elevadas adesões à greve geral. No Faial e no Corvo a paralisação foi total. Em São Miguel, a manutenção e os armazéns pararam totalmente, enquanto que na distribuição a adesão foi de 73 por cento.

Cimentos e vidros

A **Cimpor** e a **Secil**, as duas maiores empresas de cimentos e duas das maiores empresas nacionais (respectivamente 12.ª e 14.ª), foram também afectadas pela greve geral. Os trabalhadores da Cimpor paralisaram a 100 por cento na cimenteira de Souselas, da Figueira da Foz e de Loulé. Na Maia, registou-se uma adesão de 99 por cento.

Na **Secil** passou-se sensivelmente o mesmo. No Oitão e em Coimbra a adesão foi total, enquanto que em Olhão a adesão atingiu os 99 por cento. Na cimenteira do Montijo, 93 por cento dos trabalhadores aderiu à greve geral convocada pela CGTP.

Na **Unibetão**, uma empresa mais pequena que as outras duas mas muito importante, verificou-se igualmente a paralisação total nas unidades de Caxias e Frietas. A **Cimianto**, em Alhandra, também não funcionou dada a adesão total dos trabalhadores à greve geral.

Também no sector dos vidros as maiores empresas encerraram. Na **SSGP**, que produz vidro para automóveis, a

adesão foi de 100 por cento, o mesmo acontecendo na **Covina**. A **Barbosa & Almeida**, uma das principais empresas vidreiras da Marinha Grande, registou uma adesão de 90 por cento. Na **Atlantis** foi aos 99 por cento e na **Crisal** aos 80 por cento. A Santos Barosa, segunda maior empresa do distrito de Leiria, a adesão foi de 90 por cento.

Indústrias eléctricas

A elevada adesão que se fez sentir no sector da fabricação de componentes eléctricos e electrónicos garante por si só que os impactos da greve geral chegaram além fronteiras, dada a forte presença de multinacionais do sector em Portugal. A maior parte das principais empresas deste ramo foi seriamente afectada pela paralisação. No complexo da **Grundig**, em Braga, 90 por cento dos trabalhadores fizeram greve e paralisaram a produção. Na **Tyco Electronics** – maior empresa do distrito de Évora e décima sétima exportadora nacional –, 75 por cento dos trabalhadores juntaram-se ao protesto.

Na **Visteon**, terceira empresa do sector, não se produziu dada a adesão de 90 por cento dos trabalhadores à greve. A **Tudor**, fábrica de baterias sediada em Vila Franca de Xira pertencente à multinacional **Exide**, esteve completamente encerrada. O mesmo sucedeu na **Merloni**, que fabrica electrodomésticos.

Com várias unidades em Portugal, a **Delphi** – quinta maior

exportadora nacional – sentiu também os efeitos da luta dos trabalhadores, que aderiram a 100 por cento na fábrica de Portalegre e igualmente em massa em muitas outras fábricas. Na **Yazaki Saltano**, em Aveiro, a adesão rondou os 83 por cento. Na fábrica de Vila Nova de Gaia, foi a primeira vez que os trabalhadores realizaram uma greve, que atingiu níveis de adesão consideráveis – a rondar os 40 por cento.

No Seixal, a **Alcoa Fujikura** voltou a paralisar, pois mais de 90 por cento dos seus trabalhadores fez greve no dia 10. A **Autosil**, do presidente da associação patronal do sector, viu 85 por cento dos seus trabalhadores juntar-se ao protesto. A fábrica da empresa **Dura**, na Guarda, fechou, o mesmo acontecendo na **Efacec** de Ovar. Nem mesmo a gigante **Siemens** – décima nona empresa nacional – passou incólume: 81 por cento dos trabalhadores da fábrica do Sabugo faltou. Motivo: greve geral.

Metalurgia

absolutamente nada no dia 10. No sector da construção e reparação naval, os **estaleiros de Viana do Castelo** e da **Lisnave** nem sequer abriram as portas devido à forte adesão dos trabalhadores à greve geral. O mesmo sucedeu na **Bombardier/Sorefame**, que se dedica ao fabrico de material ferroviário, na **Siderurgia Nacional Longos** (com uma adesão de 80 por cento) e em muitas outras empresas do sector.

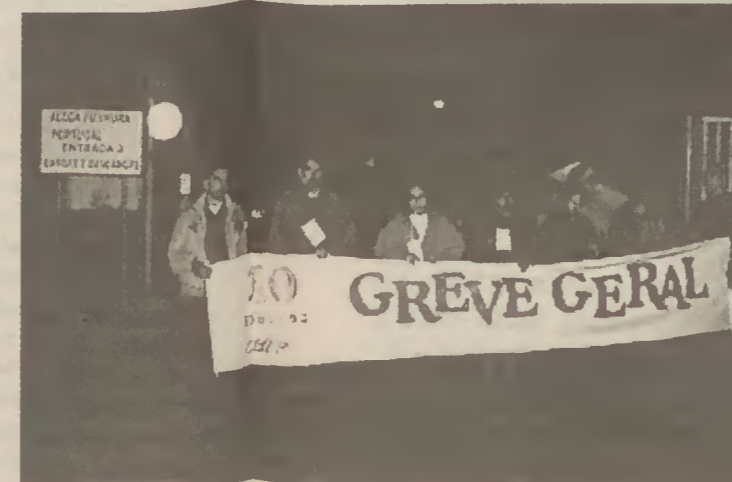
Têxteis e calçado

Também o patronato do sector têxtil e do calçado sentiu o poder da greve geral do passado dia 10 e, também neste sector, as grandes empresas – incluindo as multinacionais – não ficaram fora do alcance do esclarecimento e da mobilização dos sindicatos para a greve geral. Na **Maconde** de Braga, os 95 por cento de adesão registados inviabilizaram a produção naquele dia, o

mesmo acontecendo na **Lameirinho**, onde 92 por cento dos trabalhadores estiveram de greve. A **Carveste** e a **Melka** também registaram adesões acima dos 90 por cento, assim como a **Beiralã**, da Covilhã. A **Paulo de Oliveira**, terceira maior empresa do distrito de Castelo Branco – primeira do sector têxtil – enfrentou uma adesão de 82 por cento.

A **Nova Penteação** esteve a 100 por cento. Outras grandes empresas têxteis, como a **Almeida & Filhos** e a **Somelos**, depararam-se com adesões dos trabalhadores superiores a 70 por cento. A greve geral do dia 10 fez-se sentir mais nos lanifícios do que nas confecções. Ainda assim, foi a maior de sempre neste último sector.

Quanto ao calçado, as grandes empresas multinacionais foram tocadas pela luta dos trabalhadores. E de que maneira. A **Rhode** e a **Ecco'let**, ambas do distrito de Aveiro, pararam dada a adesão de todos os seus trabalhadores à greve geral. Na **ARA Portuguesa**, com sede no Porto, a greve teve também um grande impacto, com uma adesão de 60 por cento dos trabalhadores.



As multinacionais foram afectadas pela greve, algumas delas pela primeira vez. A Yazaki de Gaia é um exemplo

Em todos os sectores

Para além destes sectores estratégicos, em muitos outros se fez sentir a greve geral do passado dia 10. São os casos do sector químico, da indústria alimentar ou de defesa ou mesmo do sector primário, onde empresas de todas as dimensões foram afectadas, incluindo as maiores.

No sector químico, para além da **Petrogal**, destacam-se outras grandes empresas, responsáveis muitas delas por consideráveis fatias das exportações nacionais. A **Continental Mabor**, primeira empresa do distrito de Braga e oitava maior exportadora nacional, deparou-se com uma adesão à greve de cerca de metade dos seus trabalhadores, enquanto que na **Adubos de Portugal**, do Barreiro, esta ficou perto dos 90 por cento. A **Fisipe**, décima terceira exportadora, encerrou pois todos os seus trabalhadores juntaram-se ao protesto. A 90 por cento esteve a **Sanofi**, do ramo farmacêutico.

Nas indústrias de defesa, a adesão foi estrondosa. O **Arsenal do Alentejo** registou uma adesão de 97 por cento, as **OGME** 90 por cento, as **OGMA** 85 por cento, as **OGFE** 75 por cento, a **Manutenção Militar** 70 por cento e o **Laboratório Militar** 50 por cento.

No sector da alimentação, bebidas e tabacos, destaca-se a **Unicer**, maior empresa do sector, que parou totalmente. Também a **Tabaqueira**, uma das maiores empresas do sector, sentiu a força da greve geral. Na fábrica de Rio de Mouro, 50 por cento dos trabalhadores juntaram-se à paralisação: 95 por cento dos trabalhadores da **Central de Cervejas**, em Vila Franca de Xira, aderiram à que foi a segunda acção de protesto dos trabalhadores daquela empresa. Em Setúbal, a **Parmalat** registou uma adesão de 88 por cento. Perto dos 100 por cento esteve a **Danone**, maior empresa do distrito de Castelo Branco. Na **Nacional**, em Lisboa, a adesão foi total tal como na **Rical**, no distrito de Santarém. Também a 100 por cento estiveram diversas fábricas de águas minerais: **Glaciar Nascente**, de Manteigas, **Caldas de Monchique**, **Castelo de Vide**, e **Alardo**, de Castelo Branco. A cerca de metade, esteve a **Água do Luso**.

No sector primário, a **Somincor**, que explora as minas de Neves Corvo, registou uma adesão total. Nas **Minas da Panasqueira**, atingiu os 90 por cento. Na pesca, nenhuma embarcação saiu de Peniche, Olhão e Portimão. Todos os portos e barras do Algarve estiveram encerrados.

Stop às mutilações genitais

● Sandra Pimenta

Século XXI. Ano 2002. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 130 milhões de mulheres no mundo sofreram mutilações genitais e que, todos os anos, 2 milhões de mulheres são expostas a essas práticas. Ou seja, por dia são mais de 5 mil, as mulheres vítimas destes actos de violência e que se traduzem numa violação dos seus direitos fundamentais, nomeadamente o direito à integridade pessoal, à saúde física e psicológica, bem como aos seus direitos sexuais e reprodutivos. São números assustadores, e até mesmo cruéis mas é a realidade que temos de enfrentar. Foi a esta e a outras importantes conclusões, que chegaram os participantes da Conferência intitulada «STOP às Mutilações Genitais Femininas», realizada no Parlamento Europeu, em Bruxelas, nos dias 10 e 11 de Dezembro, e onde foi também lançado um apelo contra mais este crime que atenta contra os direitos e a dignidade de milhões de mulheres no mundo inteiro e que em nenhum caso deve ser justificado em nome do respeito de culturas, práticas tradicionais ou costumes, ou ainda de

nós a recebê-los em nossa casa, vamos continuar a ignorar o dever de defender essas mulheres castigadas pelo peso destas intoleráveis tradições? É que não há, não pode haver tolerância cultural que permita constantes violações aos direitos universais. O que a mim me parece bastante óbvio, a outros parece de difícil entendimento, ou não se defendessem com a típica frase de que «não pode ser crime, porque é a nossa tradição. É um símbolo da nossa identidade, uma forma de continuarmos a ser quem somos, fora do nosso país». Por mais este exemplo podemos constatar a grande diferença existente entre alguns dos imigrantes que recebemos e a sociedade em que eles se deveriam integrar. Uma diferença que sendo económica, social e política, é também, e sobretudo, cultural.

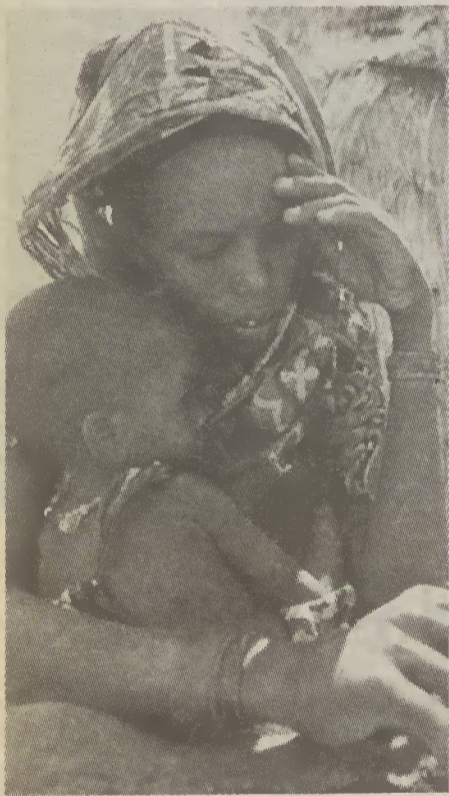
Onde acaba a tradição e começa a lei?

O facto de existir em Portugal uma lei que proíbe a excisão do clítoris não pode deixar-nos sossegados. Nem sequer o facto de, provavelmente, serem poucos os casos que ocorrem no nosso país. E não devem deixar-nos sossegados porque existem direitos universais de cada ser humano que nenhuma tradição nem nenhuma diversidade cultural pode pôr em causa.

Hoje estão presentes em Portugal religiões, etnias e culturas diferentes e variadas. E é essa diversidade que engrandece a nossa sociedade e que por isso deve ter reconhecimento por parte do Estado. Mas pode o Estado pronunciar-se e agir neste campo? É evidente que sim. Quer do ponto de vista legal quer do ponto de vista social. Porque também não basta punir: há que encontrar mecanismos de integração e de apoio social que não favoreçam a oferta e a procura de soluções de fachada. Portugal tem hoje pessoas doutras religiões e doutras culturas, não sendo por isso habitado exclusivamente por brancos, latinos, na sua maioria católicos. E é urgente também clarificar que, ao imigrar-se para Portugal, se está a imigrar para um país ocidental com tudo o que isso quer dizer em matéria de democracia e de direitos, nomeadamente dos direitos das mulheres e das crianças. Assim, e depois de muitos alertas feitos na conferência acima citada, a União Europeia deve estabelecer urgentemente uma estratégia integral tendo em vista a eliminação da prática das mutilações genitais femininas na União Europeia, o que não se deve limitar à simples denúncia destes actos. É necessário estabelecer mecanismos não apenas jurídicos e administrativos, mas também preventivos, educativos e sociais, que permitam às mulheres e crianças vítimas de actos de violência e em situação de o ser a obtenção de uma protecção efectiva.

Porque mesmo se prescindirmos de agir sobre o que se passa dentro das fronteiras dos outros países, não há desculpa para não agirmos dentro das nossas. As mutilações genitais femininas ocasionam danos irreparáveis para a saúde das mulheres e crianças, podendo inclusivamente chegar a provocar a morte. E depois já será tarde...

Porque mesmo se prescindirmos de agir sobre o que se passa dentro das fronteiras dos outros países, não há desculpa para não agirmos dentro das nossas. As mutilações genitais femininas ocasionam danos irreparáveis para a saúde das mulheres e crianças, podendo inclusivamente chegar a provocar a morte. E depois já será tarde...



um extremismo religioso, os quais, na sua maior parte, concedem às mulheres uma posição social e um estatuto inferiores aos dos homens.

Emigrar não é só viajar!

Com a imigração, o fenómeno da mutilação genital feminina (MGF), que se produzia essencialmente no continente africano, começou a aparecer um pouco por todo o Ocidente. Países como a Austrália, Noruega, Reino Unido, França, Suécia, EUA, Canadá e Portugal, onde as comunidades imigrantes originárias de países onde a excisão feminina é praticada são bastante significativas, já adoptaram leis específicas contra a prática. É certo que os ocidentais nunca se preocuparam muito em levar para os países que foram dominando a promoção do estatuto e direitos da mulher. Mas será que agora, que somos

Deputado do PCP expressa solidariedade à luta dos povos da América Latina

Continente em mudança

Nas duas últimas semanas, Joaquim Miranda efectuou uma deslocação à América Latina, tendo visitado e realizado numerosas e importantes reuniões e contactos na Guatemala, na Venezuela e em Cuba.

Na Guatemala, o deputado do PCP chefiou a delegação do GUE/NGL que participou na reunião do Foro de São Paulo, em que participaram cerca de 160 partidos de esquerda, oriundos de 45 países. Em nome do Grupo interveio em plenário e dirigiu reuniões com diversas delegações presentes.

Na deslocação que efectuou à Venezuela, enquanto presidente da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação do Parlamento Europeu, Joaquim Miranda reuniu com vários ministros do país (economia social, saúde, educação superior e planificação), contactou com diversos dirigentes partidários do arco governamental, foi convidado a

intervir numa imensa manifestação de apoio ao presidente Chavez e participou

A maioria do povo da Venezuela apoia os seus actuais governantes

ainda no programa televisivo «Alo Presidente» que semanalmente se realiza com a especial intervenção do mesmo.

Joaquim Miranda, que teve a oportunidade de manifestar pesso-

almente a Chavez uma firme solidariedade com o processo e o povo venezuelanos, pôde confirmar, nesta sua estadia, o enorme apoio concedido pela maioria do povo da Venezuela aos seus actuais governantes. Apoio que, aliás, foi reafirmado em sucessivas eleições e referendos realizados nos últimos tempos no país, mas que a oposição interna e externa e importantes sectores da imprensa insistem em

ignorar, numa clara tentativa de desestabilizar o país (especialmente através da tentativa de paralisação da indústria do petróleo), de dificultar o normal funcionamento das instituições democraticamente eleitas e de impedir a concretização de medidas governamentais, nomeadamente, as orientadas para o combate à pobreza que, neste país imensamente rico, atinge 80% da população.

Nos últimos dias da sua estadia na América Latina, Joaquim Miranda esteve em Cuba com vários outros deputados, de diferentes grupos políticos, todos eles membros do Grupo de Amizade e Solidariedade com o Povo Cubano do Parlamento Europeu.

Na ocasião realizaram reuniões com vários dirigentes do país, abordaram a situação no país e na América Latina, as relações entre a Europa e Cuba - e particularmente a adesão deste país ao acordo de Cotonou, prevista para os próximos meses - e efectuaram várias visitas no país.

Esquerda Unitária apoia governo venezuelano

O Grupo Esquerda Unitária do Parlamento Europeu (GUE/NGL), na qual se integram os deputados do PCP, emitiu um comunicado em que expressa o «seu firme apoio ao povo da Venezuela, às suas instituições e ao seu Governo» que fazem frente «à tentativa de desestabilização por parte da mesma coligação que comandou o golpe de Estado fracassado em Abril contra o presidente Hugo Chavez.

A declaração nota que «o crime deste governo é de ter bloqueado a privatização da empresa petrolífera PVDSA, a primeira empresa da América Latina, quinto maior exportador de petróleo do mundo, que fornece 15 por cento das importações dos Estados Unidos, e de querer consagrar prioritariamente os recursos provenientes deste sector de actividade aos programas de desenvol-

vimento e à luta contra a pobreza».

O Grupo denuncia «os actos de violência e de intimidação cometidos pela oposição, nomeadamente a destruição, em 6 de Dezembro, da sede do partido MVR, próximo de Chavez, a sabotagem de elementos vitais na cadeia de produção de petróleo, a destruição de camiões e de autocarros, os actos de violência contra pessoas, designadamente por bandos de motociclistas que atacam comerciantes e empresários que não apoiam a greve geral».

Os deputados apelam aos meios de comunicação para dêem notícia do «imenso apoio popular de que dispõe o governo, assim como das reformas democráticas, económicas e sociais que foram realizadas». Em relação às autoridades europeias, o GUE/NGL apela a que se

«abstenham de apoiar ou reconhecer, sob qualquer forma, o movimento que tenta derrubar as instituições».

Também o grupo Os Verdes/Aliança Livre Europeia expressou em comunicado o seu apoio ao governo de Hugo Chavez, considerando que a greve geral organizada pelos quadros dirigentes da empresa petrolífera e exagerada pelos meios de comunicação «não é mais do que outra tentativa para conduzir o país para um clima de ingovernabilidade».

O grupo denuncia igualmente os actos de violência cometidos pela oposição contra todos os que não apoiam a greve geral e pedem às autoridades europeias que «não apoiem nem reconheçam um movimento que tenta por todos os meios derrubar um presidente democraticamente eleito».

Cuba candidata-se ao grupo ACP

O governo cubano comunicou na passada semana, em Bruxelas, ao comissário do Desenvolvimento, Poul Nielson, a decisão de apresentar a sua candidatura ao Acordo de Cotonou, convénio de cooperação que liga a União Europeia aos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

A decisão, que já tinha sido anunciada pelo próprio

Fidel Castro, durante a cimeira de países das Caraíbas, realizada em 8 de Dezembro, permitirá à ilha aceder a importantes vantagens comerciais e de cooperação com a UE.

Para ser aceite, a candidatura de Cuba terá de obter o acordo do grupo ACP e do Conselho de Ministros da UE. Havana já havia iniciado este

processo em 2000, mas interrompeu-o por considerar «discriminatórias» as exigências que alguns estados-membros colocam em matéria de direitos humanos e democracia.

Por seu lado, o Conselho de Ministros do grupo ACP já saudou a candidatura de Cuba e pede que esta seja aceite sem quaisquer condicionamentos.

UE assina parceria com Nato

A União Europeia assinou com a NATO uma «declaração comum» que estabelece uma parceria estratégica e permite aos Quinze reforçar a sua capacidade para realizar operações conjuntas, designadamente nos Balcãs. O acordo UE/NATO sobre política europeia de segurança e defesa foi adoptado na segunda-feira, na presença do secretário-geral da Aliança Atlântica, George Robertson, e do Alto Representante da UE para as Relações Externas, Javier Solana. Considerado por Robertson como uma «etapa crucial» nas relações entre as duas partes, o acordo prevê a partilha dos meios de planificação e logística da NATO, incluindo em matéria de recolha de informação. Para Solana, esta parceria «possibilitará pôr em marcha um dos projectos mais importantes da União» - a criação da Força de Reacção Rápida que deverá estar operacional em 1 de Março do próximo ano. Recorde-se que este acordo esteve bloqueado durante mais de um ano, primeiro pela Grécia, depois pela Turquia e só na passada sexta-feira o Conselho Permanente da Aliança Atlântica reuniu a unanimidade necessária para dar luz verde ao projecto.

Andreotti julgado em Janeiro

O tribunal de Palermo decidiu marcar para 16 e 17 de Janeiro a próxima audiência do processo do ex-chefe de governo italiano, Giulio Andreotti. A pedido da procuradoria será ouvido o mafioso arrependido Antonino Giuffrè, detido em Abril passado, que foi o principal colaborador de Bernardo Provenzano, chefe supremo da Cosa Nostra, em fuga desde há 40 anos. Depois de ter sido absolvido em 1999, Andreotti foi condenado, em meados de Novembro, a 24 anos de prisão por cumplicidade no assassinato de um jornalista em 1979, da qual apresentou recurso.

Excedente nas transacções com terceiros

A balança de transacções correntes da UE com países terceiros registou um excedente de 14 700 milhões de euros no terceiro trimestre deste ano, contra um défice de 500 milhões de euros verificado no mesmo período do ano anterior. Segundo os dados do Eurostat, comparativamente ao trimestre anterior, o incremento registado foi de 52,4 por cento.

Cimeira de Copenhaga aprova alargamento A oportunidade dos ricos

Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze aprovaram a entrada de dez novos estados na União Europeia, a partir de 1 de Maio de 2004.

A decisão histórica, tomada na sexta-feira em Copenhaga, terá profundos impactos para Portugal, cujos interesses não foram suficientemente acautelados.

O alargamento da União é visto pelos grandes países europeus como uma mar de oportunidades e vantagens. A possibilidade de inundar os seus mercados sem restrições adua-

como a Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia (o chamado grupo de Visegrad), atrair investimentos e manter elevadas taxas de crescimento, podendo alguns deles alcançar Portugal em menos de uma década.

Nos próximos anos, Portugal irá não só disputar os fundos comunitários, que são cada vez

por cento da população naquele escalão etário possui o mesmo grau de ensino.

As diferenças ainda são maiores no grupo etário dos 50 e 54 anos. Na República Checa, 84,6 por cento terminou o segundo ciclo e na Hungria, 70,1 por cento. Portugal, com apenas 14,1 por cento, fica muito abaixo da média europeia que se cifra dos 56,1 por cento.

A terem razão os economistas que consideram a educação e formação como aspectos cruciais para a competitividade das economias, então o nosso país defrontará sérias

res portuguesas são os mais pobres da Europa e a sua situação só tenderá a agravar-se face a agriculturas muito mais desenvolvidas dos países da Europa central. Consta-se ainda que o nosso país é o que menos ajudas recebe da PAC e que o congelamento das quotas de produção impede o desenvolvimento dos poucos sectores que poderiam ser competitivos.

Porém, a tudo isto o Conselho Europeu limitou-se a registar que «Portugal considera que subsiste um problema específico decorrente da forma como a PAC é actualmente aplicada à agricultura portuguesa. Para o efeito», acrescenta o texto das conclusões, «a Comissão foi convidada a apresentar um relatório de análise da situação e ainda a estudar a situação noutros pontos da União onde possam existir problemas específicos da mesma natureza». Ou seja, mais estudos e análises que nada prometem de concreto aos agricultores portugueses.

Candidatos aguardam

Para além da confirmação da entrada de Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia, os Quinze assumiram o compromisso de continuar as negociações com a Bulgária e a Roménia, com o objectivo de que a sua adesão se verifique em 2007.

Também a Turquia recebeu uma mensagem de incentivo a prosseguir com determinação o seu processo de reformas, mas a decisão sobre a abertura de negociações foi remetida para Dezembro de 2004, altura em que os responsáveis europeus irão decidir se este país satisfaz ou não os critérios definidos, como a existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos ou o respeito pelas minorias e a sua protecção.



Nos dias da Cimeira, milhares de pessoas manifestaram-se contra a «fortaleza europeia», a guerra ao Iraque e o imperialismo norte-americano e europeu. Em desfile pelas ruas de Copenhaga, sob a vigilância de um forte aparato policial, gritaram: «Nós não estamos à venda, o povo antes do lucro»

neiras ou de utilizar a mão-de-obra barata destes países são factores importantes para a reanimação das economias actualmente em crise. A isto acresce que a adesão não pesará praticamente nada nos seus orçamentos. Tudo se fará com o mesmo dinheiro e quem entra receberá menos dos que os que já cá estão.

Mesmo assim, muitos estimam que o elevado grau de qualificação e os baixos salários praticados nos dez novos estados permitirão a países

mais escassos, como, no plano económico, terá de concorrer com países que apresentam índices de educação muito superiores aos nossos.

Segundo dados do Eurostat, o gabinete europeu de estatísticas, 93,1 por cento da população checa com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos concluiu o segundo ciclo de ensino secundário. Na Hungria, este indicador é de 80,9 por cento. Em qualquer dos casos ficam muito acima de Portugal onde apenas 37,6

dificuldades numa Europa alargada.

Agricultura sem compromisso

Apesar da aparência vitoriosa do primeiro-ministro português, no final da cimeira, a verdade é que os Quinze não assumiram qualquer compromisso relativamente a Portugal no âmbito Política Agrícola Comum.

É um facto que os agriculto-

Trabalho embaratece em Portugal

O custo da mão-de-obra em Portugal registou o mais baixo aumento de toda a União Europeia no terceiro trimestre de 2002, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tendo por base valores médios no conjunto da economia, o Eurostat (gabinete de estatística europeu) afirma que no nosso país o aumento verificado nos custos totais da mão-de-obra se ficou pelos 2,3 por cento, menos de metade do aumento verificado na Holanda, de 5,4 por cento, o mais elevado na União, e muito abaixo da média dos Quinze, de 3,5 por cento, nível igualmente registado nos 12 países da zona euro.

Na indústria, a evolução em Portugal foi ligeiramente mais favorável aos trabalhadores, crescendo 2,7 por cento, mesmo assim a segunda mais

baixa da União, só superada pela indústria italiana que reduziu drasticamente os custos do trabalho de para 0,9 por cento contra seis por cento em igual período de 2001. Mais uma vez a Holanda distingue-se pelo aumento mais alto, com 5,4 por cento.

Os custos totais da mão-de-

obra incluem os salários e os custos indirectos. No conceito dos salários entram as remunerações directas e os prémios assim como todas as quotizações sociais, os impostos sobre os rendimentos e outros pagos pelo empregado mesmo se este os retém na fonte e os entrega directamen-

te à segurança social, às entidades fiscais ou outras.

Nos custos indirectos incluem-se as contribuições sociais e as taxas a cargo do empregador, sendo deduzidos eventuais subsídios destinados a compensar parcial ou totalmente as remunerações directas.

Pouco emprego tecnológico

O emprego em indústrias de alta e média tecnologia continua a ser pouco expressivo em Portugal, que apresenta uma taxa inferior a metade da média comunitária, indica um relatório do Eurostat divulgado na terça-feira.

De acordo com o documento, dados relativos a 2001 indicam que apenas 3,6 por cento do total do emprego em Portugal está concentrado em indústrias de alta e média tecnologia, contra 7,6 por cento na média da União Europeia (UE). Mesmo a região portuguesa que regista a maior percentagem de «emprego tec-

nológico», Lisboa e Vale do Tejo (4,8 por cento), continua muito abaixo da média dos Quinze. A Alemanha lidera claramente este indicador, com 11,2 por cento do total do emprego no país a estar concentrado neste sector, seguida da Suécia com 7,9 por cento.

Também nos serviços com uma componente intensiva de conhecimento, Portugal ficou no final da tabela, com apenas 19,1 por cento do total do emprego direccionado para este tipo de serviços, longe da média comunitária situada nos 32,9 por cento.

Ano de greves em Itália

Uma greve dos transportes urbanos em toda a Itália fechou, na passada segunda-feira, um ano de fortes convulsões sociais naquele país, agravadas no último mês e meio pelos insistentes protestos na Fiat.

Transportes rodoviários, metro e caminhos-de-ferro estiveram parados exigindo a renegociação do seu contrato colectivo nacional, o que provocou inúmeros engarrafamentos nas principais cidades italianas. Segundo estimativas oficiais, só nos nove primeiros meses de 2002, perderam-se 25,4 milhões de horas de trabalho devido a greves, o que significa um aumento de 470 por cento em relação ao mesmo período de 2001. Desde 1994, aquando da breve passagem pelo poder do actual primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, que não se assistia a uma tal conflitualidade social. Na altura, a razão dos protestos foram as reformas no sistema de pensões, agora é a liberalização do mercado laboral, com a introdução do livre despedimento. Com o apoio de todas as centrais sindicais, destacou-se a poderosa greve geral de 16 de Abril, seguindo-se a de 18 de Outubro, convocada pela CGIL. Desde ontem, quarta-feira, e até 7 de Janeiro, as acções de luta serão interrompidas em respeito pelo período natalício. Mas já estão anunciados novos protestos para datas imediatamente posteriores.

Jornada europeia na Fiat

Os trabalhadores do grupo Fiat participaram, na segunda-feira, em acções de protesto junto às fábricas de Mirafiori, Cassino e Pomigliano, convocadas pelo sector metalomecânico da confederação sindical italiana CGIL. No mesmo dia, a Federação Europeia de Sindicatos da Metalomecânica apelou à realização de uma jornada de acção em todas as instalações fabris da Fiat na Europa para protestar contra o plano de reestruturação do grupo que desde a semana passada já dispensou 5600 trabalhadores, situação que poderá atingir outros dois mil até ao próximo mês de Junho.

Segurança marítima

Promovida pelo Grupo Esquerda Unitária do Parlamento Europeu (GUE/EVN) realizou-se no passado dia 12, na Assembleia Nacional Francesa, uma iniciativa internacional sobre Segurança Marítima sob o lema «Prestige e Erika - nunca mais», com a participação de individualidades francesas e europeias. O PCP esteve representado pelo deputado Honório Novo.

Acordo de paz no Congo

As várias facções que protagonizam desde há quatro anos o conflito armado da República Democrática do Congo firmaram, anteontem em Pretória, África do Sul, um acordo de paz. O documento prevê a criação de um governo de união nacional de carácter transitório, durante dois anos, período em que o presidente Joseph Kabila continuará no cargo.

Daqui por dois anos, serão realizadas as primeiras eleições gerais democráticas no país desde a independência, em 1960, do Congo Belga. Kabila vai ser acompanhado por quatro vice-presidentes.

As várias partes estarão representadas num governo com 36 pastas ministeriais e 25 postos de vice-ministro, segundo o texto do acordo de Paz.

Arafat critica Ben Laden

O presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, acusou, esta semana, o líder da Al-Qaeda, Osama ben Laden, de «explorar a causa palestina quando nunca a ajudou, agindo contra os seus interesses». Em declarações ao jornal londrino Sunday Times, Arafat acusa o dirigente da Al-Qaeda de se esconder atrás da causa palestina, acrescentando que «ele actua num terreno totalmente diferente e contra os nossos interesses».

Instado a comentar a simpatia que Osama ben Laden tem junto dos sectores juvenis de Gaza e da Cisjordânia, Arafat respondeu que os jovens não sabem verdadeiramente quem é Ben Laden.

Eleições regionais na Índia

As manifestações de vitória dos nacionalistas hindus nas eleições regionais da semana passada, no Gujarat, Índia, provocaram pelo menos dois mortos, no domingo, dia em que foi imposto o recolher obrigatório em duas localidades. O Bharatiya Janata conseguiu 126 lugares no parlamento regional de 182 deputados, o que o partido considera uma vitória que legitima a transformação da Índia num estado hindu dentro de dois anos.

Manifestação em Rabat

Cerca de um milhar de marroquinos, defensores dos Direitos do Homem, manifestaram-se, no domingo, em Rabat para reclamar informações sobre o destino de centenas de marroquinos que desapareceram nos últimos anos.

Durante o protesto, os manifestantes erguiam cartazes onde se podia ler «Não à impunidade» e «Reclamamos desculpas públicas e oficiais do Estado», numa alusão às graves violações cometidas em Marrocos entre 1960 e 1990. Os manifestantes, que responderam ao apelo de três organizações não-governamentais, expuseram ainda durante a manifestação fotografias das pessoas desaparecidas.

Inspectores da ONU comprovam que as instalações a Norte de Bagdad não apresentam sinais de reactivação

Iraque mantém posição e ameaça EUA

Bagdad vai colaborar totalmente com os inspectores da ONU, refutando assim as acusações norte-americanas e britânicas de que o Iraque ainda possui armas de destruição maciça.

«Toda a opinião pública vai saber o quanto o Iraque é sensato e credível», afirmou, esta semana, Amir Muhammad Rasheed, ministro do Petróleo, garantindo que o Iraque vai provar que não possui armas de destruição maciça e colaborar com os inspectores da ONU.

Quando ao facto de a ONU ter pedido uma lista dos cientistas que já estiveram ligados aos programas de armamento, Rasheed deixou no ar um possível diálogo. «Eles tentarão várias coisas, nós iremos negociar com eles», frisou.

«Não possuímos qualquer armamento de destruição em massa», assegurou o ministro, sublinhando que o Iraque «irá cooperar totalmente com os inspectores para provar isso mesmo e para mostrar que os

norte-americanos e os britânicos são uns mentirosos».

Entretanto, os inspectores da ONU encarregados do desarmamento iraquiano comprovaram que as instalações situadas a Norte de Bagdad, onde em tempos se tentou introduzir material destinado ao fabrico de bombas atómicas, não apresentaram sinais de reactivação.

Esta informação foi difundida, na passada semana, no final das actividades dos monitores de armamento da ONU que efectuaram visitas não previamente anunciadas a pelo menos oito locais, incluindo um centro de pesquisa médica e uma fábrica de mísseis.

As instalações referidas na informação situam-se em Tarmiya, a 25 quilómetros a Norte da capital iraquiana. Dois anos depois do fim da Guerra do



«Não possuímos qualquer armamento de destruição em massa», assegurou Amir Muhammad Rasheed, ministro do Petróleo iraquiano

Golfo, os inspectores da ONU destruíram as instalações e o equipamento de Tarmiya e outros complexos nucleares iraquianos.

Instalações bombardeadas

Durante o fim-de-semana, instalações civis nas províncias iraquianas de Waset, Missane e Zi Qar foram novamente bombardeadas por aviões norte-americanos e britânicos.

Em comunicado, o comando central norte-americano refere que os bombardeamentos aconteceram depois de os aparelhos iraquianos terem «violado» a zona de exclusão aérea no Sul do Iraque.

Estas zonas de exclusão foram impostas pelos próprios Estados Unidos e Londres depois da Guerra do Golfo em 1991, mas o Iraque não as reconhece e alega que nunca foram objecto de qualquer resolução das Nações Unidas.

Manifestação em Paris

Em sinal de protesto, à semelhança do que tem acontecido um pouco por todo o mundo, milhares de franceses, convocados por cerca de 40 organizações e partidos políticos, manifestaram-se, sexta-feira, em Paris e noutras cidades francesas contra a guerra no Iraque. «Não à guerra», «Justiça e paz no Médio Oriente» era o que se podia ler nos cartazes exibidos na manifestação de Paris, que contou com o apoio de mais de 10 mil pessoas.

Coreia do Sul

Manifestações contra os EUA

Dezenas de milhar de pessoas desfilaram no sábado pelas ruas de Seul e de outras grandes cidades da Coreia do Sul, em memória de dois homens esmagados em Junho último por um blindado norte-americano a norte da capital do país. Segundo a Lusa, foram as mais importantes manifestações antinorte-americanas desde a absolvição, em Novembro passado, dos dois soldados que tripulavam o tanque.

Após o desfile, cerca de 50 mil pessoas concentraram-se em vigília com velas em frente à embaixada norte-americana em Seul, onde rasgaram bandeiras dos EUA.

Entretanto, junto da principal base militar dos EUA em Seul, registaram-se confrontos entre militares norte-americanos e civis sul-coreanos. A polícia deteve três militares, que foram entregues às autoridades norte-americanas.

Segundo a Lusa, durante os protestos foram lançados «cocktails molotovs» e exigida a retirada imediata dos cerca de 37 000 soldados dos EUA estacionados no país. Embora os actos de violência sejam atribuídos a «estudantes extremistas», é inegável que o acidente com o blindado e a posterior absolvição dos responsáveis pela morte dos sul-coreanos contribuiu para reforçar os sentimentos contra a presença das bases norte-americanas na Coreia do Sul, cada vez mais contestada pela população.

Coreia do Norte reactiva centrais nucleares

A agência norte-coreana (KCNA) anunciou entretanto ter enviado no sábado uma carta ao director da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), Mohamed el Baradei, exigindo a retirada das câmaras de vigilância das suas centrais nucleares. «Se a AIEA não fizer imediatamente o que lhe pedimos, teremos que tomar unilateralmente as medidas que sejam necessárias», afirma a missiva assinada pelo director geral do departamento de energia atómica da Coreia do Norte, Ri Je Son.

Pyongyang decidiu reactivar as suas centrais nucleares para obter a energia eléctrica necessária para o Inverno, depois dos Estados Unidos terem suspenso o envio de petróleo para esse país como represália pelo desenvolvimento do programa de armas nucleares por parte do regime norte-coreano. Segundo Ri Je Son, a reactivação das centrais é uma «contra-medida» necessária para fazer face ao colapso do acordo de Genebra de 1994 entre Pyongyang e Washington, ao abrigo do qual os Estados Unidos se comprometeram a enviar petróleo enquanto não estivesse terminada a central nuclear de baixo risco, que um consórcio internacional está a construir.

A Coreia do Norte responsabiliza Washington de estar a «obstruir o auxílio humanitário [ao seu país] de todas as formas e métodos possíveis».

Não ao nuclear

Um grupo de japoneses, sobreviventes das bombas atómicas lançadas em 1945 pelos Estados Unidos, pediu a Washington que se abstenha de utilizar as suas armas nucleares numa possível intervenção militar contra o Iraque.

Este pedido, formalizado por uma carta endereçada a George W. Bush, foi enviado, em resposta à advertência proferida pela administração norte-americana de que utilizará uma força arrasadora para contra-atacar as presumíveis armas de destruição maciça iraquianas.

Segundo um relatório sobre o plano de estratégia que Bush deu a conhecer, na passada semana, Washington estaria disposto a utilizar o seu potencial militar máximo, incluindo armas nucleares «para

se vingar» daqueles países «hostis» que empreguem armas de destruição maciça (assim como as biológicas e as químicas) contra os EUA e os seus aliados.

O grupo nipónico, pertencente à Confederação Japonesa de Organizações de Vítimas da Bomba Atómica e de Hidrogénio, afirmou, na carta, que a possível utilização de armas nucleares no Iraque desencadearia o seu emprego ilimitado em todo o mundo.

Os Estados Unidos da América perpetraram em Agosto de 1945 os primeiros e únicos ataques nucleares, na História, contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki que, até este ano, provocaram a morte a 356 mil pessoas, além dos milhões de doentes devido a sequelas de radioactividade.

EUA

Unidade pela Paz

Milhares de activistas contra a guerra assinalaram o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de Dezembro, manifestando-se em diversas cidades dos EUA e enviando à administração Bush uma mensagem clara: Não à guerra contra o Iraque, sim aos direitos humanos.

Mais de 130 iniciativas em 37 estados do país, promovidas por cerca de uma centena de organizações, deram vida à campanha «Unidade pela Paz» que se propõe prosseguir e intensificar o movimento nacional de massas contra a guerra no Iraque.

Em Nova Iorque, cerca de 120 pessoas foram presas durante um protesto pacífico junto à missão norte-americana das Nações Unidas. A polícia deteve ainda manifestantes em Chicago, Sacra-

mento e várias outras cidades.

As acções de 10 de Dezembro foram a primeira manifestação nacional do movimento «Unidade pela Paz», que inclui diversas organizações sociais, políticas, religiosas, tais como a Organização Nacional de Mulheres, o Conselho Nacional de Igrejas, Acção para a Paz, Não em Nosso Nome, Famílias do 11 de Setembro por um Futuro de Paz, Veteranos pela Paz, entre outros.

«O direito de viver livre dos horrores da guerra é um direito humano elementar. Dirigentes religiosos, empresários, estudantes e activistas pela justiça e pela paz estão a organizar acções criativas para esclarecer as suas comunidades, formar as suas bases locais contra a guerra,

e exigir aos seus representantes eleitos que defendam a paz», afirmou Leslie Cagan, um dos presidentes do Unidade para a Paz.

Ganho o primeiro desafio, o movimento trabalha agora para promover mais uma grande jornada de luta durante o feriado do fim-de-semana dedicado a Martin Luther King, de 18 a 20 de Janeiro próximo, associando as lutas pela justiça social e pela paz.

Entretanto, em Washington DC, frente à Casa Branca, prossegue desde 17 de Novembro, no Lafayette Park, a vigília de personalidades femininas e de organizações de mulheres. A iniciativa vai prosseguir até ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, devendo culminar com uma marcha de mulheres em defesa da paz.



Alemanha

Greves alastram

As greves de aviso da função pública convocadas pelo sindicato Ver.di - o maior sindicato europeu, com 2,8 milhões de filiados - têm vindo a alastrar na Alemanha.

Inicialmente limitadas a algumas horas, as paralisações passaram desde o início desta semana a prolongar-se por períodos mais longos. Na segunda-feira, em várias grandes cidades como Munique e Hamburgo, os transportes públicos paralisaram totalmente por 24 horas. No dia seguinte foi a vez dos aeroportos de Frankfurt, Düsseldorf e Estugarda. Depois da Baviera e do Hessen, a greve dos transportes colectivos estendeu-se também à Renânia do Norte-Vestefália, à Baixa-Saxónia e ao Bad-Württemberg.

Os trabalhadores exigem pelo menos 3 por cento de aumentos salariais e fazem pressão sobre o governo para que este, em vez de lançar com a carga fiscal exclusivamente para cima de quem trabalha, lance um imposto sobre as fortunas.

Nos últimos dez anos, a pretexto da crise, várias negociações salariais prejudiciais aos trabalhadores da função pública provocaram uma perda de salário real

superior a 7 por cento. Além disso, mais de oitocentos mil postos de trabalho foram liquidados no sector público. Invocando a legislação antigreve e leis laborais extremamente repressivas, implantadas na Alemanha com o consentimento da social-democracia, e que à semelhança de qualquer ditadura proíbem greves de solidariedade ou greves políticas, o ministro do Interior, Schily, ameaçou os sindicatos com pesadas indemnizações.

«Mais de oitocentos mil postos de trabalho foram liquidados»

Determinação de luta

Apesar destas graves limitações ao direito de greve - que aliás o capital alemão gostaria de ver estendidas a toda a União Europeia - a determinação de luta dos trabalhadores tem vindo a aumentar e a empurrar cada vez mais para a luta as cúpulas sindicais burocratizadas da social-democracia.

Num dos últimos comícios sindicais, o presidente do

Ver.di, Frank Beziorsk, rompendo com o cerimonial da colaboração de classes, citou os nomes de alguns dos maiores multimilionários e latifundiários alemães, como a princesa da Baviera, Glória von Thorn und Taxis, ou a família Quandt, proprietária da BMW, com um rendimento pessoal de dez mil milhões de euros. Aquele dirigente sindical perguntou por que é que têm de ser sempre os trabalhadores a sacrificarem-se. Mas a democracia-cristã saiu logo em defesa dos ricalhaços através do ministro-presidente do Hessen, Roland Koch, o qual numa intervenção extremamente infeliz levantou tal contestação que a sessão do Parlamento de Frankfurt teve de ser interrompida.

Entretanto, quer a central sindical DGB quer os sindicatos IG Metal, Ver.di e IG BAU criticaram energeticamente os planos da comissão «Hartz» assim como o acordo verificado entre o ministro da Economia e do Trabalho, Wolfgang Klement, e a democracia-cristã respeitante à intensificação dos empregos mal remunerados, os chamados «mini-jobs». Se, até ontem, quarta-feira, o governo não tiver feito nenhuma proposta aceitável para os trabalhadores, o movimento grevista estender-se-á a toda a Alemanha.

A ilusão de ser patrão

● Rui Paz

Na Alemanha, cada vez menos eleitores vão às urnas. Mas os que ainda votam têm sempre a esperança de que desta vez os partidos e os governantes pelo menos cumpram o que prometem nas campanhas eleitorais. Mas a cada acto eleitoral sucedem-se a desilusão e a depressão. Nestes dias, Schröder e a sua equipa governamental fazem exactamente o contrário de tudo o que tinham proposto ao eleitorado. O descrédito do governo atinge contornos trágico-cômicos. A oposição acusa o gabinete de fraude eleitoral. Nas ruas, na rádio e na TV soa constantemente a «canção dos impostos». Dedicado ao chanceler, o novo «hit» é cantado pelo jovem cabaretista Elmar Brandt, que emita a voz, as gargalhadas e o cinismo de Schröder. O refrão repete: «quero o vosso dinheiro, as vossas economias, o vosso pé de meia» (...) «estou eleito, estou eleito, agora ninguém pode correr comigo, isto é a melhor das democracias, ah, ah, ah!» (...) «e se eu inventasse um imposto sobre os desempregados?».

Os mais de quatro milhões de desempregados constituem uma grave acusação contra um sistema que, na sua fúria acumuladora de lucros e capital, destrói as forças produtivas e produz miséria galopante. Numa postura de total vassalagem perante os interesses do grande capital, Schröder desencadeou o maior ataque contra os direitos dos trabalhadores e dos desempregados jamais verificado na história da Alemanha Federal. Lafontaine, ex-ministro das Finanças, compara a política do camarada dos patrões à de Heinrich Brüning, o último chanceler da República de Weimar, o qual, segundo o antigo presidente do SPD, terá atirado com as pesas aos montes para os braços de Hitler.

Com o objectivo de falsear as estatísticas e baixar artificialmente o número de desempregados, o conselheiro do chanceler, Peter Hartz, teve uma ideia original: transformar os desempregados em firmas individuais ou familiares, as chamadas «Eu-S.A.R.L.» e «Família-S.A.R.L.». Assim os trabalhadores nunca mais ficarão desempregados mas irão simplesmente à falência, à semelhança de centenas de milhar de pequenas e médias empresas alemãs vítimas da gula dos grandes bancos. Para melhor exemplificar as

consequências da ilusão de se ser patrão, a revista de Essen «Marzistische Blätter» descreve num dos seus últimos números o seguinte edital: «leilão de objectos, recheio e valores da «Família Josef S.A.R.L.»: a) filho, Ferdinand, de 15 anos, com o ciclo preparatório e aprendizagem interrompida de pintor da construção civil; b) filha, Carolina, 10 anos, capaz de executar vários trabalhos domésticos; c) cão, Fredl, foxterrier de 2 anos, castanho; d) esposa, Renata, 44 anos, ajudante de alfaiate e nos últimos 15 anos dona de casa; e) canário com 6 meses, numa gaiola colorida; f) Josef, metalúrgico, extremamente competente, com longos anos de experiência profissional mas actualmente desempregado e ausente em parte incerta. O leilão realiza-se às 15 horas na praça dos cavalos. As componentes podem ser adquiridas em separado ou por conjunto numa oferta única. O leilão «Josef» poderá iniciar-se mais tarde devido aos leilões das famílias «Lehrmann», «Schrötter», «Kuhle», «SaL-wedel» e «Dietrich-Vorfelder».

Os pobres suicidam-se

A TV alemã mostrou recentemente uma floresta no Japão, encerrada ao público por o número de cadáveres ali encontrados resultantes de suicídios ter aumentado assustadoramente. Na Alemanha, o Estado-modelo da União Europeia, tentam suicidar-se anualmente cento e vinte mil pessoas, embora apenas vinte mil consigam pôr fim à vida. Um dos meios preferidos na pátria do Holocausto para consumir o acto supremo é o lançamento à linha do comboio. Só na via férrea suicidam-se diariamente três a quatro pessoas. A «Bundesbahn» possui um corpo permanente de psicólogos para tratar os condutores das locomotivas. Eu próprio assisto com frequência a suicídios num percurso de trinta quilómetros entre o Reno e o Ruhr, numa região com uma das mais elevadas taxas de desemprego. O comboio pára abruptamente. Após uns instantes, um atifalante anuncia que «devido a um acidente pessoal o tráfego ficará interrompido por tempo indeterminado». Minutos mais tarde, vêm os bombeiros e a polícia. Uma grua levanta a locomotiva. Por fim passa uma maca coberta com um pano

branco, carregada com pedaços de carne humana a escorrerem sangue e envoltos nuns pobres trapos de roupa rasgada aos bocados. À noite ligo a TV, no dia seguinte leio os jornais, mas nem uma notícia nem uma imagem desta tragédia humana. Os ecrãs e as primeiras páginas mostram concursos, sonhos de multimilionários, bailes de gala cheios de luzes e estrelas cintilantes onde os ricos e belos se divertem.

Marcha Federal na Argentina

Um ano depois das manifestações populares de 19 e 20 de Dezembro de 2001, que provocaram a morte de mais de 30 pessoas em todo o país e levaram à renúncia do presidente Fernando de la Rúa, os argentinos voltam à rua exigindo outro governo e outra política.

Entre as diversas iniciativas programadas para esta semana destaca-se a «Marcha Federal» que amanhã, dia 20, fará convergir para a emblemática Praça de Maio, em Buenos Aires, milhares de pessoas oriundas de todo o país. A mobilização começou no dia 15, e as caravanas que estão a convergir para a capital vão engrossar as manifestações de protesto convocadas por organizações políticas, estudantis, sindicais, entre outras.

A Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) marcou

igualmente para dia 20 uma greve geral.

Numa altura em que todos os caminhos vão dar à Praça de Maio, frente à Casa Rosada (sede do governo federal), na Argentina cresce o receio de que as manifestações de protesto, que se pretendem pacíficas, contra a crise generalizada fruto das políticas neoliberais, sejam aproveitadas por provocadores e desviadas dos seus objectivos. Para o clima de tensão contribui a suspeita de que pessoas alegadamente ligadas ao ex-presidente Carlos Menem - que não esconde as suas pretensões de voltar ao poder - se preparam para promover saques em supermercados e levar a cabo outras actividades violentas. Numa tentativa de obstar a que tal suceda, o denominado «Diálogo Argentino», movimento que integra diver-

sas igrejas, as Nações Unidas e organizações não governamentais, convocaram para ontem, dia 18, uma «jornada contra a violência e a fome». A iniciativa, apresentada como um gesto de «resistência pacífica», propunha-se realizar manifestações em diversas cidades do país ao som do Hino Nacional.

Há um ano, a 19 de Dezembro, a Praça de Maio foi palco de um extraordinário «cacerolazo» (protesto ao som de panelas) contra o estado de sítio imposto por De la Rúa. Os protestos continuaram no dia seguinte, por todo o país, e a polícia desencadeou uma feroz repressão que provocou a morte de mais de três dezenas de pessoas, cinco das quais em Buenos Aires. O presidente acabou por renunciar ao seu mandato, mas a crise que assola a Argentina continua.



• José Martins

Segurança Pública

Para onde caminhamos?



O ministro das polícias falou. Do discurso, articulado com excessiva ponderação e num estilo vernáculo, ficaram as promessas de satisfazer as reivindicações dos agentes da PSP (arrancadas pela marcação de uma incomodativa vigília à porta do seu Ministério), os sempre previsíveis enaltecimentos da perenidade das instituições de segurança e lembrou criptologicamente que está a trabalhar num «novo modelo de policiamento». O segredo, ciosamente guardado no MAI, será divulgado, com pompa e circunstância, em Junho do próximo ano.

Mas enquanto os «artífices» do MAI preparam, afanosamente, o regresso à herança cavaquista e de triste memória, é encetada, deliberadamente, nesta área a política de *terra queimada* e com duplo efeito. Por um lado, deixar perfidamente acentuar o clima de insegurança na sociedade e inoperacionalidade

em actividades ilegais de recolha de informações sobre movimentos sociais e à proliferação da corrupção que se estende a estruturas policiais. Mas sem perder o fio à meada, (abramos aqui um parêntesis para discurrir, ainda que sucintamente, sobre a «fulgurante» acção mãos limpas da PJ. É que ela pela sua oportunidade, conteúdo e modernices suscita muitas dúvidas e interrogações a todos os cidadãos, que não andam neste mundo só para ver a bola! E no caso concreto da GNR a operação bem poderia ter o nome de código «Pescadinha de rabo na boca». É que as investigações e detenções chegam ao cabo e voltam para trás e assim sucessivamente... É caso para dizer que, com directores deste quilate, a Polícia Judiciária não precisa de inimigos!!! Concomitantemente, pesam graves ameaças sobre os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos e sobre o próprio regime democrático, provindas de projectos e

país e reforço da sua intervenção para no dizer deste Governo as «fazer intervir em programas específicos destinados à acção dos polícias (sic) junto das escolas e dos grupos específicos de cidadãos», como se estas polícias, de natureza eminentemente administrativas, tivessem funções e competências de segurança pública.

Assim se começa a compreender que, perante as justas exigências dos cidadãos e das autarquias junto de alguns comandos das forças de segurança no sentido de um patrulhamento mais empenhado e eficaz estes respondam que o «policiamento de proximidade» pertence e é da competência das *polícias municipais*.

Pretende-se, desta forma pretensamente inocente, baralhar as mentalidades e as responsabilidades em matéria de segurança pública, para que tanto as *polícias municipais* como as *polícias privadas* apareçam, aos olhos dos cidadãos, com competências para **vigiar**, para **agir**, para **identificar** e para **prender**.

Igualmente, e à semelhança do que acontece em outros sectores da sociedade, este Governo prepara-se para privatizar e alienar responsabilidades em áreas fundamentais da segurança e protecção dos cidadãos.

Nesta lógica terrível de que «quem quer segurança paga-a» estão as prisões e as forças de segurança, onde este Governo, despudorada e escandalosamente, se prepara para entregar partes importantes das suas responsabilidades e competências para as mãos da iniciativa privada (policiamento dos espaços públicos, estádios de futebol, escolas e prisões), contribuindo, desta forma, para o desprestígio das forças de segurança públicas, para a degradação da segurança em geral, para minar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, para acentuar uma política que se estende a todas as esferas do Estado, de cariz autoritário e repressivo e gravemente atentatória do regime democrático e dos direitos e liberdades dos cidadãos.

A cegueira política e a falsidade deste Governo e o seu apego a soluções anquilosadas e reaccionárias, nesta como noutras áreas, torna-o integralmente responsável pela situação de insegurança, de instabilidade e conflitualidade que se vive no país e nas forças de segurança.

A irresponsabilidade do Governo PSD-CDS/PP e a situação caótica existente nesta área estende-se à formação dos agentes e à articulação e cooperação entre instituições policiais. É uma

realidade publicamente conhecida e grave que hoje não existe formação inicial e permanente digna deste nome e que a situação agravou-se significativamente com a introdução da LOIC, «que definiu novas e complexas funções» para a PSP e GNR, em matéria de investigação criminal, sem que estas forças tenham sido dotadas - tanto do ponto de vista dos equipamentos como dos saberes.

Que fazer, que respostas?

É evidente, em todo este quadro, que a segurança dos cidadãos, o combate à criminalidade e o encaminhamento das forças de segurança para a sua missão originária e fundamental é problema secundário para a direita e o seu governo. O que importa, verdadeiramente, a este governo é subtrair as forças de segurança e os seus agentes ao «contágio» dos cidadãos que a «*polícia de proximidade*», na sua visão retrógrada, acarreta e fazer emergir um «novo modelo de forças policiais», voltadas para a imposição da «*lei e da ordem*», a mando de um executivo cada vez mais impopular e repressivo.

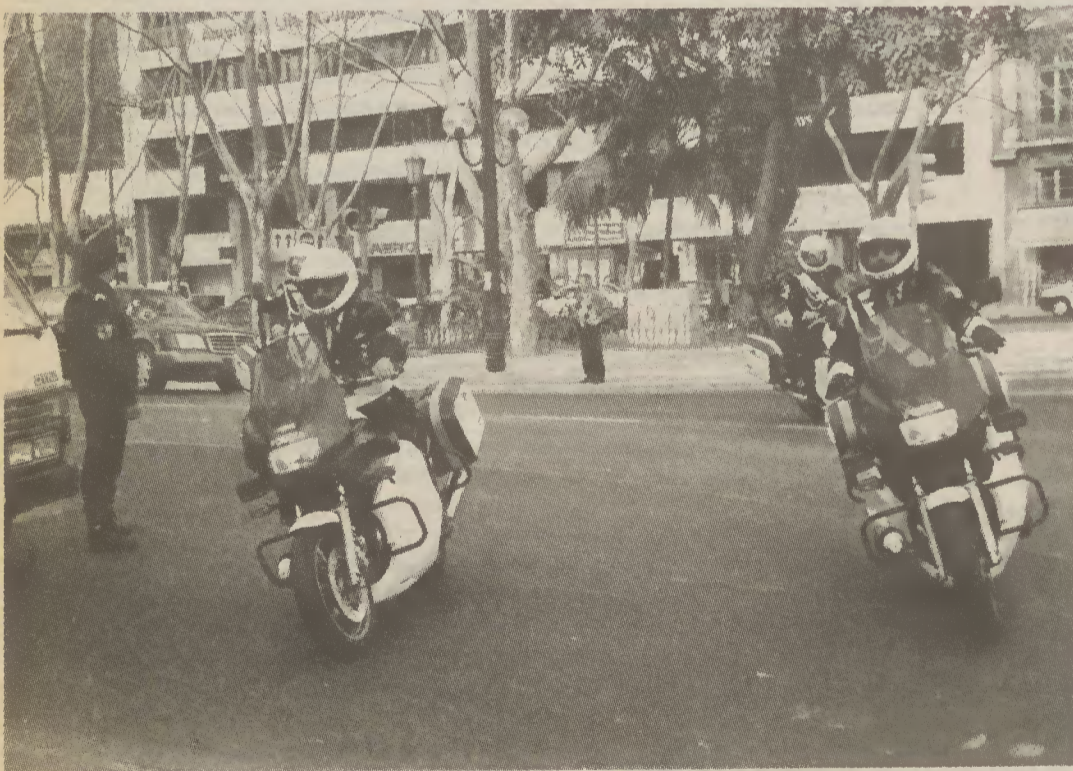
Que a situação existente é preocupante e perigosa parece não restarem dúvidas.

Por tudo quanto atrás foi dito, é possível inferir que a criação de mais polícias (mesmo que condicionadas nas competências e limitadas na sua actuação) poderá contribuir perigosamente para uma escalada da *policialização* da sociedade, com consequências nefastas para os direitos dos cidadãos e para o próprio regime democrático.

É no quadro das forças públicas de segurança existentes - defendendo a sua modernização, civilização, democratização e funcionamento no respeito pelas normas constitucionais e legais - que devem ser encontradas as soluções para os problemas das cidades que o necessário e imprescindível desenvolvimento acarreta e exigido o cumprimento - com eficácia, rigor e isenção - das múltiplas funções e responsabilidades que lhes estão cometidas por lei.

É, pois, de combater, com perseverança, a estratégia astuciosa deste Governo ao pretender que as *polícias municipais* e os privados surjam, aos olhos das populações e dos autarcas, como as terapias únicas para fazer face à contínua e propositada inoperacionalidade e falta de resposta das forças públicas de segurança.

É que, neste caso concreto, são precisos cuidados redobrados, porque as **terapias**, tão inocentemente sugeridas por este Governo da direita, devem ser **mil vezes piores** que as proclamadas **doenças**.



de das forças policiais e, por outro, criar a predisposição nas pessoas para aceitarem o excesso de segurança como um mal menor e legitimar o tal «novo modelo de policiamento».

O exame da realidade e... polícias municipais

Ao examinar-se a situação na Administração Interna, constata-se a degradação das condições de segurança - associada ao aumento da criminalidade em 17%, ao envolvimento das forças de

intencões de cariz securitário que substanciam o envolvimento das Forças Armadas em missões de segurança interna (a pretexto do combate à droga e ao terrorismo), de reestruturações e reorganizações nas forças e serviços de segurança, em que se pretende fazer regredir estruturas policiais para patamares de corpos militares, fortemente hierarquizados e doutrinados na intervenção em conflitos laborais e repressão dos trabalhadores e movimentos sociais.

É neste âmbito que surge, com intensidade, a questão das *polícias municipais*

• Miguel Urbano Rodrigues

O vulcão venezuelano

A situação criada na Venezuela faz pensar num vulcão que apresenta indícios de erupção e de cuja cratera podem começar a jorrar pelas encostas massas de lava incandescente.

Mas o futuro próximo na pátria de Bolívar é ainda incerto, como as tragédias telúricas antes de se consumarem.

A conspiração que tem por objectivo o afastamento de Chavez e a restauração do poder oligárquico que, através de ditaduras militares ou de governos de fachada democrática, impôs sempre a sua vontade discricionária ao longo dos 170 anos transcorridos desde afastamento do Libertador, apresenta características inéditas.

As forças e personalidades que a promoveram, derrotadas após um golpe fracassado, não responderam por actos, ostensivamente criminosos, que, por um período de 48 horas, implantaram o caos e a repressão fascista no país, desmantelando a ordem constitucional e jurídica. Os civis e militares golpistas continuam em liberdade. O Supremo Tribunal de Justiça isen-

esmagadora maioria da população trabalhadora.

A grande cartada da paralisação do sector petrolífero também falhou. Segundo o vice-residente Rangel, a manobra de sabotagem, que contou com o apoio dos principais administradores e de muitos quadros técnicos da Petróleos de Venezuela, não atingiu os seus objectivos. O abastecimento de gasolina e gasóleo nas grandes cidades está melhorando, a situação nas refinarias tende para a normalização e a intervenção da Marinha em navios cujos comandantes se haviam rebelado, obstruindo a saída do lago de Maracaibo, permitiu a retomada das exportações de petróleo.

O povo trabalhador da Venezuela tem sido o herói na confrontação de forças sociais que se enfrentam no contexto de uma intensa luta de classes. Sem a coragem, a tenacidade, o espírito de luta e a consciência de classe dos milhões de moradores dos bairros pobres de Caracas e de outras grandes cidades, a defesa da democracia venezuelana e do projecto progressista dela inseparável não seria possível.

foi o seu envolvimento na preparação do *putsch* da Primavera passada.

O general Colin Powell durante a sua recente visita a Bogotá manteve reuniões secretas com os generais fascistas colombianos Enrique Medina, um homem dos paramilitares, e Mora Rangel, ex-comandante do Exército, ambos seus antigos colegas na famosa Escola das Américas. Pedro Carmona - o golpista que se auto-proclamou presidente da Venezuela no 11 de Abril e durante dia e meio desencadeou uma repressão selvagem no país - movimentou-se sem limitações pela Colômbia, conspirando.

Entretanto, no auge da crise, a Casa Branca emitiu a surpreendente nota em que sugeria a Chavez como solução para os problemas do país a convocação de eleições antecipadas. A iniciativa, como alguns jornais dos EUA reconheceram, configura uma flagrante violação das normas internacionais que regem as relações entre estados soberanos. Na prática, Bush pede a Chavez que viole uma Constituição aprovada pela esmagadora maioria dos venezuelanos.

O intervencionismo norte-americano manifesta-se simultaneamente nas atitudes arrogantes assumidas pelo embaixador norte-americano no Conselho da OEA, que sob a presidência do ex-presidente colombiano César Gaviria, pretende cumprir o papel de mediador. A leitura das actas comprova que a Organização dos Estados Americanos está fazendo da mediação uma arma ao serviço das forças políticas e económicas que exigem o afastamento do presidente constitucional do país.

Basta acompanhar os noticiários da CNN para se perceber que um autêntico

«El Mercurio», o principal diário da direita.

Kissinger teve então um desabafo memorável: «Não vemos motivo para permanecer de braços cruzados, contemplando a transformação em comunista de um país devido à irresponsabilidade do seu povo.»

Que desfecho?

Chavez, ao dirigir-se ao povo, no domingo, mostrou-se confiante na evolução da crise, valorizando a contribuição decisiva dos trabalhadores da indústria petrolífera para a derrota da ambicioso plano que visava paralisar esse sector nevrálgico da economia.

Mas ao promover novas manifestações, a oposição contra-revolucionária consegue manter, sobretudo na capital, uma atmosfera de tensão permanente que contribui para o agravamento da difícil situação económica e financeira do país e permite aos *media* esboçar o quadro de uma sociedade à beira da desagregação.

Carlos Ortega, o dirigente sindical da CTV, a central controlada pela direita e financiada por empresas transnacionais, anuncia, aliás, que estão em preparação iniciativas de combate ao governo que vão exceder tudo o que no género se viu até agora.

Ortega é um aventureiro que recorre aos métodos mais sujos. A contratação, por elementos da oposição, de pistoleiros estrangeiros para provocações concebidas com o fim de atribuir ao governo crimes ideados pela direita é, aliás, reveladora do nível a que desceram os inimigos de Chavez.

O refluxo da paralisação assinala a dificuldade da oligarquia em atingir os objectivos fixados dentro do calendário previsto. A oposição não demonstrou nestas semanas angustiantes força suficiente para impor nem a renúncia do presidente nem as eleições antecipadas. Mas o governo não se sente também em condições de punir adversários que tripudiam sobre a Constituição. As fragilidades do processo transparecem da própria decisão do Governo de não aplicar o regulamento de disciplina militar aos oficiais que na Praça Altamira lançam apelos à insurreição, ovacionados pelas damas da grande burguesia.

Chavez afirma ter força suficiente para esmagar no berço qualquer nova tentativa de golpe militar. Mas na prática gerou-se uma situação que no dia-a-dia apresenta a fisionomia de uma dualidade de poderes.

Nos três dias posteriores à derrota do *putsch* fascizante de Abril, o presidente poderia, com apoio maciço da maioria dos venezuelanos, ter desmantelado a oposição, tomando as providências adequadas. Não o fez. Espartilhado por um conceito rígido de legalidade institucional, optou por um diálogo com inimigos que o recusam e que aos apelos à discussão dos grandes problemas nacionais respondem com novas conjuras, actos de violência e iniciativas que lançam o caos na economia.

Esta dualidade atípica de poderes não poderá manter-se por muito tempo. A prova de força terminará com a vitória das forças democráticas que apoiam Chavez ou com a derrota do projecto dito bolivariano, segundo o qual será possível transformar a sociedade venezuelana no quadro institucional sem recurso a métodos e iniciativas que o transcendam.

Como seria de esperar, no Brasil e no Equador, as organizações, partidos e personalidades progressistas que contribuíram decisivamente para as vitórias eleitorais de Lula e Lúcio Gutiérrez acompanharam com apreensão crescente o desenvolvimento dos acontecimentos na Venezuela. Em vésperas do Foro Social Mundial, que será cenário de um intenso e fascinante debate sobre grandes problemas da humanidade - debate político, económico e ideológico - aquilo que nestes dias está em causa na Venezuela assume um enorme significado não somente para a América Latina mas para todos quantos estão empenhados na luta contra a globalização e contra o projecto de dominação planetária do novo imperialismo.



tou-os de responsabilidades. Retomaram as actividades conspirativas e lançam quase diariamente inflamados apelos tendentes à deposição de Hugo Chavez.

Não há precedente na história do Hemisfério para um desafio impune tão longo orientado para a destruição de instituições democráticas.

A paralisação organizada e convocada pelos conjurados com o apoio total de um sistema mediático que exerce um controlo praticamente hegemónico sobre a televisão, os jornais e a rádio, apresenta sinais de esgotamento. Após duas semanas de um *lockout* com figurino de greve imposto mediante pressões e ameaças, a maioria das lojas que haviam fechado reabriu as suas portas. Milhares de pequenos comerciantes, incluindo muitos ligados à Fedecamaras (motor, com a Confederação sindical amarela, da chamada Coordenadora Democrática) estão cansados de serem instrumentos de uma política que não responde aos seus interesses e os opõe à

A cúpula golpista deixa transparecer, pela própria natureza dos seus desafios, sintomas de nervosismo. Mas não deve subestimar-se a extrema gravidade da situação existente.

Na aparência as Forças Armadas permanecem firmes na sustentação da legalidade institucional. Mas o simples facto de quase diariamente oficiais que participaram no golpe de Abril se apresentarem uniformizados na Praça Altamira, no coração da Caracas oligárquica e juntamente com outros (alguns no activo) lançarem dali apelos à rebelião militar e à deposição do presidente sem que nada lhes aconteça é esclarecedor da complexidade da relação de forças existente no país.

O envolvimento dos EUA

A cumplicidade de Washington na conspiração em marcha é inocultável, tal como

frenesim anti-Chavez é hoje identificável na Casa Branca, no Pentágono e no Departamento de Estado.

Num oportuno artigo, o influente jornalista latino-americano Carlos Fazio acaba de evocar a histeria antichilena e as iniciativas que a traduziram em Washington quando Salvador Allende foi eleito presidente do Chile.

A Venezuela Bolivariana não defende um projecto similar ao condensado nas 100 Medidas da Unidade Popular. Mas a simples defesa da soberania nacional e as cautelosas reformas propostas por Chavez são inaceitáveis para a Administração Bush.

Fazio recorda que antes mesmo de Allende tomar posse já se havia reunido em Washington o Comité dos 40 com o objectivo de criar o caos no Chile e desencadear ali acções terroristas. Na época, a CIA destinou ao financiamento dos partidos da oposição 8 milhões de dólares e uma verba especial ao diário

• Bem H. Bagdikian (*)

A pobreza

Um segredo nas notícias

nos EUA

Poderão ser as melhores ou as piores épocas, mas quer sejam de prosperidade ou de recessão, há uma constante na economia dos EUA: o país mais rico do mundo mantém permanentemente na pobreza uma parte dos norte-americanos. Isto não sucede por acaso. Resulta de uma acção oficial tão deliberada como a protecção dada por Alan Greenspan à prosperidade dos bancos e dos mercados de valores. Neste caso é a escandalosa manutenção através de novas leis e regulamentos, novos códigos impositivos e isenções especiais multimilionárias a determinados impostos para corporações gigantes favorecidas.

Os que compõem essa classe permanente não são os desempregados temporários. A maioria faz tudo para trabalhar. Não são nem alcoólicos, nem dependentes, nem incapacitados. A maioria trabalha. Também não são inevitáveis por serem os temporariamente desafortunados num mundo de economia global em mudança. Muito antes da «nova economia», e depois dela, nenhuma das nações idênticas à nossa, os países ricos da Europa Ocidental, manteve uma classe permanente de pobres como a dos EUA. Esses países têm políticas de prevenção social.

Ao confrontar-se com a pobreza persistente no país mais rico do mundo, a maioria dos *media* dos EUA parece tomar como um mandamento as palavras bíblicas de Mateus, «sempre haverá

pobres». Fazem-no sem grande preocupação pelo facto de a pobreza no meio da abundância do país mais rico do mundo ser a excepção entre todas as sociedades avançadas. (Os EUA são o país mais rico no que se refere ao Produto Interno Bruto e o segundo, depois do Luxemburgo, quanto aos rendimentos *per capita*.)

Os meios de comunicação poderão argumentar que cobrem os problemas dos pobres. E, em certo sentido, fazem-no. Mas são histórias típicas isoladas sobre uma família desafortunada numa área de catástrofes ou o perfil de um corajoso gerente do Oeste, caído em desgraça, virando hambúrgueres no McDonalds; imagens simpáticas mas apresentadas como casos isolados. Por serem dados a conhecer só esporádica e obscuramente é que os EUA, ao contrário dos restantes países desenvolvidos, mantêm uma classe de pobres ano após ano.

Dada a relação simbiótica entre os nossos políticos nacionais e os principais meios de comunicação, essa falha mediática tem consequências. Os dirigentes políticos sabem que aquilo que os principais *media* ignoram também eles podem ignorar sem problemas. Os necessitados aparecem só em tempo de eleições na retórica estereotipada e em operações fotográficas de campanha. A retórica vazia sem acompanhamento mediático subsequente aprofundou a cómoda assunção de que na América a pobreza é uma inevitabilidade fruto da vontade de Deus. Quando um relatório governamental documenta um dado da pobreza permanente, como o informe do Departamento de Habitação e Assuntos

Urbanos (Housing and Urban Affairs) de 1997 sobre a implacável crise de casas para alugar, é noticiado durante um dia sem ser acompanhado de histórias complementares que ilustrem o problema, que é a forma de exercer pressão política para a acção. Ou, em alternativa, os principais meios de informação mencionam a crise relacionando-a com «o mercado milionário» das casas na Baía de São Francisco ou no centro de Manhattan, e não com a mesma crise para as famílias da classe média nos subúrbios de Chicago ou nas zonas rurais do Kansas e milhares de outras cidades e povoações.

A pobreza permanente poderá ter sido inexorável nos tempos bíblicos, quando realmente não havia comida adequada, o uso da terra cultivável era ineficaz, havia rígidos sistemas de classes, escravatura e servidão. Mas o mundo actual tem suficiente comida para todos e os países ricos como os EUA têm recursos bastantes para garantir às suas populações uma alimentação decente, habitação, assistência médica universal, empregos



e pensões. A maioria dos países como o nosso faz exactamente isso. Só os EUA decidiram não se desfazer de uma pobreza permanente.

Os EUA são um caso único entre as sociedades industriais avançadas do mundo - França, Alemanha, Reino Unido, por exemplo. Mantiveram esta duvidosa excepção por tanto tempo - quase meio século - que uma classe pobre no país é vista, actualmente, como normal, inevitável e, conseqüentemente, dada a despreocupação mediática, invisível.

Quem são os americanos pobres?

As estatísticas norte-americanas ajustam periodicamente o nível de pobreza no país para reflectir as mudanças no custo de vida. Em 1999, por exemplo, uma família de três pessoas com um rendimento global de 13 880 dólares ou menos era qualificada como vivendo na pobreza. Dos 32 milhões de americanos na pobreza, 72 por cento vivem em famílias. Isto inclui uma em cada cinco crianças norte-americanas. Estes não são pobres por não terem Cuisinarts ou BMWs. São pobres porque não dispõem de comida suficiente, abrigo e acesso a outras condições elementares de vida em qualquer sociedade moderna.

Por que permitimos isto quando as restantes nações civilizadas não o permitem? As respostas não são nenhum mistério: políticas oficiais de habitação, deliberada mudança da riqueza nacional para os ricos através da destruição do imposto nacional progressivo em relação ao rendimento, enormes favores especiais a corporações, e tratamento étnico do salário mínimo nacional.

A responsabilidade dos *media*

Uma demonstração dramática da responsabilidade dos *media* ocorreu há trinta anos, quando, repentinamente, como vindas do nada, apareceram famílias



sem casa a viver nas ruas. Para a vida cívica nacional era como ter canários mortos na mina de carvão. Sabemos por que morrem os canários nas minas: é um aviso, já que o gás metano mata os sensíveis canários antes de matar os seres humanos. Os canários mortos da pobreza estrutural americana era o aparecimento repentino dos «sem casa» nos começos dos anos 80.

Nos anos 80, o número de americanos pobres começou a aumentar consideravelmente. Para os anos 1998-1999, a criança pobre média estava mais abaixo da linha de pobreza do que o estava em 1979.

A mudança de 1979-1980 diz-nos algo crucial. Em meados dos anos 80, supostamente do nada, pela primeira vez desde a grande depressão, grandes quantidades de indivíduos e de famílias estavam a viver nas ruas. Os «sem casa» são um fenómeno geralmente associado a países como o Bangladesh, mas agora apareceu como um elemento urbano fixo visível neste país, o mais rico de todos.

Emblemática é a incapacidade revelada pelos grandes diários e emissoras na hora de procurar a fonte destes novos «sem casa» quando apareceram pela primeira vez nos anos 80. Os meios de informação referem-se aos «sem casa» dizendo que são alcoólicos, drogados ou doentes mentais. Mas sucede que sempre tivemos drogados, alcoólicos e doentes mentais sem ter um tão grande número de famílias a viver nas ruas.

Um indício do que mudou é que os «sem casa» - uma minoria da totalidade dos pobres - são-no apesar de que, segundo o Bureau of Labor Statistics, 64 por cento deles têm trabalho, alguns inclusive dois, mas segundo os padrões governamentais continuam a ser pobres.

Nenhuma democracia desenvolvida pôde proporcionar casas às suas famílias de baixos salários dependendo para isso da indústria imobiliária privada. Casas a baixo preço subsidiadas pelo governo foram consideradas indispensáveis para que todos possam viver em casas e apartamentos minimamente decentes. Antes de 1979, os EUA financiaram 200 000 dessas unidades por ano, para pessoas com baixos rendimentos. Nos começos dos anos 80, durante a nova febre de transferir tudo o que fosse possível para o mercado livre, as subvenções para habitação social foram reduzidas em 92 por cento. Foi essa a principal razão pela qual, de repente, tivemos uma classe mendigante permanente e famílias a viver nas ruas. A poucos leitores ou telespectadores de noticiários se disse alguma vez por que motivo os nossos «sem casa» apareceram «do nada».

Por que houve esta estranha falta de curiosidade por parte dos meios de comunicação? Fazia parte do tratamento cauteloso, dado pelos principais *media*, as causas básicas de doenças sociais cujos remédios pudessem implicar um aumento de impostos. Pelo contrário, os *media* geralmente saúdam o oposto - qualquer coisa que reduza os impostos. Explicar o «canário morto» dos «sem casa» repentinos poderia ter estimulado novas cargas de impostos para financiar a habitação social - impostos em benefício do grupo politicamente mais débil do eleitorado.

Um mistério nada misterioso

Existem outras forças que contribuem para o persistente problema da falta de casa. Há algum tempo tinha-se chegado à conclusão de que a maioria dos doentes mentais institucionalizados melhoravam quando passavam para centros locais de tratamento nas suas cidades e recebiam apoio desses centros. Foi assim que os hospitais psiquiátricos foram efectivamente esvaziados, poupando milhões de dólares de impostos. Mas mais impostos foram poupados ao não se cumprir a promessa de canalizar o dinheiro arrecadado para os centros locais de tratamento.



A maioria dos pobres não são doentes mentais. São mentalmente sãos, indivíduos e famílias sem deficiências. Mas permanecem pobres. Segundo o Departamento de Habitação e Assuntos Urbanos (Housing and Urban Affairs), desde 1985 até 1993 o mercado privado de casas acessíveis caiu cerca de 20 por cento, e, segundo o Journal of Housing and Community Development, apenas 33 por cento dos americanos legalmente qualificados para aceder a casas federais podem realmente encontrar tais casas.

A edição de Dezembro de 1997 do Journal informou: «com casas acessíveis fora do alcance de um número crescente de americanos de baixos rendimentos, só pode esperar-se que a crise de habitação piore (...) as recentes acções do Congresso agravaram ainda mais a situação do segmento de famílias americanas que já se encontravam em situação precária». Em 1995, havia 1,3 milhões de casas a baixo preço disponíveis para 2,6 milhões de inquilinos de baixos rendimentos, tal como ficou demonstrado no estudo do Centro de Orçamento e Prioridades Políticas (Center on Budget and Policy Priorities). Ainda assim, no mesmo período, segundo a Associação Nacional de Agentes Imobiliários, o preço médio de uma casa para uma família aumentou cerca de 45 por cento. Sendo os sectores de aluguer a baixo preço pouco atractivos para a indústria imobiliária, e com as quebras nos subsídios governamentais necessários para o que o mercado privado prefere recusar, o «mistério», tanto da falta de habitação como o dos 32 milhões de americanos empobrecidos, não é muito misterioso.

Além disso, os pobres têm estado a pagar, paulatinamente, percentagens mais elevadas dos seus rendimentos em alugueres - mais de 50 por cento do seu rendimento disponível. Com a metade, ou menos, que sobra devem atender a outras necessidades básicas, como a alimentação, vestuário e o pagamento da sua injusta carga de mais impostos regressivos.

Um fenómeno vergonhoso

Subjacente ao problema está o vergonhoso fenómeno de uma mudança radical na riqueza pessoal nacional de 80 por cento da população mais humilde para 20 por cento da dominante. A existência desta brecha chega ocasionalmente às notícias americanas sob a forma de mais

uma estatística, como se se estivesse a dar informação sobre a quantidade de trigo colhido no Kansas.

Os EUA têm a maior disparidade do mundo entre os seus muito ricos e os que não são ricos. A diferença aumenta de ano para ano, mas não pelo talento nem pelo trabalho duro dos super-ricos. Os trabalhadores americanos são únicos na sua baixa participação dos lucros dos seus empregadores quando comparados com os demais países ricos. O director executivo típico de uma companhia americana recebe 34 vezes o que recebe um trabalhador típico de uma fábrica, o qual recebe actualmente (em termos absolutos, em dólares) menos do que recebem por hora os trabalhadores no Japão, Alemanha ou Suíça.

(...) A deslocação massiva da riqueza americana para as camadas altas foi noticiada pelos *media*, mas sem o sentido de ultraje e de alarme que preocupariam Lincoln Steffens, Ida Tarbell, Franklin Roosevelt ou um sem-número de políticos e dirigentes mediáticos de eras passadas.

(...) A fantasia mediática, apoiada e instigada por políticos, convenceu as pessoas nos EUA de uma falsidade, concretamente de que somos um país brutalmente sobrecarregado de impostos. A verdade é que de todas as democracias ricas, os americanos são os que têm impostos mais baixos, incluindo a soma de todos os impostos locais, estatais e nacionais. Consequentemente, quando a fantasia surge em cada campanha política - prometendo impostos mais baixos como uma necessidade imperiosa - é aceite como a salvação urgente e imperiosa pela população afectada, os muito ricos. Ainda que os principais meios de comunicação social gostem de encontrar culpados para os problemas sociais, neste tema praticam uma amnésia colectiva. Durante mais de meio século, a fatia de impostos pagos pelas corporações caiu radicalmente e foi transferida para as famílias e indivíduos. Em 1940, as corporações pagavam 40 por cento dos proventos federais. Em 2000, a percentagem tinha caído para 12 por cento.

Ainda que a provisão de dinheiro e a riqueza nacional tenham crescido, em 1955 os impostos corporativos pagavam 6 por cento do nosso Produto Interno Bruto, mas agora só pagam 2,5 por cento.

(...) O imposto federal sobre o rendimento mais elevado para os americanos mais ricos chegou a ser de 70 por cento, embora esses contratassem os melhores contabilistas e procurassem a melhor

forma de fugir aos impostos, pelo que poucos pagavam o máximo. O nível mais elevado caiu para os 39 por cento em 2000, e na prática está em cerca de 33 por cento, e poucos nesse nível teórico pagam tanto pelas mesmas razões anteriores. Agora, a administração Bush quer baixá-lo para os 25 por cento. O imposto progressivo do país está quase morto.

No entanto, alguns impostos aumentam. A perda do imposto federal progressivo levou, ano após ano, os impostos básicos americanos para um tipo mais regressivo, de forma a que os pobres pagam mais pelos seus rendimentos do que os ricos. Na alteração resultante da passagem da responsabilidade da cobrança de impostos sobre o rendimento de Washington para os estados, condados e cidades, estas jurisdições recorreram aos impostos sobre as vendas, o mais regressivos de todos. Em 1995, segundo a organização Citizens for Tax Justice (Cidadãos pela Justiça Fiscal) e o Institute on Taxation and Economic Policy (Instituto de Fiscalidade e Política Económica), 20 por cento dos rendimentos familiares mais baixos pagava 12,5 por cento de todos os impostos estatais e locais (propriedades, vendas e honorários), enquanto que 20 por cento das famílias com rendimentos mais altos pagava 8,5 por cento dos seus rendimentos familiares.

Um insulto aos pobres

(...) O insulto final aos pobres é o salário mínimo. As corporações e os ricos combatem cada movimento por um aumento, da mesma forma que combateram, em primeiro lugar, contra a criação de um salário mínimo. Em 1970, o salário mínimo valia 29 por cento mais em termos reais do que em 2000. Segundo o Economic Policy Institute (Instituto de Política Económica), em 1970 os trabalhadores com salário mínimo vivam acima do nível de pobreza. Em 1998, apenas 19 por cento estavam nessas condições.

A argumentação habitual de que reduziria o número de empregos disponíveis, ou que forçaria as pequenas empresas a fechar, não tem nenhum fundamento real. O Instituto disse que um aumento do salário mínimo nunca levou a nenhuma redução de postos de trabalho nem ao encerramento de empresas.

Os opositores do salário mínimo sempre argumentaram que se retiraria ao adolescente acabado de terminar a escolaridade a possibilidade de ser produtivo. Mas em 1999, cerca de 71 por cento das pessoas que ganhavam o salário mínimo eram adultos.

Se o Dow Jones Industrial Average (índice industrial de Dow Jones) caísse constantemente durante vinte anos, seria primeira página e notícia central nas informações dia após dia até que o governo reagisse. Que 32 milhões de pessoas da nossa população tenham os seus «índices» de habitação, alimentação e vestuário em queda constante há mais de 30 anos só serve para uma história pitoresca ocasional sobre um indivíduo ou como fragmento estatístico nas últimas páginas dos nossos meios de informação mais influentes. (...)

* Bem H. Bagdikian é autor de *In the Midst of Plenty: Os Pobres na América* (Beacon Press, 1963), *The Media Monopoly* (6.ª Ed., 2000) e outros livros. Foi professor da Faculdade de Jornalismo da Universidade da Califórnia em Berkeley.

O texto, de que traduzimos largos excertos, foi publicado com o título «A secret in the news» em Znet Commentaries, 03-04-2001.

• Rui Namorado Rosa

Água com Alqueva ao fundo e energia

A barragem de Alqueva encontra-se em fase de enchimento. É um sonho para muitos, finalmente, a ser realidade. Mas o sonho não se esgota aí, o sonho são as transformações que Alqueva pode e deve ajudar a concretizar, no plano da posse e do uso da terra e da água, para as tornar produtivas, para os que aí vivem e trabalham e para todo o País.

O plano de rega do Alentejo no Sul de Portugal foi inicialmente concebido durante o regime da ditadura do Estado Novo, com o propósito de beneficiar os grandes proprietários latifundiários — do mesmo passo abrindo caminho para a «colonização interna» por parte de famílias de pequenos agricultores e contribuindo para a fixação da mão-de-obra de um proletariado rural extremamente explorado.

A Revolução de 25 de Abril subverteu essa visão do mundo rural, que de súbito deu lugar a um impressionante

ameaça à concretização das finalidades eminentemente públicas do grande empreendimento. As forças sociais e políticas que sempre lutaram por esse projecto, tendo com ele em vista a valorização do solo e da água, a fixação e o bem-estar das populações residentes, e o aumento da produção nacional e a melhoria da balança alimentar do País, essas mesmas forças continuarão para que esses objectivos de futuro sejam alcançados.

Problemas a ter em conta

Os recursos hídricos atraem a nossa atenção na medida em que as necessidades e exigências de disponibilidade de água doce, em quantidade e em qualidade, aumentam ao ritmo do crescimento da população e do nível de poluição, à escala mundial. Não discutindo a formulação evolutiva do conceito, o desenvolvimento sustentado terá de ser suportado na preservação dos recursos naturais, designadamente em fontes de energia tendencialmente renováveis, em recursos minerais ten-

nos equilíbrios naturais, diminuindo a biodiversidade, destruindo o património cultural e suscitando problemas sociais. Elas introduzem uma violenta perturbação da dinâmica fluvial, interferindo no ciclo natural dos processos erosivos e sedimentares, causando impactos locais mas também regionais que alcançam o mar, subtraindo nutrientes necessários nas águas estuarinas e costeiras e contribuindo para a erosão das linhas de costa.

A longa experiência acumulada, desde a Antiguidade até ao século XX, século em que se realizaram as mais ambiciosas obras de engenharia deste tipo, desde os Estados Unidos ao Egipto e à China, permite que os problemas inerentes a este tipo de empreendimento sejam hoje em princípio antecipáveis. O que não quer dizer que tenham sido — e sejam já — completa e inteiramente ponderados, o que só será possível se, aos interesses económicos sectoriais ou mesmo privados, de curto prazo, se sobrepuser o interesse social de longo prazo, em que o interesse humano não é separável do equilíbrio dos sistemas naturais.

Alqueva e do plano de rega do Alentejo. Mas permaneceram lacunas nos estudos prévios feitos, designadamente no que toca ao património arqueológico da zona da albufeira, que só muito parcelarmente foi inventariado, ao estudo climatológico prévio à construção da barragem, que não foi feito, e ao mais pormenorizado estudo da complexa zona de falhas em que a albufeira e a própria barragem se inscrevem.

Agora que a albufeira de Alqueva está já em enchimento, para além dos estudos prévios do empreendimento que foram (ou não foram) feitos, impera a necessidade de manter sob observação e monitorização, ao longo de largos anos, os impactos desta grande albufeira, alguns que se farão sentir no curto prazo mas outros que só a longo prazo se tornarão evidentes.

Os estudos deverão, pois, prosseguir (em parte ser iniciados), com não menor empenho e assiduidade, designadamente mantendo redes de monitorização do ambiente físico, incluindo a teledeteção via satélite. E, bem assim, deverão ser monitorizados a qualidade química e microbiológica das águas afluentes (sobre as quais impendem graves preocupações), os impactos da albufeira sobre as águas subterrâneas e, ainda, a erosão e o transporte de sedimentos na bacia hidrográfica do Guadiana.

Valorizar os recursos

É evidente a necessidade de aprofundar e acompanhar o plano de ordenamento e utilização dos solos irrigados no perímetro do Alqueva, acompanhando também o comportamento dos presentes ecossistemas e os sistemas culturais tradicionais, face ao impacto climatológico.

O assoreamento das albufeiras, que se repercute no tempo de vida útil das mesmas, requer o seu desassoreamento a prazo; ora a análise desses sedimentos oferece a possibilidade de investigar os mecanismos de erosão e os processos químico-biológicos que operam nas bacias hidrográficas a montante. Acresce que os materiais dragados, ricos em nutrientes, se revelam de grande utilidade para a recuperação de solos empobrecidos; esta metodologia pode desde já ser aplicada às nossas albufeiras mais antigas.

A produção hidroeléctrica, não sendo determinante num grande empreendimento de fins múltiplos, também é importante, tendo em consideração a grande capacidade desta barragem para a regularização sazonal (e parcialmente interanual) do caudal do rio, e maior será essa importância quando a barragem for utilizada também para o armazenamento de energia da rede eléctrica.

Com estudo e criatividade não temos de recear o futuro; o conhecimento científico, se apoiado e bem aplicado, pode transformar o sentido das realidades. O planeamento, o acompanhamento e a gestão dos grandes empreendimentos hidráulicos complexos e requerem capacidade científica e técnica, vigilância cívica e empenhamento político.

Alqueva é um marco importante, mas não é o fim de um caminho. O plano de rega do Alentejo não está ainda concluído, em redes de distribuição e em albufeiras secundárias. E o potencial hidroeléctrico no território nacional ainda pode ser duplicado, embora a maioria dos grandes empreendimentos esteja já realizada.

O progresso do País passa pela valorização dos seus recursos, sem os quais nem a vida social nem o progresso económico se podem sustentar: a Água e a Energia são, para tal, bens preciosos.



movimento de Reforma Agrária, conduzido pelo proletariado rural e apoiado pelo Movimento das Forças Armadas.

O plano de rega do Alentejo, e a barragem de Alqueva, que é a sua peça central, foi sendo adiado por sucessivos governos no período de contra-revolução, mas a percepção da sua necessidade ganhou geral apoio entre o povo português que a impôs, não obstante a derrota temporária do projecto de Reforma Agrária, e a obra foi retomada e avançando, na última década.

O quadro social e económico em que agora o plano de rega virá a tornar-se operacional é completamente diferente; os interesses económicos entretanto instalados e dispendo de expressão política nos últimos governos, são uma

dencialmente reciclados, em disponibilidade de água e na preservação da biodiversidade.

O aproveitamento dos recursos de água doce superficiais colocam a evidente necessidade de construção de barragens cujas albufeiras regularizem os cursos de água e idealmente optimizem a disponibilidade de água colhida e escoada em cada bacia hidrográfica.

As barragens colocam contudo uma variedade de problemas que requerem consideração atenta — riscos geotécnicos e sísmicos e impactos biológicos, climáticos, agrícolas, sociais e económicos, nos territórios e nas populações adjacentes.

As barragens representam sempre uma violenta perturbação, interferindo

Estudos devem continuar

Portugal tem, desde a década de 1950, uma considerável experiência no projecto e construção de grandes barragens, para fins de irrigação e de produção hidroeléctrica. Desde então até agora tais empreendimentos tornaram-se mais exigentes, na avaliação dos respectivos benefícios e dos respectivos impactos. Consequências indesejáveis não previstas ou não ponderadas, visão redutora da utilidade económica e social da água e erros de apreciação cometidos, são lições do passado que devem ser aprendidas.

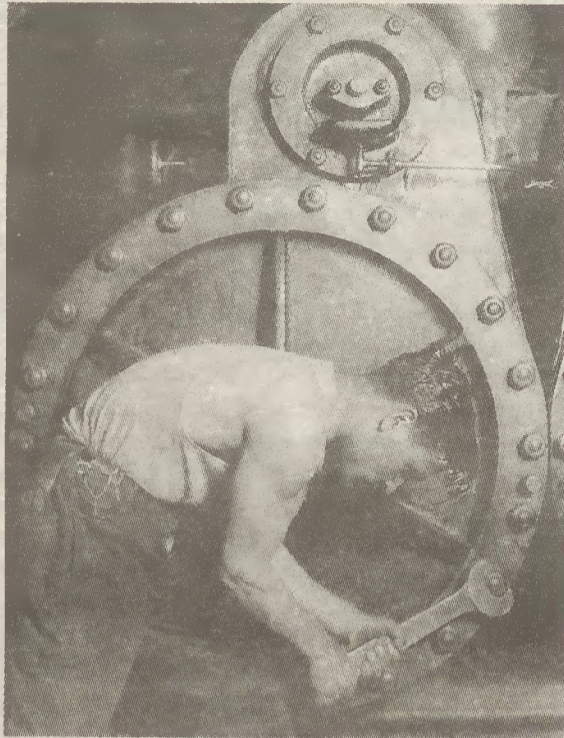
Nunca tantos estudos foram feitos em Portugal, em empreendimentos hidráulicos, como no caso da barragem de

Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

Sim, tens razão, escrevi que as empresas e os empresários portugueses eram o elo mais fraco da sociedade cá do burgo. Uma generalização abusiva? Um sectarismo de classe! E a toda a prova. Sim e não - defendendo-me. Bom, lá estás tu com as tuas evasivas. Só para não dares a tua opinião, não é assim? A esconderes-te, covardemente. O professor que foi primeiro-ministro é que nunca tinha dúvidas e raramente se enganava - eu a retorquir, lançado para continuar a minha argumentação. Eu, pelo contrário, vivo num mar de dúvidas e, com frequência me engano. Todavia, como em todos os casos, essa do elo mais fraco foi afirmada num contexto.

E que contexto foi esse? Era o contexto do tal lançamento da COTEC no Palácio da Ajuda, em finais do Novembro do segundo ano do milénio, onde pontificaram uma centena de personalidades de topo das maiores empresas portuguesas. Então, se calhar não estavas a referir-te a todas as empresas e empresários? Há tantas



Sobretudo sectarismo?

outras empresas, grandes, pequenas e médias, empresas individuais. Ena, onde isso tudo já vai! (Eu bem sei, quase todos o sabemos, do perigo das abusivas generalizações, mesmo, ou sobretudo, daquelas que se baseiam em estatísticas.) Mas vou mantendo essa do elo mais fraco, sabes?

Porquê? Porque resolvo o potencial abuso - ou, pelo menos, o poder ter provocado algum malentendido - com o caminho propiciado pela expressão «tecido económico», à qual preferira no texto anterior a expressão «empresas e empresários.» Tecido económico, uma expressão abstrata das concretas empresas e dos concretos empresários. Uma expressão - a do tecido económico - a sugerir o ambiente onde se passam as coisas, sociológica ela, a dizer da pouca possibilidade, ou mesmo da impossibilidade, de uma actor individual, por mais poder que possua - o herói Bill Gates -, fugir, se quiser, ao sistema onde está inserido.

Bom, substituindo a expressão «empresas e empresários» por «tecido económico» resolveste, aceite em certa medida, o tal potencial abuso de generalização. Mas agora sou eu, tendo, julgo (o meu opositor, a «minha consciência», a parecer ter-se passado para o meu lado), entendido o que me querias dizer com essa dos empresários e das empresas - já lá iremos, a estas - a voltar à tua afirmação. Pois aqueles seus representantes aceitaram - aceitam - que o seu trabalho de inovação, com tudo o que tem de estratégico para as suas empresas depende sobretudo da Academia e do seu conhecimento científico. Ou estarão a fingir o seu acordo?

Ou estariam esses empresários a pensar utilizar em proveito dos próprios negócios - com essa proposta de medida de alteração do modelo de governo da Academia num sentido empresarial, enquanto tão fundamental a ser desatado (sic) - os recursos de massa cinzenta existentes

na Universidade, empregados pelo Estado e pagos por todos nós através do respectivo Orçamento e, também, em parte, através das propinas dos estudantes nossos filhos? Isto, sem esquecer que o Governo agora está a ver se vai ainda buscar dinheiros de outras receitas das universidades, nomeadamente de projectos de Investigação *tout court* e de I&D?

E tal porque, nada se preocupando esses empresários com o talvez parecerem ignorantes aos mais puristas de entre os académicos, eles estariam adicionalmente a [pretender] assimilar a actividade de investigação dos universitários - qualifiquei-a de *tout court*, mas ela pode ainda ser classificável, para fins de uma compreensão mais fina, em fundamental e aplicada - às actividades de I&D em geral, ou seja, às actividades de enlace entre a investigação (sobretudo aplicada) e o desenvolvimento de produtos (sim, desenvolvimento tanto de bens como de serviços; e cobrindo tanto o trabalho com *hardware* como com *software*)?

E quem diz empresários diz também as respectivas empresas, porque são eles que as comandam, estratégica e taticamente, quer directa, enquanto gestores, quer indirectamente, através dos gestores por eles contratados, quer combinadamente através de ambas as situações. Mas as empresas consistem sobretudo nos seus trabalhadores, quer nela empregados quer por ela empregues para a criação de mais-valia. Sim, o conjunto destes confere características incoercíveis às respectivas empresas. Por isso, os empresários as mudam - reestruturam ou fecham-nas - quando não lhes servem. Por isso mesmo, não obstante os trabalhadores, neste caso da inovação se referiu a expressão empresas e empresários.

Afinal, tudo isto trata-se sobretudo de um arremedo de *thought experiment*, digo, de uma experiência de pensamento crítico. Classificável como sectarismo?

Datas da História

O assassinato de José Dias Coelho

Antes do mais, uma rectificação e um pedido de desculpas. Por um lapso - de que não há outro responsável senão quem escreveu estas linhas - não figurou, no número anterior, na peça dedicada às grandes fugas - Peniche e Caxias -, o nome do nosso camarada Joaquim Gomes, um histórico dirigente do Partido que participou na fuga de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960. Ao nosso camarada e também aos nossos leitores apresentamos desculpas.

Temos à nossa frente o *Avante!* de Janeiro de 1962. E, entre outras notícias da repressão fascista - a prisão de vários dirigentes e militantes do Partido que assinalaram o final do ano de 1961, o nosso jornal noticiava o assassinato de José Dias Coelho.

Nesse momento, assinalava o *Avante!*, os camaradas presos sofriam brutais interrogatórios e torturas. Eram eles Joaquim Pires Jorge, Octávio Pato, Américo de Sousa, Carlos Costa, dirigentes do PCP. E ainda os funcionários Júlio Martins, Natália David, Albina Silva (com dois filhos pequenos) e Francisca da Costa.

A repressão existiu e dela sobram numerosos testemunhos. Ao contrário do que alguns reescrevedores da História pretendem, pretendemos nós não deixar que tal memória se apague. Por isso recordamos, com o *Avante!* de então:

A LIBERTAÇÃO DE GOA
- Salazar e os imperialistas derrotados!

Então, dois meses de Goa, Salazar enviou a força para a libertação de Goa. Este facto viria de encontro ao desejo de todos os portugueses de verem a libertação de Goa. A libertação de Goa foi um acto de coragem e de heroísmo. Salazar e os imperialistas foram derrotados. A libertação de Goa foi um acto de coragem e de heroísmo. Salazar e os imperialistas foram derrotados.

AMÉRICO DE SOUSA, CARLOS COSTA e outros militantes do Partido FORAM PRESOS!

Em 19 de Dezembro de 1961, foi assassinado por uma arma de fogo o camarada José Dias Coelho, conhecido por todos os portugueses como o "herói da fuga de Peniche". O camarada José Dias Coelho foi um dos dirigentes do Partido Comunista Português que participou na fuga de Peniche em 1960. O seu assassinato foi um acto de extrema violência e de crueldade.

A PIDE assassinou JOSÉ DIAS COELHO

No dia 19 de Dezembro foi assassinado a tiro pela PIDE, na Rua dos Lusíadas, em Alcântara, o camarada José Dias Coelho, de 38 anos de idade, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português. O crime foi cometido por uma brigada de 5 agentes da PIDE que, saindo de um automóvel, o assaltaram em plena rua, disparando dois tiros contra o nosso camarada, que não tinha consigo qualquer arma. Um tiro à queimadura, em pleno peito, deitou-o por terra e outro foi disparado com ele já no chão.

REAPRIMATAMENTO DOS PRISIONEIRO!

Os 4.500 homens das forças armadas portuguesas que foram presos em Peniche e Caxias, estão agora a ser enviados para o interior do país. Este facto é uma clara demonstração da intenção do regime de Salazar de reprimir a luta revolucionária e de manter os presos em condições de prisão.

Cartoon

Monginho

E ESTE ANO PAI NAT., PERDÃO SR. PRESIDENTE QUEREMOS AINDA PORTAGENS NA CREL E CREP A PROMESSA DO CÓDIGO LABORAL APROVADO E SE FOR POSSÍVEL UM TELEMOVEL PARA TIRAR RETRATOS. NÃO É MUITO POIS NÃO?!



«No dia 19 de Dezembro foi assassinado a tiro pela PIDE, na Rua dos Lusíadas, em Alcântara, o camarada José Dias Coelho, de 38 anos de idade, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

«O crime foi cometido por uma brigada de 5 agentes da PIDE que, saindo de um automóvel, o assaltaram em plena rua, disparando dois tiros contra o nosso camarada, que não tinha consigo qualquer arma. Um tiro à queimadura, em pleno peito, deitou-o por terra e outro foi disparado com ele já no chão.

«Que fizeram os bandidos da PIDE a este homem moribundo, nas duas horas em que o tiveram em seu poder? «Sabemos que o nosso camarada, ao chegar ao hospital, tinha somente um bilhete de identidade consigo. Desaparecera a carteira, com 20 000\$00, o retrato da filha, a própria aliança.

«Depois do crime, cometido friamente, os assassinos da PIDE tiveram a crueldade de deixar sem socorros médicos durante duas horas um homem gravemente ferido, que eles não sabiam se se poderia salvar e não hesitaram em roubá-lo.

«Era intuito dos criminosos esconderem a identidade do nosso camarada para evitarem os protestos da família e dos amigos e a indignação do nosso povo por mais este crime, enterrando-o sob uma falsa identidade. Isto porque José António Dias Coelho era um conhecido escultor, com muito prestígio no meio artístico e intelectual. E o seu assassinato levantou nestes meios e em todo o povo trabalhador a mais viva repulsa e protesto.»



Pontos Cardeais



Memórias

Com o escândalo da Casa Pia está a dar-se um fenómeno esperado: a generalidade dos ex-governantes com responsabilidades directas na instituição (nomeadamente os sucessivos secretários de Estado da tutela) tem afirmado a quem os inquiriu «não se lembrarem» de praticamente nada relacionado com denúncias de pedofilia ali ocorridas ao longo de muitos longos anos. A excepção é Teresa Costa Macedo que, curiosamente, agora garante que denunciou a tudo e a todos essas suspeitas, nomeadamente ao ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama – que nega rotundamente que tal tenha acontecido – ou ao então Presidente da República, general Ramalho Eanes – que, segundo testemunho de ex-casapianos, foi ele sim quem quase «obrigou» a então secretária de Estado Teresa Costa Macedo não só a tomar conhecimento das queixas dos miúdos mas, também e inclusivamente, a recebê-los. É que para Teresa Costa Macedo, e segundo os relatos dos próprios jovens, nessa altura os alunos da Casa Pia que queriam audiência não passavam, para ela, de «preguiçosos» que não queriam era trabalhar...

recordando que muitos dessas antigas vítimas estão vulneráveis e expostas e que, do outro lado, manobra uma poderosa rede clandestina de pedófilos que, obviamente, quer silenciar tudo a todo o custo. Será que a desatenção dos poderes públicos portugueses para com estas vítimas também chega ao ponto de não saber prevenir (e proteger!) situações destas?!...

Detenções

O presidente do Vitória de Guimarães, Pimenta Machado, foi detido pela Polícia Judiciária para averiguações sob acusações de alegados crimes de peculato, branqueamento de capitais e viciação de documentos. Após um interrogatório de oito horas, foi posto em liberdade sob caução, com apreensão de passaporte, termo de residência e proibição de sair do «espaço Schengen», ou seja, as fronteiras da União Europeia. Posto isto, este dirigente apareceu de imediato num programa desportivo da RTP a contestar a «campanha» que «certa comunicação social» teria orquestrado contra ele, refutando galhardamente todas as acusações e suspeitas e reduzindo a investigação de que foi alvo a uma história sobre uma acta que teria desaparecido e se relacionava com a transferência de um jogador. Tudo muito bem. Se Mesquita Machado o diz, ele lá sabe. Mas se a coisa era assim tão elementar e simples, não se percebe por que demoraram os magistrados oito horas a perceber a coisa através do depoimento do detido. Tal como se estranha que, para coisa tão simples, os magistrados tenham estabelecido para Pimenta Machado a maior caução jamais imposta em Portugal: nada menos que um milhão de euros – qualquer coisa como 200 mil contos...

Ameaças

Entretanto, registamos o apelo dramático feito pelo jovem advogado e ex-casapiano, que tem sido elemento fundamental na denúncia deste caso chocante da pedofilia na Casa Pia, alertando as autoridades policiais e de investigação que ele conhece ex-casapianos que estão a ser ameaçados anonimamente, havendo um já cuja casa foi assaltada e de onde foram levados diversos documentos importantes para este processo,

Religiões

• Jorge Messias

A «maré negra»

Não se trata do «Prestige» nem dos inúmeros crimes diariamente cometidos contra o meio ambiente. Há um outro tipo de «maré negra» que alastra devastadoramente em Portugal. Uma pasta suja e pegajosa que envolve e suga as instituições, os valores do nosso património comum, as formas de relação que nos caracterizaram como povo, o quadro democrático desenhado após o 25 de Abril - e que vai consagrando a corrupção e a mentira como formas legítimas da conquista do sucesso individual ou do abandono do projecto colectivo de uma sociedade mais

lado. Mas falemos com palavras que se entendam: parece que muitos receiam ofender os bispos. Pesa sobre nós uma carga histórica secular de pactos e de consentimentos tácitos. Os crimes devem ser denunciados. As denúncias têm de apoiar-se em factos. Os factos são protagonizados por pessoas. E as pessoas têm cargos na igreja, no aparelho do Estado, no empresariado ou noutras instituições. Importa que o povo português saiba identificar e interligar esses dados. São eles nomes dos inimigos da democracia. Bem aqui à nossa frente, revela-se um mostruário de horrores. Os crimes de branqueamento dos dinheiros da droga, das armas, da prostituição, do tráfico de crianças, da delinquência organizada, das privatizações e das indemnizações fraudulentas, da concessão abusiva de privilégios e isenções, da gestão das prescrições de processos e multas, dos negócios privados feitos à sombra do Orçamento do Estado, na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na promoção artificial da concentração da riqueza, nas limitações autoritariamente impostas ao Poder Local, traduzem a inacção amoral ou imoral das instituições.

Regra geral, fala-se muito num caso, desviam-se as atenções, passa-se a outro caso, esquece-se - e «a culpa morre solteira». Importa amarrar os factos aos nomes. Os factos ligados aos nomes são construtivos, quando contribuem para o avanço do progresso, da justiça e da paz; são destrutivos quando se servem do poder conquistado para cilindrar os direitos dos humilhados e ofendidos.

No caso da rede pedófila, Teresa Costa Macedo - secretária de Estado no governo de Sá Carneiro, presidente da Confederação das Associações de Família e do Comité para o Ano Jubilar, fundadora da Universidade Lusófona, alta funcionária do Ministério do Trabalho e da Segurança Social quando o dirigiam Silva Peneda e o «irmão» (Opus Dei) Bagão Félix, presidente executiva da CIP, presidente do Instituto Fontes Pereira de Melo, porta-voz das Mulheres do Mediterrâneo na ONU e, acima de tudo, Conselheira pessoal do Papa João Paulo II, condecorada por Jorge Sampaio com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique - de tudo sabia e quase tudo ocultou. Aguardou 30 anos, para alguma coisa revelar acerca da rede pedófila. Do que denunciou nada ficará. Criminalmente, os actos prescreveram. As crianças abusadas são já adultos. Calar-se-ão. E toda a Comunicação Social ou o Ministério Público terão aparentemente «deixado cair» as notícias do «Independente» (31.3.2000), do «Expresso» (29.6.2000) e da «Visão» (27.10.2000): «Teresa Costa Macedo está em liberdade provisória, por ordem do Tribunal, acusada de fraudes que ascendem a 200 mil contos... Será julgada por alegados desvios de subsídios comunitários destinados à formação profissional...» Logo tombou sobre este assunto a espessa cortina do silêncio!

justa. A nossa vida como comunidade é pasto de uma degradação contínua. A situação actual é tanto mais dramática quanto é certo que consideráveis camadas da população portuguesa ainda não se aperceberam dos gravíssimos riscos que esta operação corrosiva envolve, visando a humilhação e a sujeição do nosso povo ao grande capital pela via do obscurantismo e da contra-informação. O problema é simultaneamente ético e político, como se vê. Na área que aqui interessa abordar - a religiosa - esta conjugação de factores deveria, em princípio, ser suficiente para o despertar de uma forte consciencialização cívica e confessional das realidades e da sede de justiça social. Tal, no entanto, só a uma escala mínima parece acontecer na igreja portuguesa. Particularmente, no que diz respeito à sua hierarquia. Sem dúvida por culpas graves do episcopado. Mas, também, como consequência dos silêncios que protegem a esfera político-religiosa. Olha-se para o

Formação fantasma



Teresa Costa Macedo é acusada de ter desviado subsídios do Fundo Social Europeu, enquanto presidente da cooperativa da Universidade Lusófona

PAULA COSTA SIMÕES
 TEREZA COSTA MACEDO, ex-secretária de Estado da Família do governo AD e actual presidente da Confederação Nacional de Associações de Família, é acusada pelo Ministério Público (MP), juntamente com mais 23 pessoas e 12 empresas, dos crimes de fraude na obtenção de subsídios e de desvio de recursos do Fundo Social Europeu (FSE), crimes puníveis com uma pena de dois a cinco anos.

prevê de outras pessoas e da própria Colec, pelo menos o incumprimento global de 200.189 mil \$4800, que se acham devios por utilização indevida para a formação profissional». Por outro lado, o MP discute um pedido de indemnização contra os 24 arguidos, no montante de 200.189 mil euros, mais as juros vencidos e vincendos a este de volta que o fundo pretende converter no projecto.

Por seu lado, o procurador-geral da Colec não iniciou qualquer acção judicial contra Teresa Costa Macedo pelos diversos crimes e contra a cooperativa Lusófona e o Instituto de Formação Profissional (IFP), apontando factos que não são reconhecidos.

ACUSAÇÃO. O montante chega aos 183 mil contos para o que a Associação dos Industriais de Formação de Lisboa (AIFL) decidiu candidatar-se a acções de formação profissional em 1997.

Para além de seis, enviado por volta de 200.000 euros, segundo o MP, existem factos que foram denunciados pela Colec como tendo frequentado o curso, sem que os mesmos alguma vez se tenham inscrito no curso ou que tenham iniciado qualquer frequência.

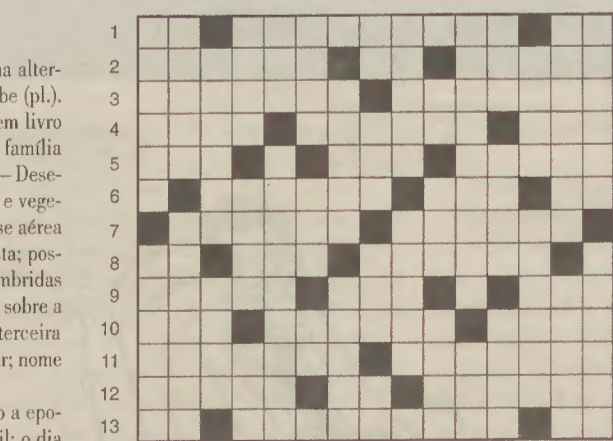
Poucas aulas. Entre os factos reportados encontram-se cinco cursos ministrados pela cooperativa Lusófona e o IFP, com um total de 228 aulas, segundo os dados entregues pela Colec às entidades competentes. No entanto, dos 27 formandos inscritos nos dois cursos, apenas 20 foram matriculados.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Igreja episcopal; concluírias; mulo. 2 - Somente; designa alternativa; pequeno recipiente em forma de vaso, geralmente sem asa, por onde se bebe (pl.). 3 - Grande tanque para banho ou natação; levava a cabo. 4 - Escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia; planta de família das bromeliáceas; (fig.). 5 - Corda de reboque; espécie de boi selvagem; entoação. 6 - Desenho que ilustra um texto; existir; nona letra do alfabeto (pl.). 7 - Destro; hortaliças e vegetais cortados, cozidos ou crus, temperados de formas diversas. 8 - Grito aflitivo; base aérea portuguesa; que tem alegria. 9 - Mistura de farinha com um líquido, formando pasta; possui; íntimo. 10 - Espaço de 12 meses; descansar no sono; peixe da família dos escómbridas da ordem dos acantoptérgios. 11 - Vaso em que se rarefaz o ar, aplicando-o depois sobre a pele, para af provocar um fluxo de sangue; partida de um lugar. 12 - Reboçar; terceira nota da escala musical; manchar com borrões. 13 - Molibdénio (s. q.); dono de lagar; nome de letra grega que corresponde ao R latino.

VERTICAIS: 1 - Peça de calçado que cobre só o pé; desejavam. 2 - Relativo a epopeia; sal, derivado do ácido cianídrico. 3 - Canseira; desejo de dormir. 4 - Quadril; o dia 15 de Março, Maio, Julho e Outubro, ou o dia 13 dos outros meses, no antigo calendário romano; semelhante. 5 - Desaba; provocadora. 7 - Fêmea do ano; alguma; ósmio (s. q.). 7 - Destituído de cauda; intriga (fig.). 8 - Contr. da prep. a com o art. def. o; altar cristão; como assim? (inte.); dirige-se. 9 - Ruão; semelhante. 10 - Aqui; chiste (fig.); rabino. 11 - Fortificar com castelo; grande quantidade. 12 - Debaixo de; declamar; campo. 13 - Anteparo para resguardar os olhos da claridade; estender ao comprido. 14 - Habitação separada e independente de qualquer outra; deslocar. 15 - Costumaras; o m. b. cômore.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Sét; acabadas; mulo. 2 - Sós; acabadas; mulo. 3 - Sábato; amavam. 4 - Rápico; canelo. 5 - Rápico; canelo. 6 - Rápico; canelo. 7 - Rápico; canelo. 8 - Rápico; canelo. 9 - Rápico; canelo. 10 - Rápico; canelo. 11 - Rápico; canelo. 12 - Rápico; canelo. 13 - Rápico; canelo. 14 - Rápico; canelo. 15 - Rápico; canelo.

VERTICAIS: 1 - Sábato; amavam. 2 - Rápico; canelo. 3 - Rápico; canelo. 4 - Rápico; canelo. 5 - Rápico; canelo. 6 - Rápico; canelo. 7 - Rápico; canelo. 8 - Rápico; canelo. 9 - Rápico; canelo. 10 - Rápico; canelo. 11 - Rápico; canelo. 12 - Rápico; canelo. 13 - Rápico; canelo. 14 - Rápico; canelo. 15 - Rápico; canelo.

Bancas de Natal

Solidariedade activa

Almada

No Centro de Trabalho Concelhio (Pombal)
Quadros - Livros - CDs - Artesanato
No Centro de Trabalho do Laranjeiro
Artesanato - Bebidas - Mel - Livros

Bragança

No Centro de Trabalho no Bairro da Mãe d'Água em Bragança
Novidades literárias das editoras Caminho, Avante! e Campo das Letras
Haverá, também à venda garrafas de Vinho do Porto «Vintage» com 24 anos, de edição especial, limitada, do XII Congresso do PCP

Caneças

No Centro de Trabalho e todos os fins-de-semana no Mercado de Caneças
Livros infantis
Romances
Vários autores: Álvaro Cunhal e Manuel Tiago, Saramago, Alice Vieira, Daniel Sampaio, Casanova

Lisboa

Centro de Trabalho Vitória
4 a 30 de Dezembro

Artesanato variado

Colchas e lençóis de renda
Barros do Redondo - Cristais da Boémia
Tapetes de Minde - Serigrafias de diversos autores
e ainda
Queijos (Castelo Branco, Nisa, Serpa) - Porto da colheita de 1974 - Enchidos
Presunto - Doces regionais do Alentejo e da Madeira - Frutos secos - Mel
Horário de funcionamento:
2.ª a 6.ª-feira - das 12h00 às 15h00 e 17h00 às 21h00
Sábados - das 15h00 às 19h00
Domingo, 22 de Dezembro das 15h00 às 19h00

Odivelas

No Centro de Trabalho de Odivelas (Rua Guilherme Gomes Fernandes, 79, próximo do Convento D. Dinis)
Venda de livros infantis, romances policiais, políticos e outros
de autores como Alice Vieira, Álvaro Cunhal, Alves Redol, Ana Maria Magalhães, Daniel Sampaio, José Casanova, José Saramago, Manuel Tiago, Mia Couto

Porto Salvo

No Centro de Trabalho de Porto Salvo (Rua Domingos Pinto, 19 junto ao Campo do Atlético)
6 a 23 de Dezembro
Horário de Funcionamento
Das 15h00 às 19h00

Sacavém

No Centro de Trabalho
De 14 a 19 de Dezembro
Das 20 às 22h, sábados 15 às 22h, domingos 15 às 19h
Exposição e Venda de Livros

Seixal

No Centro de Trabalho do Seixal
Livros, rum e muito mais...

Setúbal

No Auditório da Com. Concelhia de Setúbal (Av. 5 de Outubro, 35, 1.º)
Até 6 de Janeiro
Livros - Barros - Cristais - Bijuteria
Brinquedos - Materiais do Partido

Espaço Manifesto

Abriu, no dia 6 de Dezembro, no CT do PCP em Vila Franca de Xira o Espaço Manifesto, espaço polivalente, com música, jogos, debates, exposições, leitura e venda de jornais e livros, concertos, café, arte, política.

Passagens de Ano

Na Festa - na Adega da Quinta da Atalaia

Para além da sua própria ceia, apela-se a que cada um faça uma oferta para a mesa (bolo, doce, salgados, marisco, bebidas, etc.)
Haverá, ainda, assadores no Pátio e... música ambiente para dançar.
As inscrições são limitadas a 140 pessoas.

No CT de Vila do Conde

Com música e diversões
Champanhe, leitão, bacalhau e muito mais...
Inscrições (limitadas a 60 pessoas) e informações: Tel. 21.2233848

Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida pela Organização da Cidade de Lisboa (de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama, Aldeia Tafna, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)

Informações e inscrições: *Camarada César Roussado; CT Vitória - Tel. 213307000*
ou *CT Alcochete - Tel. 212340344*

Para esta viagem, promovida conjuntamente pela Direcção da Cidade de Lisboa, Comissão Concelhia de Alcochete e Comissão de Freguesia de Sacavém é feito um apelo à colaboração na recolha de medicamentos e material escolar (canetas, lápis, borrachas, cadernos escolares, esferográficas, régua, esquadros, compassos, etc.) a fazer chegar ao CT Vitória, Av. da Liberdade, 170, Lisboa

Viagem de 17 a 31 de Maio promovida pela Comissão Concelhia do Barreiro

Havana - Trinidad/Cienfuegos - Varadero
Contacto: CT do Barreiro (212075125) e cam. Adelaide (212168755)

Cruzeiro no Douro

Promovido pela célula do Centro de Trabalho Vitória

3 e 4 de Maio

Preço por pessoa: em quarto duplo ou triplo - 187 € (quarto individual + 17,5 €)
(inclui transporte, hotel de 3 estrelas, pequenos-almoços, 2 almoços e 1 jantar)

Inscrições:

junto das camaradas Luísa Martins - Deonilde - Conceição Caeiro



Porto

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP vai realizar uma reunião nos próximos dias 21 e 22, sábado e domingo, para balanço do 7.º Congresso, e ainda a discussão de questões de direcção e da actividade da Juventude Comunista, designadamente no movimento associativo e na luta dos estudantes do Superior.

Plenário de Oeiras

A organização concelhia de Oeiras reúne **hoje** em plenário de militantes para análise da greve geral e discussão das lutas em curso e futuras. A reunião - no CT de Algés - tem início às 19h e a participação do camarada

José Casanova

ATVer

Tempos Modernos foi o último grande filme mudo de Charlie Chaplin



Homem na Lua

(Sexta-feira, 27.12.02, RTP-1)

Homem na Lua é um drama biográfico sobre um dos comediantes mais insólitos, *sui generis* e desconcertantes de sempre no mundo do espectáculo norte-americano: Andy Kaufman. Quem lhe dá corpo (numa criação fabulosa) é o actor **Jim Carrey** e quem o recria é o realizador **Milos Forman**, que mais uma vez se mostra um «biógrafo» criativo e talentoso de personalidades conhecidas, pondo de pé um estudo psicológico, ao mesmo tempo de um humor irresistível e de uma angústia contagiante, sobre um comediante que, na vida real, criou métodos originais de pura provocação e subversão dos limites da comédia, do humor e da excentricidade. A principal característica do «biografado» neste filme era a capacidade de invenção de incríveis ilusões de si próprio e sobre si próprio, assumindo as mais bizarras e divertidas personalidades num constante e quase demencial jogo de faz-de-conta, onde era cada vez mais difícil saber quem era o verdadeiro Andy Kaufman.

E Tudo o Vento Levou

(Sexta-feira, 20.12.02, TVI)

Regressa aos ecrãs «o filme mais aclamado de todos os tempos», segundo a pertinaz propaganda



E Tudo o Vento Levou: regressa o «filme mais aclamado de todos os tempos»

que acompanha **E Tudo o Vento Levou** há mais de 60 anos (foi produzido em 1939). Até há pouco tempo recordista absoluto em receitas de bilheteira (até ser ultrapassado por obras como as de Steven Spielberg ou George Lukas), este filme, que teve uma realização acidentada (o nome final de **Victor Fleming** é pouco mais que formal, pois foram vários os realizadores que lhe pegaram e foram sendo sucessivamente despedidos pelo ditatorial produtor, o sr. **David O. Selznick**), foi também uma grande produção na época, que caiu no gongo a sucessivas gerações de espectadores dos EUA e da Europa, pese a história carregada de melodramatismo, muito bem aparelhada numa saga romântica envolvendo as paixões vividas e desencadeadas por uma mulher de forte personalidade (que tornaria **Vivien Leigh** num mito, fazendo parilha com **Clark Gable**), ao mesmo tempo que, como quem não quer a coisa, vai enaltecendo o lado mais reaccionário da Guerra da Secessão norte-americana: o Sul escravagista...

O Beijo

(Domingo, 22.12.02, TVI)

O Beijo é uma conseguida comédia produzida por norte-americanos (com **Lawrence Kasdan** a dirigir) e passada em França, onde **Meg Ryan** faz de norte-americana expedita e ingénua que se envolve com um simpático escroque francês, interpretado por **Kevin Klein**, tudo confluindo para um final feliz: a redenção do vicioso europeu nos braços da desempoeirada norte-americana, após acertarem as contas das trapalhadas que foram acumulando ao longo do filme e que, aliás, lhe dá o necessário tempero. Uma fita para agradar nos dois lados do Atlântico, como efectivamente aconteceu.

Mary Poppins

(Segunda-feira, 23.12.02, RTP-1)

Mary Poppins foi um dos históricos sucessos da produtora Disney, catapultando para a fama

Julie Andrews (que atingiria o cume do sucesso logo a seguir, com o papel em *Música no Coração*), marcando aqui presença na pele de uma perceptora com poderes mágicos que, na Londres do início do século XX, encanta dois garotos insuportáveis que, entretanto, eram peritos em levar perceptoras à demissão ou ao despedimento. É claro que, 40 anos depois, os efeitos especiais (que abundam no filme) parecem-nos ultrapassados, embora ainda cumpram a função, mas a bela voz de Julie Andrews continua a vibrar como deve ser!

Serenata à Chuva

(Terça-feira, 24.12.02, RTP-1)

Serenata à Chuva, realizado pela célebre dupla **Gene Kelly** e **Stanley Donnen**, é consi-



Há 40 anos, **Mary Poppins** foi o grande sucesso da Disney

derado um dos mais completos e deslumbrantes musicais da história do cinema. Produzido pela MGM e pelo fabuloso **Arthur Freed** (igualmente autor das letras das canções), **Serenata à Chuva** tem argumento de **Adolph Green** e **Betty Comden**, sendo a música de **Nacio Herb Brown**. E vale a pena referir todos estes autores, pois o filme está realizado com um vigor e uma inventiva sem precedentes na época, constituindo-se não apenas como uma sucessão de (bons e excelentes) números musicais ligados por um enredo esquemático e simples, mas também como uma obra cuja estrutura ficcional vai beber directamente a factos e situações verídicas, ligadas ao próprio cinema, que articula com o canto e a dança de forma portentosa. Trata-se de uma obra-prima a vários títulos, com um grande elenco onde pontificam nomes como **Debbie Reynolds**, **Donald O'Connor** e **Cyd Charisse**, todos «comandados» por um magnífico Gene Kelly, então no auge da sua forma como bailarino e actor. A sua dança à chuva (literalmente, «Singin' in the rain») continua uma sequência de antologia e um momento lendário do cinema musical.

Serenata à Chuva é uma obra-prima absoluta do cinema musical

Tempos Modernos (Terça-feira, 24.12.02, RTP-2)

Nesta quadra natalícia, a RTP serve-nos uma boa dose de **Charlie Chaplin**. Escolhemos **Tempos Modernos** (os outros dois filmes que passam na RTP-2 são *Luzes da Cidade* e *Luzes da Ribalta*), um filme onde Chaplin satiriza de forma admirável a mecanização do trabalho e a impiedosa exploração dos operários, numa sátira que é ainda, e sempre, um achado de graça, charme e burlesco. Foi o último filme mudo realizado por Chaplin, que nos surge pela última vez na pele do seu impagável Charlot.

Quinta, 19

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
09.00 Natal dos Hospitais
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Natal dos Hospitais
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.15 Natal dos Hospitais (compacto)
00.45 Turnos de Risco
01.30 O Fugitivo
02.30 24 Horas
02.45 Segredo de Justiça

▼RTP2

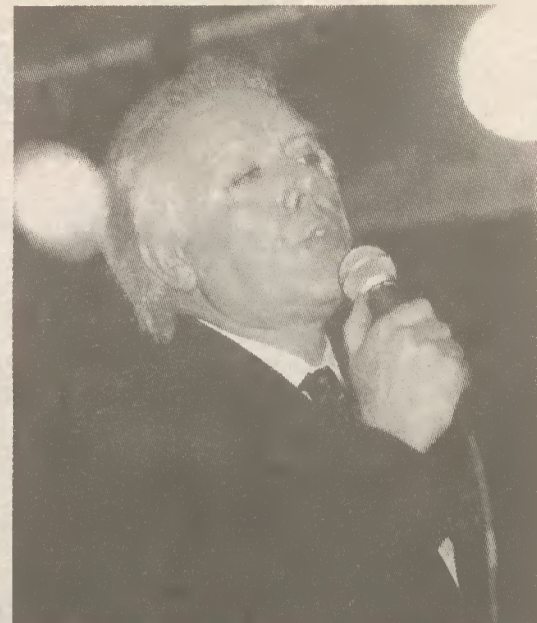
07.00 RTP Crianças
12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
12.55 Companhia dos Animais
13.15 O Barroco nos Caminhos do Ouro
13.45 Meu Querido Avô
14.15 Alves dos Reis
15.00 Assembleia da República (Debate mensal)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Um Renascimento de Cem Anos
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «Peixe Lua» (Filme)
01.50 Lupin III

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Uma Aventura
11.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Natal nas Prisões
16.00 Olhar da Serpente
18.00 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 O Melhor do Herman SIC
02.00 Histórias da Cidade
03.00 Air America

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.45 Amanhecer
22.15 Anjo Selvagem
24.00 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «Pecker - Sucesso por Engano» (Filme)



Neste sábado, à noite, a RTP transmite um programa especial gravado com **Carlos do Carmo**, assinalando os seus 35 anos de carreira



No que respeita a concertos de Natal, o de Viena é clássico...

Sexta, 20

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Praça da Alegria Especial Natal
16.40 Marisol
17.00 Carita de Anjo
17.30 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 «Tudo por Dinheiro» (Filme)
23.45 Turnos de Risco
00.30 Musical: «Eric Clapton»
01.30 24 Horas
01.45 O Fugitivo
02.45 Paraíso Filmes

▼RTP2

07.00 RTP Crianças
12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
13.00 Companhia dos Animais
13.15 O Barroco nos Caminhos do Ouro
13.45 Meu Querido Avô
14.15 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Com Asas nos Pés» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 Hóquei em Patins (Torneio RTP)
20.30 2010
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Dancer in the Dark» (Filme)
01.45 Lupin III

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Uma Aventura
11.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome é Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Sócios à Força» (Filme)
02.00 Linha da Sorte

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.00 Amanhecer
24.00 Vidas Reais
01.00 «E Tudo o Vento Levou» (Filme. Ver Destaque)

Sábado, 21

▼RTP1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
11.30 «Um Anjo de Natal» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 Noites Selvagens
16.00 João Baião
19.00 A Minha Sogra é uma Bruxa
19.30 Camilo, o Pendura
20.00 Telejornal
21.30 Mega Preço Certo em Euros
22.30 Futebol: Boavista-Benfica (Resumo)
23.30 Carlos do Carmo, 35 Anos de Carreira
00.30 «O Natal em Willow Creek»
02.00 Turnos de Risco
02.45 24 Horas
03.00 Paraíso Filmes

▼RTP2

08.00 Repórter RTP
09.00 Inauguração da Biblioteca de Alexandria
10.30 Concurso Internacional de Música Rainha Sofia
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado - Com Paulo Autran
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼SIC

07.00 Infantil
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.45 «As Trilcheiras do Inferno» (Filme)
17.45 Filme (não designado)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Maluco do Riso
22.15 Os Recordes do Guinness
23.15 «Cala-te Boca» (Filme)
02.15 Concerto
03.15 Air America

▼TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra Ataque
14.00 Filme (não designado)
16.00 «Quanto Mais Idiota, Melhor - 2» (Filme)
18.15 «Casa de Doidas» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
24.00 «O Clube das Divorciadas» (Filme)
02.00 Survivor
03.15 «Hype!» (Filme)



O melhor do Natal na TV está nas fitas que por lá passarão! Destacadamente na RTP, que nesses dias transmite – além das referidas aqui ao lado, na TVer – algumas outras obras-primas do entretenimento, quando não do próprio cinema: “Um Americano em Paris”, com a maravilhosa música de Gershwin e as coreografias de Gene Kelly, outro Chaplin («Luzes da Cidade», feito seis anos antes de «Tempos Modernos»), «Gigi», outro filme de Minelli, além do recentíssimo e polémico «O Maravilhoso Destino de Amélie», um filme europeu que ombreou com os americanos em número de espectadores

Domingo, 22

- ▼ RTP1**
 07.00 RTP Crianças
 11.00 Ora Viva!
 11.00 «Robin dos Bosques» (Filme)
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 «Academia de Polícia 5: Missão em Miami» (Filme)
 15.30 «Águas Violentas» (Filme)
 19.00 Futebol: Varzim-Porto
 21.00 Telejornal
 22.15 «O Fabuloso Destino de Amélie»
 00.30 Domingo Desportivo
 01.30 24 Horas
 02.30 «Sonhos Desfeitos» (Filmes)
- ▼ RTP2**
 09.00 Programa Religioso
 11.30 Pontos de Fuga
 12.00 2010
 13.00 Circo do Mundo
 14.00 Desporto 2
 18.30 Ancient Apocalypse
 19.30 Onda Curta Especial Natal
 20.00 A História de Nikita
 21.10 Artes e Letras - «A Sucessão de uma Mestra de Kyomai»
 22.00 Jornal 2
 23.00 Artes de Palco – Natal em Viena
 01.00 Eu, Mário Botas

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Filme (não designado)
 16.00 Filme (não designado)
 18.00 Filme (não designado)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Herman no Circo
 00.45 «Gritos - 3» (Filme)
 02.00 Histórias da Cidade
 02.45 Air America

- ▼ TVI**
 07.30 Super Batatoon
 09.30 Sempre a Abrir
 11.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 13.45 «Mulherzúmbas» (Filme)
 15.45 «O Beijo» (Filme. Ver Destaque)
 18.00 «Aonde Pára o Pai Natal?» (Filme)

Segunda, 23

- ▼ RTP1**
 07.00 RTP Crianças
 09.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 «Mary Poppins» (Filme. Ver Destaque)
 16.45 «O Voo da Rena» (Filme)
 18.45 A Minha Sogra é uma Bruxa
 19.15 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.15 Sorte Grande
 21.30 O Elo Mais Fraco
 22.30 Grande Repórter – Crianças na Lapónia
 23.30 «Ao Encontro do Amor»
 01.15 24 Horas
 01.15 Turnos de Risco
 01.30 «Um Americano em Paris» (Filme)

- ▼ RTP2**
 07.00 RTP Crianças
 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
 13.00 Companhia dos Animais
 13.15 Histórias de Cá e Lá
 13.45 Meu Querido Avô
 14.15 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.15 A Conquista do Monte Branco
 16.45 Dinheiro Electrónico
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 «Paws, o Agente Canino» (Filme)
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Jesse
 21.00 Aprender a Ser Pai
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Começar de Novo
 24.00 «Luzes da Cidade» (Filme)
 01.40 Lupin III

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 10.30 Uma Aventura
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Rex, o Cão Polícia
 15.00 Duas por Três
 16.00 Olhar de Serpente
 17.00 O Meu Nome é Agata
 17.30 Desejos de Mulher

Terça, 24

- ▼ RTP1**
 07.00 RTP Crianças
 08.30 «Alice no País das Fadas» (Filme)
 10.00 «Rudolfo – O Filme»
 11.30 Cirque du Soleil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Estúdio 5 Especial Natal
 18.45 A Minha Sogra é uma Bruxa
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.00 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
 21.30 O Elo Mais Fraco
 22.30 A «Praça» de Natal
 24.00 Missa do Galo
 01.15 «Serenata à Chuva» (Filme. Ver Destaque)
 03.00 Concerto Motown Natal

- ▼ RTP2**
 07.00 RTP Crianças
 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
 13.00 Companhia dos Animais
 13.15 Histórias de Cá e Lá
 13.45 Meu Querido Avô
 14.15 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.30 Curta Metragem – «O Urso», dos Irmãos Lumière
 17.00 Ancient Voices – «Where Christmas Began»
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 «Astérix contra César» (Filme)
 19.45 Jubileu da Rainha de Inglaterra - «Festa no Palácio»
 22.00 Jornal 2
 23.00 «Tempos Modernos» (Filme. Ver Destaque)
 00.30 Dancing on Dangerous Ground

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 12.30 Uma Aventura
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Filme (não designado)
 16.00 Filme (não designado)
 18.30 New Wave
 19.00 Beijo do Vampiro
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 22.00 Filme (não designado)
 24.00 «A Verdade da Mentira»
 02.00 Madredeus (Concerto)
 03.30 «Vindo do Céu» (Filme)

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Há Festa no Hospital
 19.15 BB Famosos
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 BB Famosos
 24.00 Missa do Galo
 02.00 «Song From The Heart» (Filme)
 04.00 Asas nos Pés



«L'Enfant au Grelot», um filme de animação premiado, no «Onda Curta Especial» de domingo, na RTP2

- 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Big Brother
 22.15 A Jóia de África
 23.00 Noite de Estrelas (Concerto na Aula Magna)
 02.00 «O Último Suspeito» (Filme)

- 18.30 New Wave
 19.00 Beijo do Vampiro
 20.00 Jornal da Noite
 21.45 Não Há Pai!
 22.30 Esperança
 24.00 «O Resgate» (Filme)
 02.00 Air America

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.00 BB Famosos
 16.15 BB Extra
 17.10 Vidas Reais
 19.00 Tudo por Amor
 19.30 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 BB Famosos
 21.45 A Jóia de África
 22.45 Amanhecer
 23.45 Anjo Selvagem
 00.30 Vidas Reais
 01.30 Ficheiros Secretos
 02.30 I.ª Vaga

Quarta, 25

- ▼ RTP1**
 07.00 «Gatos Não Sabem Dançar» (Filme)
 10.00 Missa
 11.00 Cerimónias Religiosas (T.D. de Roma)
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 «O Pequeno Stuart» (Filme)
 19.30 A Minha Sogra é uma Bruxa
 20.00 Telejornal
 21.00 Mensagem de Natal do PM
 21.15 O Elo Mais Fraco
 22.15 «A Maior Loja do Mundo» (Filme)
 23.30 «Gigi» (Filme)
 01.45 «Romance de Natal» (Filme)

- ▼ RTP2**
 07.00 RTP Crianças
 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
 13.00 Companhia dos Animais
 13.15 Histórias de Cá e de Lá
 13.45 Meu Querido Avô
 14.15 Alves dos Reis
 15.00 Informação Gestual
 16.15 Bombordo
 16.45 Tzigane: Le Cirque en Liberté
 17.20 «Luzes da Cidade» (Documentário)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 «Uma Família na Floresta» (Filme)
 20.00 Concerto de Natal no Scala de Milão
 22.00 Jornal 2
 23.00 A Educação de Max Bickford
 24.00 «Luzes da Ribalta» (Filme)
 02.300 Lupin III

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 10.00 Uma Aventura
 11.00 Filme (não designado)
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Filme (não designado)
 15.45 Rex, o Cão Polícia
 16.30 Filme (não designado)

- 18.00 Filme (não designado)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Esperança
 22.15 Filme (não designado)
 24.00 «Feita por Encomenda» (Filme)
 02.00 «Santa Clausula» (Filme)

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 11.00 Mensagem de Natal do Papa
 11.30 Missa
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Gala Big Brother
 17.15 «O Homem da Máscara de Ferro» (Filme)
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 BB Famosos
 22.00 Amanhecer
 23.00 Anjo Selvagem
 23.45 «Simplemente Irresistível» (Filme)
 01.00 «Souhei Contigo» (Filme)

Nota:
 A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

Três notícias de rajada

É segunda-feira, dia de escrever para o *Avante!*. Sento-me diante do teclado no momento em que arrancam os noticiários da hora do almoço no televisor, praticamente a fonte de todas as minhas sabedorias acerca do que vai pelo País e pelo mundo. Neste caso, trata-se do «Jornal da Tarde» da RTP, e logo me apercebo de que o que importa neste momento é o «Caso Pimenta Machado», que mais de um quarto de hora mais tarde continuará a ser exclusivo tema desta Informação que, por sinal, é oficialmente de «serviço público». O resto, se é que há resto, parece nem sequer existir ou, se porventura existe, agora não interessa nada. E o resto é o anunciado «Código do Trabalho» que facilitará aos senhores empregadores, se o quiserem, a troca de um pai com menos de cinquenta anos de idade mas estabilidade

das telenovelas que à noite embalam milhões de portugueses para que eles durmam bem e não venham incomodar quem manda, por muito mal que mânde.

A oportunidade perdida

Mas eu nem tinha a menor intenção de vir falar destas coisas, isto é, do «Caso Pimenta Machado» e das suas utilidades narcóticas. Acontecera que, na véspera, estava eu ancorado na TVI na habitual expectativa de ouvir (e ver!, que não é espectáculo que se perca!) o senhor professor Marcelo, embora com o gravador apontado à habitual desgarrada José Sócrates-Santana Lopes, quando três notícias consecutivas, de rajada, me impressionaram. A primeira informava-me de que a Colômbia estava, segundo a locução *off*, «a ferro e fogo», impostura grave que a peça a seguir transmitida logo desmentiria, embora fosse claro que ali se desenhavam as condições para uma pinochetada encomendada e paga pelos que em 73 encomendaram o massacre chileno. A segunda dava conta de que o presidente W. Bush, esse emblemático monumento ao poder neoliberal, elaborara uma lista de 25 homens, todos eles já nomeados «terroristas» pelos serviços especializados, que os *boys* da CIA devem assassinar seja em que condições for e sem prejuízo de assassinares mais uns quantos, isto é, os que eventualmente apetercerem aos diversos chefões e seus equiparados. A terceira notícia enuncia que pelo segundo Natal consecutivo o governo de Israel proibira Yasser Arafat, dirigente nacional com estatuto equivalente a chefe de Estado e reconhecido como tal pela generalidade da comunidade internacional, de ir a Belém, no seu próprio país, celebrar o Natal. Sob pena não apenas de ser preso como a de o seu refúgio último ser assaltado e os que ali estejam serem também presos se não assassinados, como decreto preferiria W. Bush. Perante este exemplar bouquet, pensei, entusiasmado, qualquer coisa como isto: «Agora é que o professor, perante temas tão apetitosos, vai exercer o seu enorme poder de explicar as coisas e repor verdades!» Pois não senhores, calcule-se!, nem sequer as questões lhe foram postas e, é claro, por muito ingénio que eu seja, e sou, não me inclino a crer que não haja ajustamento prévio das matérias que lhe são oferecidas para lição. Contudo, é certo que aquelas três noticiázinhas haviam sido três exemplos seguidos da infâmia que é a actual política externa dos Estados Unidos, perante a qual nenhum cidadão «bem formado» (como diria um porta-voz do CDS-PP) ou simplesmente cristão (como talvez prefira o prof. Marcelo) deve perder a oportunidade de denunciar. Que este ensejo tenha sido, afinal, perdido, é coisa que me deixa a reflectir.



A talhe de foice

• Henrique Custódio

Ordem para matar

Segundo revelações do *New York Times*, o presidente dos EUA, George W. Bush, assinou uma ordem que permite à CIA «matar dirigentes terroristas» em qualquer ponto do mundo, caso a sua captura se mostre «impraticável», ou a sua execução «minimizar as probabilidades de vítimas civis». Quanto aos «dirigentes terroristas» — os alvos agora a abater indiscriminadamente —, constam de uma lista com duas dúzias de nomes elaborada pelo próprio presidente norte-americano e onde, segundo garante um funcionário governamental, constam pessoas que «são os piores entre os piores». Isto segundo os critérios do governo dos EUA, evidentemente.

Para completar, a lista estará em constante actualização, sendo dela periodicamente retirados os nomes de todos quantos foram liquidados ou capturados e acrescentados os que, pelas informações recolhidas pelos agentes, sejam «líderes emergentes» em «organizações terroristas».

Em suma, estamos perante, digamos, um «sistema aberto» de assassinios políticos — pois de política, e bem alta, estamos a tratar — onde os alvos a abater são escolhidos pelos EUA (país que assim se arvorou em juiz e algoz em simultâneo e em absoluto), são abatidos pelos EUA (em qualquer parte do mundo, recorde-se) e permanentemente substituídos por novos alvos que os mesmos EUA escolham ou lhes convenha escolher.

Até aqui, os EUA nunca se coibiram de assassinar fosse quem fosse, onde quer que fosse e através do que quer que fosse, mas com uma ressalva fundamental: os seus crimes e ingerências pelo mundo fora sempre foram enérgica e oficialmente desmentidos no imediato, com a mesma serenidade com que uns adequados anos depois são comprovados e confirmados por documentos secretos que os próprios EUA exibem com inexcusável candura, como se não tivessem nada a ver com o assunto.

Como meros exemplos, basta lembrarmo-nos da invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, do golpe de Estado no Chile, que derrubou o governo de Unidade Popular e assassinou Salvador Allende, do «Irãogate», dos diversos golpes militares fascistas ocorridos na América Latina nos últimos 30 anos e por aí fora. Agora, nem isso.

A administração de George W. Bush imagina-se tão poderosa na condução dos destinos dos EUA e do mundo, que se afirma não apenas acima de qualquer lei universal, não apenas também já o legislador supremo e indiscutível de todo o mundo mas, finalmente, o dono absoluto do planeta, que declara como «espaço vital» do seu país e onde pretende exercer o direito e a justiça como um monarca medieval. Não foi há muito tempo que o mundo enfrentou uma situação semelhante.

Passaram quase 70 anos e, nessa altura, também houve quem declarasse o planeta como o seu «espaço vital» e olhasse a humanidade como uma carneirada a dominar pela força, em qualquer lado e a todo o preço. Foi a Alemanha nazi liderada por Adolfo Hitler.

Entretanto, hoje fazem parte da lista negra de George Bush os presumíveis terroristas da Al-Qaeda.

Amanhã, a administração Bush irá decidindo quem lá deve ir parar.

PCP apresenta na AR propostas para prevenção, combate e rearboração

Evitar agora os fogos do Verão

É necessário tomar, durante o Inverno, providências para que, no próximo Verão, não se repitam os incêndios florestais, alertou antontem o secretário-geral do Partido.

Carlos Carvalhas, acompanhado dos deputados comunistas Lino de Carvalho e Rodeia Machado, visitou os Bombeiros Voluntários de Almoçageme, na freguesia de Colares (concelho de Sintra). Depois de reunir com a direcção e o comando da corporação, a delegação do PCP percorreu as instalações e, num encontro com a comunicação social, teceu críticas ao Governo e explicitou medidas e propostas legislativas do Grupo Parlamentar, nomeadamente os projectos de Lei e de Resolução que o PCP apresentou, no final de Novembro, na Assembleia da República, relativos à reflorestação e às medidas de combate aos incêndios.

Os comunistas, noticiou a Agência Lusa, chamaram a atenção para o facto de o Governo ainda não ter cumprido a sua promessa de apresentar em Setembro um plano de combate aos fogos, sublinhando que os incêndios flo-

restais têm uma grave dimensão em Portugal. Só no ano passado, arderam quase 120 mil hectares, situando-se há muito a média anual sempre acima dos 100 mil.

Apesar da reconhecida urgência, tardam as medidas do Governo

Por outro lado, o PCP insistiu que é preciso resolver os problemas da falta de coordenação e da limpeza das áreas ardidas. Têm ainda que ser acelerados os programas de compartimentação e diversificação da floresta portuguesa. Há igualmente que multiplicar os pontos de tomada de água, proceder à abertura e limpeza de caminhos, criar faixas de protecção das áreas urbanas, aumentar os postos de vigia e os meios aéreos e brigadas para o combate dos fogos.

A criação de Parques de Recepção de Material Lenhoso Ardido, que seriam geridos pela Direcção-Geral de Florestas, em parceria com as organizações de produtores florestais, é apoiada pelos comunistas, como forma de

evitar a especulação. O PCP pretende também que o Governo fique obrigado a elaborar um plano de reflorestação das áreas ardidas, tanto mais necessário quanto estas são três vezes mais do que a área florestada. O Programa de Rearboração para Áreas Percorridas por Incêndios Florestais, proposto pelo Partido, aplica-se às áreas queimadas, de forma contínua, numa extensão de 100 hectares ou mais. Para as áreas contínuas inferiores a este limite, o PCP defendeu que a Direcção Geral de Florestas deve analisar a viabilidade técnica, económica e social de uma intervenção idêntica.

A rearboração, defendem os comunistas, é da responsabilidade dos proprietários ou arrendatários florestais e deverá estar concluída num

prazo de dois anos; caso contrário, competirá à Direcção-Geral das Florestas assumir a execução do projecto e promover o respectivo ressarcimento financeiro.

As explorações florestais que confinem ou sejam atravessadas por vias de comunicação, caso estejam associadas a um elevado risco de deflagração de incêndios, deverão ser rearbóricadas com espécies mais adequadas a evitar a propagação de fogos.

O secretário-geral e os deputados do PCP defenderam a regulamentação do estatuto social da Liga dos Bombeiros Portugueses, como passo para reconhecer a importância do trabalho abnegado dos cerca de 40 mil bombeiros existentes em Portugal.



Encontro PCP-PS

Teve lugar ontem de manhã, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, um encontro entre delegações do PCP e do PS, com a participação dos respectivos secretários-gerais, Carlos Carvalhas e Ferro Rodrigues.



Protesto hoje na CREL

A decisão do Governo de proceder à cobrança de portagens, na Circular Regional Externa de Lisboa, levou a Comissão de Utentes do IC19 e um grupo de utentes da CREL a marcarem para hoje uma «marcha do caracol». Esta acção de protesto decorre a partir das 7.30 da manhã, com partidas de Queluz e Belas, em direcção a Montemor e Loures. Para as 8.30 foi convocada uma conferência de imprensa na área de serviço CREL Norte (sentido Cascais-Alverca).

Os promotores do protesto declaram-se «indignados» e «cansados de ser sempre quem trabalha a pagar a crise». Na

nota que enviaram à comunicação social, reclamam «melhores condições de acessibilidade e mobilidade» e «melhores transportes» na Área Metropolitana de Lisboa, onde se registam «graves carências, devido ao facto de o poder central, ao longo dos anos, não ter efectuado investimentos estratégicos e concertados, ao nível das infra-estruturas rodoviárias e dos transportes públicos».

A concelhia de Loures do PCP e os vereadores da CDU no concelho juntaram a sua voz aos protestos que suscitou a decisão do Governo (ver pág. 11).

CGTP toma medidas

«Para analisar a situação político-social subsequente à greve geral do passado dia 10 e adoptar medidas de continuação da luta dos trabalhadores contra o pacote laboral, pela dinamização da contratação colectiva, pela melhoria do poder de compra dos salários e por políticas sociais justas», reúne hoje o Conselho Nacional da CGTP-IN. A reunião, de acordo com o departamento de informação da central, realiza-se na sede da Inter, em Lisboa, e as suas conclusões serão divulgadas cerca das 17 horas.

Antontem, do Saldanha para o Ministério do Traba-

lho, a União dos Sindicatos de Lisboa realizou uma «fila humana», para denunciar a política do Governo e exigir «políticas alternativas nas áreas dos rendimentos (salários, custo de vida, pensões, impostos), Segurança Social, Saúde e Ensino». Para a USL/CGTP, estas áreas, «associadas à exigência do abandono do pacote laboral», são «condições indispensáveis para a dignificação das condições de vida e de trabalho da população do distrito».

Também na terça-feira, uma delegação do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses foi entregar «uma prenda» ao primeiro-ministro:

«milhares de assinaturas, recolhidas de Norte a Sul do País», de profissionais que protestam contra o projecto de diploma sobre cuidados de saúde primários.

Para sábado à tarde, com concentração na Praça do Bocage, em Setúbal, os trabalhadores da ex-Valfrio e seus familiares vão promover um cordão humano, para darem a conhecer à população o seu problema e a sua luta. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul informou que, ao fim de cerca de dois anos, o tribunal veio dar razão aos trabalhadores, que exigem agora o rápido pagamento dos seus créditos.

Casa do Alentejo

Os sócios da Casa do Alentejo, em Lisboa, vão eleger no próximo sábado, entre as 14 e as 19 horas, os corpos sociais para o triénio 2003-2005. A instituição regionalista informou igualmente que a única lista candidata, proposta pelos dirigentes cessantes, foi apresentada numa reunião alargada do Conselho Geral e procurará «envolver mais alentejanos e demais associados na inovação de que a Casa do Alentejo necessita».

